

Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

Da estratégia ao Plano de Ação

(versão final)



[Esta página foi intencionalmente deixada em branco]

Ficha técnica

Título:

Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

Da Estratégia ao Plano de Ação (versão final adaptada às especificidades do aviso) | Setembro de 2023

Promotor:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo



Consultoria e assistência técnica

EY-Parthenon



Índice

Abreviaturas	7
Nota introdutória	9
1. Caracterização do território de intervenção	11
1.1. Identificação do território de intervenção	11
1.2. Diagnóstico do território de intervenção	14
1.3. Análise SWOT	29
2. Fundamentação estratégica	30
2.1. O foco temático	30
2.2. Os objetivos estratégicos	33
2.3. Enquadramento estratégico do ITI nos Programas Regionais	37
3. Plano de Ação	44
3.1. O processo de concretização da Estratégia em Plano de Ação	44
3.2. Articulação entre os projetos estruturantes e os Programas Regionais financiadores	49
3.3. Fichas dos projetos estruturantes	54
3.4. A experiência do promotor e dos parceiros	84
3.5. Modelo de governação	87
3.6. Metodologia de acompanhamento	90
3.7. Plano de comunicação	96
4. Participação pública	98
4.1. Modelo das sessões participativas	98
4.2. Resultado do processo de participação	102
Anexos	109
Anexo 1. População residente por grandes grupos etários (nº) 2011 e 2021	110
Anexo 2. Proporção de população residente com pelo menos o ensino secundário e superior completo (%) 2011 e 2021	113
Anexo 3. Tipologias de Ação, Intervenção e Operação por objetivo específico mobilizado	116
Anexo 4. Folhas de presença	119
Anexo 5. Imagens das sessões	134
Anexo 6. Ficha de projetos remetidas às entidades para recolha de contributos	137
Anexo 7. Lista das entidades que enviaram projetos/iniciativas (independentemente da elegibilidade)	138
Anexo 8. Articulação entre os projetos estruturantes e os tipos de ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes (lógica da operacionalização)	139
Anexo 9. Articulação entre os projetos estruturantes, as iniciativas e as ações	140

Índice de tabelas

Tabela 1. Território de intervenção do ITI	11
Tabela 2. População residente por grandes grupos etários (nº) 2011 e 2021	15
Tabela 3. Dinamismo económico e empresarial	18
Tabela 4. Proporção de população residente com pelo menos o ensino secundário e superior completo (%) 2011 e 2021	19
Tabela 5. Proporção de superfície de ZIF e taxa de superfície florestal ardida (%) 2017 e 2021 e 2015 e 2019	21
Tabela 6. Despesas em ambiente dos municípios (€/hab.) 2020-2021	23
Tabela 7. Proporção de superfície de áreas protegidas de zonas de proteção especial (ZPE) da Rede Natura 2000 (%) 2017-2021	24
Tabela 8. Água captada e origem de caudal (m3) 2016-2020 e Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%) 2021	26
Tabela 9. Temperatura média do ar (°C) 2016 e 2020	27
Tabela 10. Contributos do Projetos Estruturantes, do Plano de Ação do ITI, para o alcance das metas dos ODS	36
Tabela 11. Relação entre a Estratégia e o Plano de Ação (PR Algarve e PR Alentejo), segundo os OE mobilizados	42
Tabela 12. Articulação entre a Estratégia, os projetos estruturantes e os respetivos tipos de ações indicativas (lógica de operacionalização)	47
Tabela 13. Articulação entre os objetivos específicos dos Programas Regionais financiadores e os Projetos Estruturantes	49
Tabela 14. Relação entre os objetivos específicos e os respetivos tipos de ações (lógica de operacionalização)	51
Tabela 15. Relação entre os objetivos específicos e a tipologia de promotores dos projetos que enquadram	52
Tabela 16. Montantes de investimento – Pretensões apresentadas pelas entidades e dotações dos programas regionais, por Objetivos Específicos	53
Tabela 17. Indicadores de realização e monitorização para os quais o Plano de Ação do ITI contribui ...	92
Tabela 18. Correspondência entre os Projetos Estruturantes e os indicadores de realização e monitorização para os quais o Plano de Ação do ITI contribui	93
Tabela 19. Relação entre a estratégia e as iniciativas indicativas apresentadas	103
Tabela 20. Relação entre os projetos estruturantes e o número de iniciativas e ações indicativas enquadrados nesses projetos estruturantes, incluindo as “A definir”	105
Tabela 21. Relação entre a estrutura dos Programas Regionais e os Projetos Estruturantes	106

Índice de gráficos

Gráfico 1. Taxa de variação da população residente (%) 2011 e 2021.....	14
Gráfico 2. Índice de envelhecimento (nº) 2018 e 2022.....	17
Gráfico 3. População desempregada em idade ativa, inscrita no IEFP (%) 2011 e 2021.....	18
Gráfico 4. Superfície Agrícola Utilizada (ha) 2009 - 2019	22

Índice de figuras

Figura 1. Território de Intervenção do ITI do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas de Paisagem ...	13
Figura 2. Relação entre os domínios e o foco temático do ITI	32
Figura 3. Relação entre os objetivos estratégicos e os domínios de intervenção.....	33
Figura 4. ODS para os quais a estratégia e Plano de Ação do ITI contribuem.....	35
Figura 5. Tipologias de ação mobilizadas por objetivo específico nos Programas Regionais do Algarve e Alentejo	40
Figura 6. Objetivos Específicos mobilizados pelos PR do Algarve e Alentejo: articulação com as Tipologias de Ação, de Intervenção e de Operação.....	41
Figura 7. Relação entre a estratégia e o Plano de Ação: a definição de projetos estruturantes	44
Figura 8. Interpretação dos campos das fichas dos Projetos Estruturantes (exemplo)	55
Figura 9. Governação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem: estrutura orgânica.....	89
Figura 10. Cronograma do envolvimento dos principais atores chave do território, e principais momentos	101
Figura 11. Suporte digital das sessões de auscultação	101
Figura 12. Fases de construção do Plano de Ação do ITI.....	103

Abreviaturas

ADL	Associações para o Desenvolvimento Local
ADPM	Associação de Defesa do Património de Mértola
AG	Autoridade de Gestão
AgdA	Águas Públicas do Alentejo
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
AM	Associação de Municípios
ANP	Associação Natureza Portugal
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APA-ARH	Agência Portuguesa do Ambiente – Administração de Região Hidrográfica
CCDR, I.P.	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, Instituto Público
CIM	Comunidades Intermunicipais
CIMA	Comunidade Intermunicipal do Algarve
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CIMBA	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EBM	Estação Biológica de Mértola
EREI	Estratégias Regionais de Especialização Inteligente
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ITI	Instrumento Territorial Integrado
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Específico
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

OP	Objetivo de Política
PE	Projetos Estruturantes
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PR	Programa Regional
PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
RDC	Regulamento das Disposições Comuns
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SI	Sistema de Incentivos
SMS	Serras de Monchique e Silves
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats</i>
TA	Tipologia de Ação
TI	Tipologia de Intervenção
TO	Tipologia de Operação
UE	União Europeia
UF	União de Freguesia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VRSA	Vila Real de Santo António
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZIF	Zonas de Intervenção Florestal
ZPE	Zonas de Proteção Especial

Nota introdutória

No contexto da construção das estratégias de desenvolvimento territorial do Algarve e Alentejo para 2030, a estruturação de um Instrumento Territorial Integrado (ITI) funcional/temático foi assumida como uma solução de especial relevância para ambas as regiões e com um impacto de significativo potencial para os territórios de fronteira, onde se identificam desafios, necessidades e recursos comuns.

Neste contexto, reconheceu-se, conjuntamente, a pertinência de conceber um ITI com características funcionais e temáticas, nos moldes previstos no quadro regulamentar europeu¹ e nacional², sendo para tal, necessário:

- ▶ a consensualização do conceito e foco estratégico funcional-temático do ITI;
- ▶ a delimitação do território abrangido pelo ITI;
- ▶ a identificação de objetivos específicos, ações tipo e objetivos operacionais para a operacionalização do ITI;
- ▶ a definição de um modelo de governação coerente, com envolvimento dos principais atores e protagonistas regionais.

A pertinência de elaborar um ITI para o Algarve e Alentejo prende-se com a necessidade de responder aos desafios, sobre o tema água e ecossistemas de paisagem, partilhados por este território que compreende total ou parcialmente, 17 concelhos das NUTS II Algarve e Alentejo, e as NUTS III Algarve, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, incidindo ainda nas áreas da demografia, da competitividade, da coesão e da sustentabilidade ambiental.

É por isso importante que exista um olhar cooperativo entre territórios, onde não existem fronteiras, e limites burocráticos, tendo como intuito fazer com que as abordagens respondam diretamente às problemáticas das comunidades, das empresas e organizações, trabalhando para um desenvolvimento sustentável e inovador sobre os territórios abrangidos.

A estruturação do Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, ocorreu em duas fases consecutivas, sendo a primeira correspondente à identificação das problemáticas e potencialidades deste território, que sustentam a necessidade e a pertinência do desenvolvimento deste instrumento, e posteriormente a definição da estratégia que orienta a execução do mesmo. Esta fase deu origem ao documento “Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI”.

A segunda fase diz respeito à construção de um Plano de Ação que intervenha e esteja orientado pela

¹ Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, que estabelece as disposições comuns relativas ao FEDER, FSE+, FC, FTJ, FEAMPA, e as regras financeiras aplicáveis a esses Fundos e ao Fundo para o Asilo, Migração e Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos.

² Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº97/2020, que estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021-2027.

estratégia definida, e no qual as entidades do território se revejam, de modo a aumentar o seu potencial de sucesso. Foi igualmente garantido o alinhamento com os Programas Regionais do Algarve e do Alentejo.

1. Caracterização do território de intervenção

1.1. Identificação do território de intervenção

O Diagnóstico territorial permite, através da delimitação da zona geográfica abrangida pelo ITI Temático, uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades da zona, inclusive das interligações económicas, sociais e ambientais, de acordo com o explicitado no artigo 29.º, alíneas a) e b), do Regulamento (EU) 2021/1060.

A definição do território de intervenção (Tabela 1 e Figura 1) teve por base, mais do que os limites administrativos, as características naturais e paisagísticas deste, concentrando nas NUTS III Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, integralmente, ou parcialmente, os concelhos que partilham entre si um conjunto de constrangimentos e potencialidades em torno dos temas Água e Ecossistemas de Paisagem.

Tabela 1. Território de intervenção do ITI

NUTS III	Concelho	Freguesia
Alentejo Litoral	Odemira	São Teotónio
		Sabóia
		Santa Clara-a-Velha
		São Martinho das Amoreiras
		Luzianes-Gare
		São Salvador e Santa Maria
		Relíquias
		Colos
		Vale de Santiago
Baixo Alentejo	Castro Verde	União das freguesias de Castro Verde e Casével
	Ourique*	
	Almodôvar*	
	Mértola*	
Algarve	Silves	São Marcos da Serra
		São Bartolomeu de Messines
		Silves
		União das freguesias de Algoz e Tunes
	Albufeira	Paderne
	Loulé	Salir
		Alte
		Ameixial
		União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim

NUTS III	Concelho	Freguesia
	Tavira	Cachopo
		Santa Catarina da Fonte do Bispo
	Castro Marim	Azinhal
		Castro Marim
		Odeleite
	Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António
	Lagos	União freguesias de Bensafrim e Barão de São João
	Aljezur*	
	Alcoutim*	
	Monchique*	
	São Brás de Alportel*	
	Vila do Bispo*	

*Concelho integralmente incluído no território de intervenção

Este território enfrenta grandes desafios resultantes do nível do envelhecimento da população, dos elevados índices de dependência e da escassez de água e do consequente aumento dos processos de desertificação, intensificado pelas alterações climáticas, que resultam em períodos de seca extrema, intercalados por precipitação elevada. São ainda de destacar os elevados riscos de erosão do solo, que a par das secas, conduzem ao aumento do risco de incêndios.

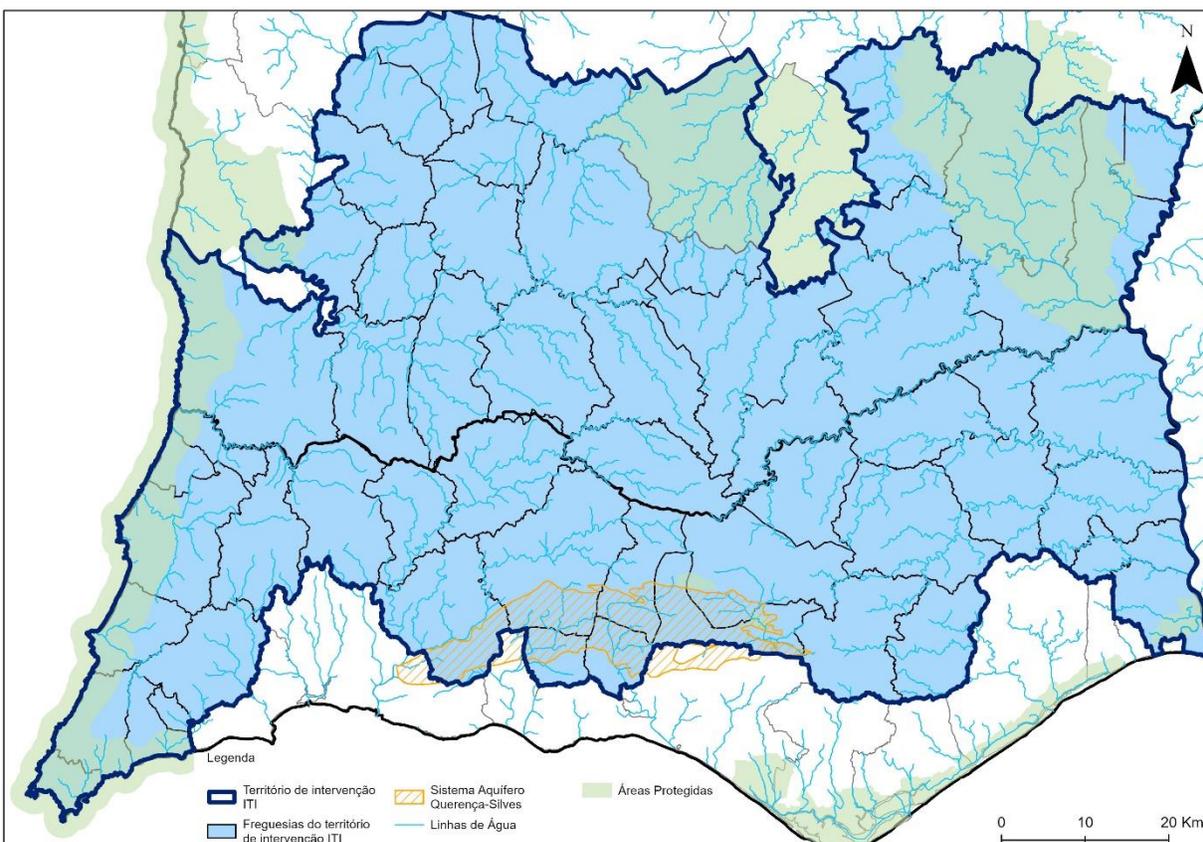
Embora tais constrangimentos/desafios sejam uma realidade atual, estamos perante um território que partilha entre si características únicas, que vão desde a orografia, à paisagem ou à biodiversidade.

A região é marcada por uma paisagem orográfica que se destaca pelas extensas planícies alentejanas, a serra, e o litoral recortado. É rica em minérios e nas suas culturas e tradições, como sendo a escrita do Sudoeste, ou o cantar das janeiras. É constituída por diversos corredores ecológicos, que se caracterizam pela sua provisão de biodiversidade, pelo aprovisionamento de água, resultante das inúmeras nascentes que alimentam importantes cursos de água, como sendo o Rio Guadiana ou Mira e pelas muitas ribeiras que contemplam a região do Algarve. Possui ainda, um importante reservatório subterrâneo de água, o Aquífero de Querença-Silves, que deverá ser cuidado e tratado, assim como as restantes nascentes e cursos de água que se querem seguros, para colmatar os problemas de seca.

A paisagem contempla, entre outros, o Parque Natural do Vale do Guadiana, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Reserva da Biosfera de Castro Verde, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, as Paisagens Protegidas da Rocha da Pena e Fonte Benémola, e as Serras de Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e de Monte Figo. Representando importantes fontes de biodiversidade que importa preservar em prol da sustentabilidade do território.

Estamos assim, perante um território que necessita de uma intervenção que olhe para o todo, sem fronteiras, de modo a responder aos constrangimentos e às potencialidades que partilham entre si.

Figura 1. Território de Intervenção do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI

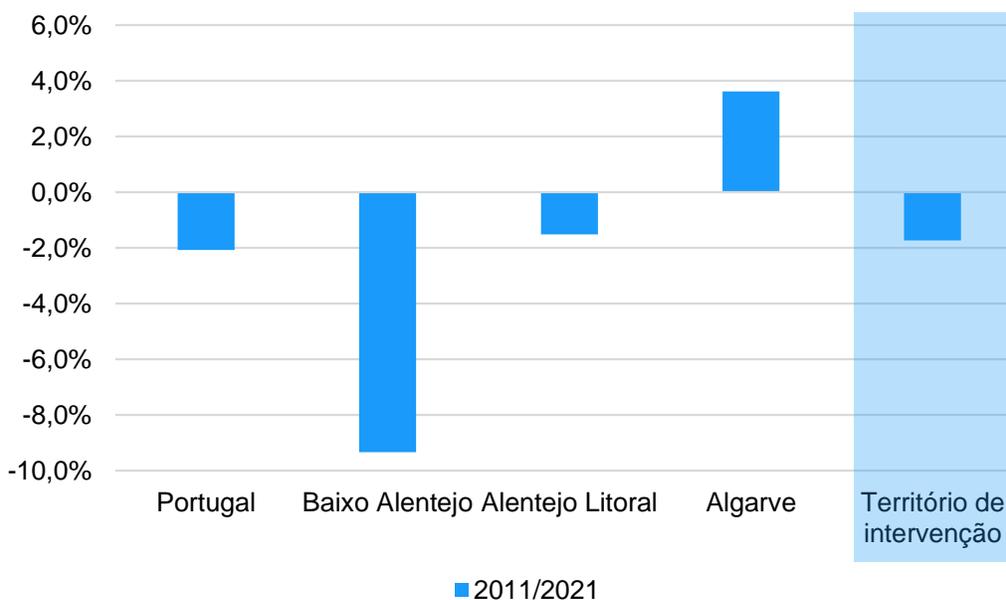
1.2. Diagnóstico do território de intervenção

Tendo em conta o contexto apresentado anteriormente e a relevância deste território que integra importantes corredores ecológicos, com foco temático na água e nos ecossistemas de paisagem, importa agora observar com maior detalhe, por via de indicadores, o diagnóstico territorial, focando o tema do presente ITI. Por motivos de indisponibilidade de dados ao nível da freguesia, num número significativo de indicadores, os dados vão ser analisados com base na melhor aproximação possível disponível (concelho).

O território de intervenção do ITI é composto por 17 concelhos das regiões Alentejo e Algarve (1 na NUTS III Alentejo Litoral, 4 na NUTS III Baixo Alentejo e 12 na NUTS III Algarve), e abrange uma área de cerca de 9.259 km², onde residiam em 2021, 129.964 pessoas, resultando numa densidade populacional aproximada de 14 hab./km². As NUTS III abrangidas pelo ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, apresentavam, em 2019, um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 24.294€ no Baixo Alentejo, 30.778€ no Alentejo Litoral e 28.167€ no Algarve.

Acompanhando a tendência nacional, também este território observa um decréscimo populacional relevante, entre os dois últimos períodos censitários (-1,7%), passando de 132.244 habitantes em 2011, para 129.924 habitantes em 2021 (Gráfico 1). Ainda assim, importa destacar os concelhos de Odemira, Vila do Bispo, Aljezur, São Brás de Alportel, Silves, Albufeira, Loulé, Tavira e Lagos, como os que apresentam uma taxa de variação populacional positiva, ainda que nas freguesias do interior, cobertas pelo ITI, se registem comportamentos opostos. Os concelhos de Odemira e Vila do Bispo, são, em simultâneo, os que mais cresceram a nível nacional.

Gráfico 1. Taxa de variação da população residente (%) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Ao nível dos grupos etários, a população adulta e idosa representa o maior peso na estrutura etária da população residente, face à infantojuvenil, traduzido numa pirâmide etária tendencialmente invertida, com um topo consideravelmente mais largo face à base. No território de intervenção do ITI, 47,7% da população residente tinha entre 25 e 64 anos de idade e 27,7% 65 e mais anos de idade, em 2021. A freguesia de Cachopo (65,0%), no concelho de Tavira, a freguesia de Odeleite (58,2%), no concelho de Castro Marim, e o concelho de Alcoutim (47,5%) apresentam a maior proporção de população com 65 e mais anos de idade (Tabela 2 e Anexo 1).

Tabela 2. População residente por grandes grupos etários (nº) | 2011 e 2021³

Localização geográfica	População residente 2011	População residente 2021	Grupos etários (2021)			
			0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 >
Portugal	10 562 178	10 343 066	12,9%	10,5%	53,2%	23,4%
Alentejo	757 302	704 533	12,4%	9,8%	50,8%	27,0%
Baixo Alentejo	126 692	114 863	12,7%	9,7%	50,1%	27,6%
Alentejo Litoral	97 925	96 442	11,7%	9,0%	53,2%	26,2%
Odemira	26 066	29 538	10,0%	9,3%	58,1%	22,6%
São Teotónio	6 439	8 699	8,9%	10,7%	63,5%	16,9%
Sabóia	1 152	922	6,3%	6,6%	44,9%	42,2%
Santa Clara-a-Velha	873	633	6,5%	7,4%	48,2%	37,9%
São Martinho das Amoreiras	1 006	1 047	7,8%	5,2%	52,3%	34,7%
Luzianes-Gare	429	374	8,6%	7,8%	51,3%	32,4%
São Salvador e Santa Maria	3 119	3 373	10,5%	9,5%	54,6%	25,4%
Relíquias	931	995	10,6%	4,9%	53,4%	31,2%
Colos	1 061	820	7,4%	7,6%	51,2%	33,8%
Vale de Santiago	1 047	823	6,6%	7,8%	51,2%	34,5%
Ourique	5 389	4 839	10,0%	8,5%	47,1%	34,4%
Almodôvar	7 449	6 712	10,9%	8,6%	47,9%	32,6%
Mértola	7 274	6 206	8,8%	7,1%	47,3%	36,8%
Castro Verde	7 276	6 873	12,1%	9,7%	51,2%	27,0%
UF. Castro Verde e Casével	5 346	5 289	13,3%	10,2%	52,6%	23,9%
Algarve	451 006	467 343	13,4%	9,8%	53,0%	23,7%
Aljezur	5 884	6 045	12,8%	8,0%	52,3%	26,9%
Alcoutim	2 917	2 523	6,3%	6,7%	39,6%	47,5%
Monchique	6 045	5 462	10,1%	7,4%	48,8%	33,7%

³ O Anexo 1 apresenta a População residente por grandes grupos etários (nº) | 2011 e 2021, para todas as freguesias dos concelhos do território de intervenção, incluindo as que não fazem parte deste.

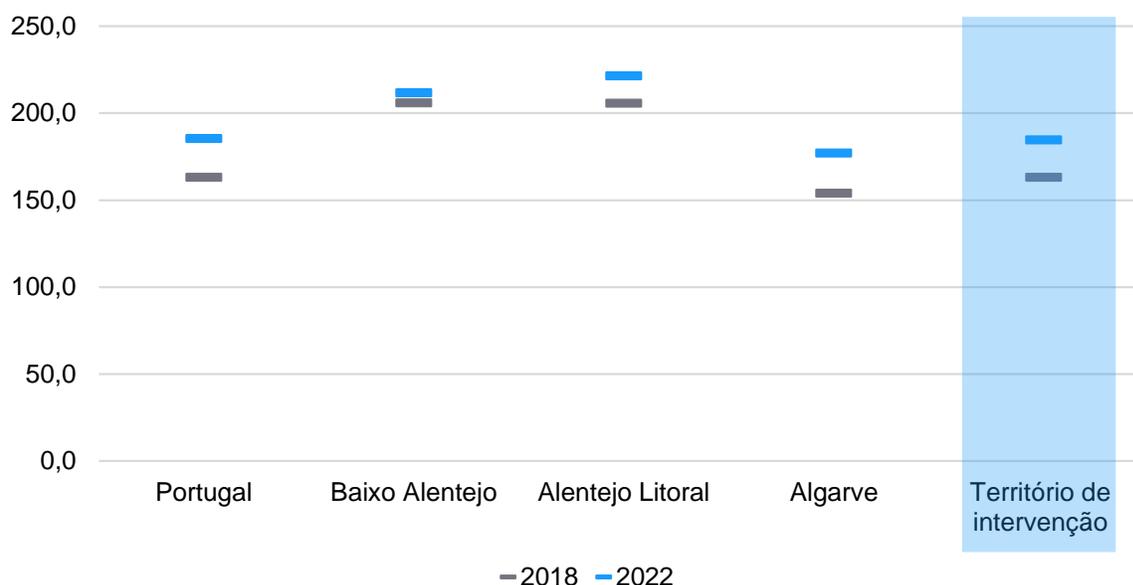
Localização geográfica	População residente 2011	População residente 2021	Grupos etários (2021)			
			0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 >
São Brás de Alportel	10 662	11 248	13,4%	9,2%	51,5%	26,0%
Vila do Bispo	5 258	5 717	12,8%	7,9%	51,7%	27,6%
Silves	37 126	37 766	13,5%	9,1%	52,4%	25,0%
São Marcos da Serra	1 352	1 113	8,0%	7,3%	44,6%	40,2%
São Bartolomeu de Messines	8 430	8 157	12,1%	8,6%	49,7%	29,6%
Silves	11 014	10 661	13,7%	8,7%	51,1%	26,5%
UF. Algoz e Tunes	6 491	6 837	15,3%	10,2%	54,5%	20,1%
Albufeira	40 828	44 164	13,8%	10,5%	57,5%	18,2%
Paderne	3 304	3 498	12,1%	7,5%	54,0%	26,3%
Loulé	70 163	72 332	13,5%	9,7%	53,4%	23,4%
Salir	2 775	2 448	9,4%	8,2%	45,7%	36,8%
Alte	1 997	1 746	9,0%	6,4%	44,2%	40,3%
Ameixial	439	381	6,8%	2,1%	41,2%	49,9%
UF. Querença, Tôr e Benafim	2 713	2 520	10,4%	7,2%	42,9%	39,5%
Tavira	26 167	27 523	11,6%	8,7%	50,4%	29,3%
Cachopo	716	471	3,8%	3,0%	28,2%	65,0%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 809	1 873	8,0%	5,7%	46,5%	39,8%
Castro Marim	6 747	6 439	10,9%	8,5%	48,1%	32,5%
Azinhal	522	479	5,8%	6,3%	40,9%	47,0%
Castro Marim	3 267	3 278	13,0%	8,9%	50,5%	27,7%
Odeleite	763	576	6,4%	2,8%	32,6%	58,2%
Vila Real de Santo António	19 156	18 824	13,4%	10,0%	50,5%	26,1%
Vila Real de Santo António	11 946	11 754	3,8%	2,8%	16,4%	9,9%
Lagos	31 049	33 494	12,8%	9,8%	52,6%	24,7%
UF. Bensafrim e Barão de São João	2 425	2 445	11,2%	8,5%	50,6%	29,7%
Território de intervenção	132 244	129 964	10,6%	7,9%	47,7%	27,7%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Como observável, através da estrutura etária, estamos perante um território tendencialmente envelhecido, e que apresenta um índice de envelhecimento crescente ao longo dos últimos anos (Gráfico 2), aumentando não só a necessidade de respostas ao nível dos apoios sociais e da criação de incentivos à natalidade, de modo que seja possível a renovação de gerações, e a fixação de habitantes. No território de intervenção, em 2022, o índice de envelhecimento situava-se nos 184,7, quando em 2018 era de 163,2.

O Concelho de Mértola, no Baixo Alentejo, e Alcoutim no Algarve apresentavam em 2022, o Índice mais elevado, 427,1 e 705,0, respetivamente.

Gráfico 2. Índice de envelhecimento (nº) | 2018 e 2022



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

Em termos de PIB per capita (Base 2016) a sub-região Algarve (+ 30,1%) e a sub-região do Alentejo Litoral (+21,9%) apresentaram uma evolução favorável entre 2014 e 2019. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas segue esta tendência evolutiva, no entanto, menos expressiva na sub-região do Algarve (+8,9%) e mais na sub-região do Baixo Alentejo (+34,2%), entre 2017 e 2021. Em 2021, as empresas do alojamento, restauração e similares, devido à elevada vocação turística destas NUTS, foram as que mais contribuíram para o VAB, seguindo-se as empresas do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, e da construção.

O número de empresas tem vindo igualmente a crescer, demonstrando este território uma significativa capacidade de resiliência face aos diversos constrangimentos que possam surgir. A vocação turística destes territórios reflete-se no peso substancial que as empresas do setor do alojamento, restauração e similares representam no tecido económico: 15,5% do total de empresas das três sub-regiões que compõem o território de intervenção do ITI. Acresce o aumento muito significativo do número de estabelecimentos turísticos nos concelhos do território de intervenção (+ 30,3%).

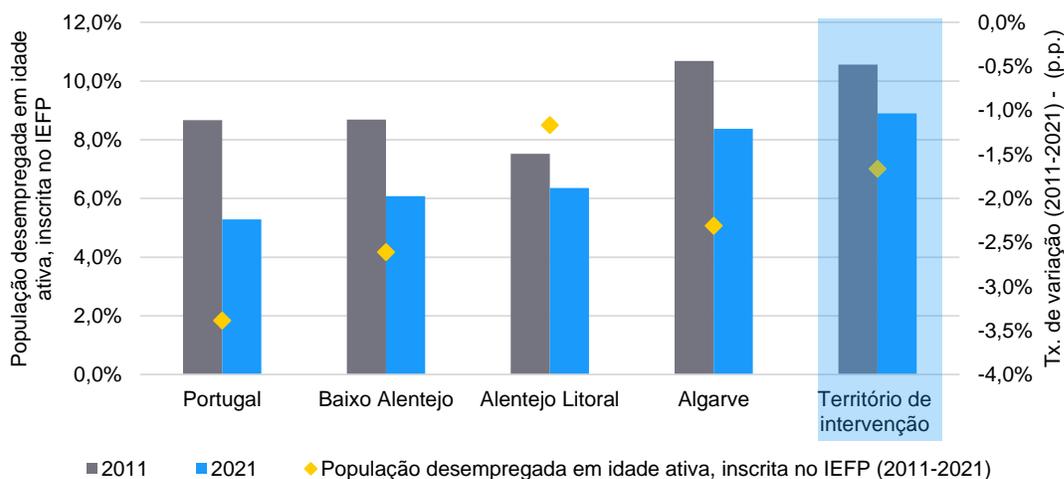
Tabela 3. Dinamismo económico e empresarial

	PIB per capita (Base 2016)			Empresas (nº)		
	2014	2019	Tx. variação	2017	2021	Tx. variação
Portugal	21 194 €	25 222 €	19,0%	1 242 693	1 342 116	8,0%
Baixo Alentejo	20 664 €	24 294 €	17,6%	14 951	15 644	4,6%
Alentejo Litoral	25 244 €	30 778 €	21,9%	12 414	12 755	2,7%
Algarve	21 644 €	28 167 €	30,1%	70 521	76 680	8,7%

Fonte: INE, Contas económicas regionais e Sistema de contas integradas das empresas

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

A população desempregada em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos de idade), inscrita no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), nos concelhos do território de intervenção, integralmente ou parcialmente incluídos, demonstra um comportamento decrescente, fruto, entre outros, do dinamismo económico e empresarial já observado anteriormente. O aumento da população empregada tem implicações diretas e claras na qualidade de vida dos residentes e na própria economia, uma vez que o poder de compra também aumenta. Em 2021 apenas 8,9% da população em idade ativa estava inscrita no IEFP, menos 1,7% face a 2011, tendo o concelho de Lagos (-5,2%) no Algarve, e Ourique (-7,3%) no Baixo Alentejo, registado a maior contração. Neste período importa apenas destacar o concelho de Albufeira, uma vez que foi o único a registar um aumento de 3,1% (Gráfico 3).

Gráfico 3. População desempregada em idade ativa, inscrita no IEFP (%) | 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021 e IEFP/MTSSS-MEM

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

O ensino e a academia, são dois elementos essenciais para que o propósito do presente ITI possa ser alcançado, seja através da consciencialização e da instrução, como da investigação sobre novas técnicas que visem inverter ou minimizar o impacto das alterações climáticas, num território em estado crítico quando à escassez de água, desertificação, incêndios, e qualidade dos ecossistemas aquáticos e terrestres, por exemplo.

Os dados demonstram uma significativa melhoria dos níveis de instrução, ao nível do ensino secundário e superior da população residente nos concelhos do território de intervenção, uma vez que todos evidenciam aumentos consideráveis entre 2011 e 2021, com destaque para os concelhos de Odemira (Alentejo Litoral), e Vila do Bispo (Algarve) no que concerne à conclusão do ensino secundário e Castro Verde (Baixo Alentejo), e Aljezur (Algarve) quanto ao ensino superior completo (Tabela 4 e Anexo 2).

De entre as três sub-regiões, o Algarve detém o maior número de unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em 2020 (105 unidades), seguindo-se o Baixo Alentejo com 38 unidades e o Alentejo Litoral com 19 unidades⁴. De entre outras, destaca-se a Universidade do Algarve e Universidade de Évora.

Tabela 4. Proporção de população residente com pelo menos o ensino secundário e superior completo (%) | 2011 e 2021⁵

Localização geográfica	Ensino secundário completo		Ensino superior completo	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	31,7%	45,6%	15,0%	21,2%
Alentejo	26,6%	39,8%	10,9%	15,6%
Baixo Alentejo	24,9%	37,6%	10,4%	14,8%
Alentejo Litoral	25,7%	39,1%	9,2%	13,1%
Odemira	21,9%	37,6%	7,5%	11,2%
São Teotónio	25,6%	36,7%	7,1%	8,9%
Sabóia	13,4%	24,9%	3,3%	8,5%
Santa Clara-a-Velha	15,9%	28,1%	3,9%	8,5%
São Martinho das Amoreiras	10,8%	36,0%	4,4%	16,8%
Luzianes-Gare	14,6%	31,0%	3,2%	9,8%
São Salvador e Santa Maria	26,8%	42,6%	11,3%	14,2%
Relíquias	14,9%	34,6%	6,7%	13,6%
Colos	17,0%	26,5%	7,0%	9,7%
Vale de Santiago	12,2%	20,5%	2,1%	6,0%

⁴ Fonte: INE, DGEEC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas).

⁵ O Anexo 1 apresenta a Proporção de população residente com pelo menos o ensino secundário e superior completo (%) | 2011 e 2021, para todas as freguesias, dos concelhos do território de intervenção, incluindo as que não fazem parte deste.

Localização geográfica	Ensino secundário completo		Ensino superior completo	
	2011	2021	2011	2021
Ourique	19,1%	31,6%	5,8%	9,7%
Almodôvar	18,2%	31,9%	6,2%	9,5%
Mértola	16,4%	29,0%	5,4%	9,4%
Castro Verde	25,7%	39,5%	10,7%	15,8%
UF. Castro Verde e Casével	30,4%	44,5%	13,5%	18,8%
Algarve	32,8%	46,0%	13,1%	18,5%
Aljezur	29,6%	42,7%	9,8%	16,8%
Alcoutim	14,0%	26,2%	4,7%	8,9%
Monchique	22,4%	33,7%	7,1%	12,6%
São Brás de Alportel	33,3%	46,4%	13,3%	19,5%
Vila do Bispo	26,3%	42,0%	8,6%	14,8%
Silves	27,2%	41,0%	9,3%	14,1%
São Marcos da Serra	12,2%	22,0%	2,7%	4,6%
São Bartolomeu de Messines	22,0%	35,1%	6,3%	11,0%
Silves	29,0%	42,2%	11,2%	15,5%
UF. Algoz e Tunes	28,1%	42,4%	8,9%	12,9%
Albufeira	35,8%	47,8%	12,5%	16,7%
Paderne	26,6%	39,7%	7,8%	12,5%
Loulé	31,8%	45,3%	12,0%	17,3%
Salir	16,3%	29,9%	6,4%	9,9%
Alte	17,7%	26,4%	5,4%	7,3%
Ameixial	8,7%	16,5%	2,2%	6,5%
UF. Querença, Tôr e Benafim	20,4%	30,9%	7,1%	10,7%
Tavira	29,9%	43,2%	11,8%	17,2%
Cachopo	5,6%	10,5%	1,0%	4,0%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	21,4%	33,4%	7,3%	12,2%
Castro Marim	22,7%	36,0%	8,2%	13,2%
Azinhal	13,1%	25,3%	3,7%	6,2%
Castro Marim	23,6%	36,6%	8,3%	12,9%
Odeleite	5,8%	15,9%	1,1%	4,7%
Vila Real de Santo António	27,7%	39,8%	9,6%	13,8%
Vila Real de Santo António	30,0%	41,7%	10,8%	14,6%
Lagos	35,4%	46,9%	13,3%	18,8%
UF. Bensafrim e Barão de São João	31,7%	39,1%	10,3%	14,1%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Tendo em conta o foco temático do presente ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, importa agora debruçar a análise de diagnóstico territorial sobre esses mesmo temas.

Devido à sua localização, maioritariamente, serrana, o território de intervenção é composto por extensas áreas de florestais, sobre as quais, e em prol de uma boa gestão, importa estabelecer mecanismos de proteção e gestão. Todos os concelhos do território de intervenção, com exceção de Aljezur, Albufeira e Vila Real de Santo António, estão cobertos por Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Por seu turno, a maior proporção de área classificada como ZIF, no Algarve, encontra-se em São Brás de Alportel (45,9%) e Alcoutim (39,2%), concelhos localizados na serra algarvia. No Alentejo as áreas mais notórias de ZIF situam-se no Baixo Alentejo, nos concelhos de Almodôvar (20,8%) e Ourique (17,5%).

Os incêndios florestais são um dos maiores flagelos que este território tem enfrentado ao longo dos últimos anos. Entre os motivos para este aumento podem identificar-se as alterações climáticas e os longos períodos sem precipitação, mas também a insuficiente gestão dos espaços florestais e as debilidades na consciência coletiva quanto aos comportamentos de risco.

Tabela 5. Proporção de superfície de ZIF e taxa de superfície florestal ardida (%) | 2017 e 2021 e 2015 e 2019

Localização geográfica	Proporção de superfície de ZIF		Tx. superfície florestal ardida	
	2017	2021	2015	2019
Alentejo	12,8%	31,9%	0,1%	0,3%
Baixo Alentejo	5,5%	11,6%	0,1%	0,4%
Alentejo Litoral	11,0%	39,7%	0,2%	0,1%
Odemira	0,0%	4,6%	0,5%	0,2%
Ourique	17,5%	17,5%	0,5%	1,2%
Almodôvar	20,8%	20,8%	0,0%	0,2%
Mértola	2,3%	13,1%	0,0%	0,3%
Castro Verde	0,0%	0,5%	0,0%	0,2%
Algarve	14,8%	19,2%	0,1%	0,2%
Aljezur	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Alcoutim	39,2%	39,2%	0,0%	0,0%
Monchique	12,6%	12,6%	0,6%	0,0%
São Brás de Alportel	15,4%	45,9%	0,0%	0,1%
Vila do Bispo	0,0%	2,9%	0,1%	0,0%
Silves	31,2%	31,2%	0,1%	0,3%
Albufeira	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Loulé	7,2%	25,7%	0,0%	0,1%
Tavira	20,4%	20,4%	0,0%	0,1%
Castro Marim	17,1%	17,1%	0,0%	0,0%
Vila Real de Santo António	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Lagos	0,0%	11,9%	0,0%	0,1%

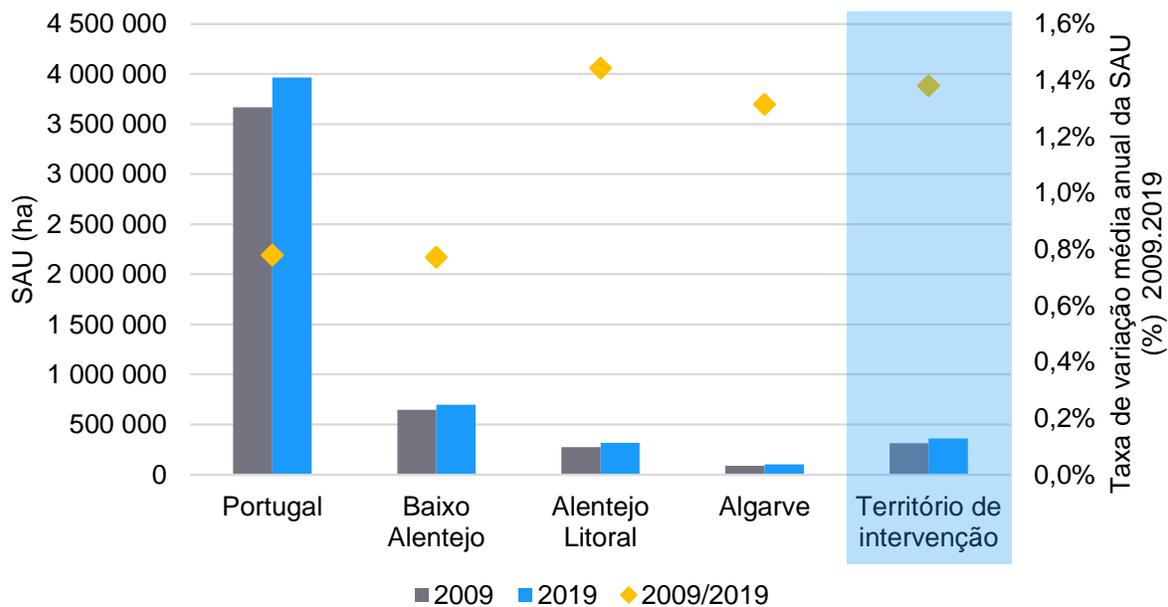
Fonte: INE, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

Sendo a agricultura um dos setores mais expressivos deste território e para o qual a disponibilidade de água para rega representa um fator crucial para a sua manutenção e desenvolvimento, importa observar a evolução deste setor. No território de intervenção, a superfície agrícola utilizada (SAU) tem tido um comportamento ascendente, crescendo 1,4% em média por ano, entre 2009 e 2019, em particular na UF de Bensafrim e Barão de São João, no concelho de Lagos, na sub-região do Algarve, e 4,7% na Freguesia de Vale de Santo Tiago, no concelho de Odemira, na sub-região do Alentejo Litoral.

Seguindo esta tendência, o mesmo se observa ao nível do número de explorações agrícolas, que durante os últimos dois períodos de recenseamento agrícolas, aumentaram no território de intervenção em 9,9%, em particular nas sub-regiões do Alentejo Litoral, com o concelho de Odemira a ter mais 18,1% de explorações agrícolas em 2019, face a 2009, e Mértola mais 22%.

Gráfico 4. Superfície Agrícola Utilizada (ha) | 2009 - 2019



Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas

A definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), veio traçar metas concretas de sustentabilidade nos territórios, em diversas matérias. Entre outros focos estão o combate às alterações climáticas e a proteção do meio ambiente, questões sobre o qual o presente ITI terá um relevante contributo, uma vez que este é um território que já sofre com o impacto negativo das mesmas.

A despesa e o investimento público representam um dos principais motores com vista ao alcance da sustentabilidade dos territórios, e que, quando aliadas de uma atuação conjunta e coesa com o setor privado, podem ser a força motriz que este território tanto necessita.

Em termos de despesas em ambiente efetuadas pelos municípios que compõem o território de intervenção, mesmo que não incluídos na sua totalidade, identifica-se um esforço de investimento financeiro em particular em matérias de gestão de resíduos e proteção da biodiversidade e paisagem. Entre 2020 e 2021, com exceção dos concelhos de Odemira, na sub-região do Alentejo Litoral, Mértola e Castro Verde, na sub-região do Baixo Alentejo, e Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel e Loulé, na sub-região do Algarve, os restantes aumentaram as despesas em ambiente por habitante.

Tabela 6.Despesas em ambiente dos municípios (€/hab.) | 2020-2021

Localização geográfica	Despesas em ambiente				
	2020	2021	Tx. De variação	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e paisagem
			2020-2021	2021	
Portugal	70,00 €	68,00 €	-2,9%	50,00 €	15,00 €
Alentejo	82,00 €	91,00 €	11,0%	65,00 €	23,00 €
Baixo Alentejo	85,00 €	110,00 €	29,4%	91,00 €	18,00 €
Alentejo Litoral	90,00 €	101,00 €	12,2%	77,00 €	24,00 €
Odemira	91,00 €	88,00 €	-3,3%	57,00 €	32,00 €
Ourique	135,00 €	155,00 €	14,8%	103,00 €	52,00 €
Almodôvar	99,00 €	128,00 €	29,3%	67,00 €	61,00 €
Mértola	115,00 €	114,00 €	-0,9%	96,00 €	18,00 €
Castro Verde	76,00 €	70,00 €	-7,9%	63,00 €	7,00 €
Algarve	120,00 €	127,00 €	5,8%	85,00 €	39,00 €
Aljezur	161,00 €	156,00 €	-3,1%	111,00 €	44,00 €
Alcoutim	141,00 €	191,00 €	35,5%	62,00 €	129,00 €
Monchique	389,00 €	315,00 €	-19,0%	99,00 €	213,00 €
São Brás de Alportel	146,00 €	156,00 €	6,8%	100,00 €	53,00 €
Vila do Bispo	218,00 €	205,00 €	-6,0%	119,00 €	87,00 €
Silves	83,00 €	111,00 €	33,7%	88,00 €	23,00 €
Albufeira	194,00 €	215,00 €	10,8%	174,00 €	39,00 €
Loulé	211,00 €	174,00 €	-17,5%	121,00 €	44,00 €
Tavira	70,00 €	116,00 €	65,7%	62,00 €	54,00 €
Castro Marim	192,00 €	260,00 €	35,4%	117,00 €	139,00 €
Vila Real de Santo António	106,00 €	112,00 €	5,7%	110,00 €	2,00 €
Lagos	177,00 €	177,00 €	0,0%	134,00 €	42,00 €

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

O território de intervenção contempla um património natural de elevado valor, não só local, como nacional e europeu, estando este inserido integralmente, parcialmente ou localizado próximo do que é a área de intervenção. A título de exemplo destaca-se, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, o Parque Natural do Vale do Guadiana, a Reserva da Biosfera de Castro Verde, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e VRSA, a Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, a Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola, a Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA, os Sítios RAMSAR Ribeira do Vascão e do Sapal de Castro Marim, entre outros.

Para além dos regimes de proteção da natureza e biodiversidade nacionais, existe ainda o principal instrumento para a conservação da natureza na UE, a Rede Natura 2000, tendo como objetivo a proteção, a longo prazo, das espécies e dos habitats que se encontram mais ameaçados. A Rede Natura 2000 é composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE) estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, com vista à proteção das espécies e dos seus habitats, e por Zonas de Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo de conservar os habitats naturais de fauna e flora (Tabela 7).

Tabela 7. Proporção de superfície de áreas protegidas de zonas de proteção especial (ZPE) da Rede Natura 2000 (%) | 2017-2021

Localização geográfica	Proporção de superfície de áreas classificadas		Proporção de superfície de ZPE	
	2017	2021	2017	2021
Portugal	22,6%	22,6%	10,4%	10,4%
Alentejo	24,4%	24,4%	12,2%	12,2%
Baixo Alentejo	31,1%	31,1%	28,8%	28,8%
Alentejo Litoral	30,6%	30,4%	11,4%	11,4%
Odemira	44,0%	43,8%	23,1%	23,1%
Ourique	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%
Almodôvar	19,9%	19,8%	17,2%	17,2%
Mértola	60,7%	60,5%	56,3%	56,3%
Castro Verde	84,8%	84,8%	84,5%	84,5%
Algarve	37,0%	36,9%	27,5%	27,5%
Aljezur	74,1%	73,7%	68,7%	68,7%
Alcoutim	7,7%	7,4%	0,8%	0,8%
Monchique	87,2%	87,2%	87,0%	87,0%
São Brás de Alportel	51,3%	51,0%	47,4%	47,4%
Vila do Bispo	97,3%	97,3%	61,5%	61,5%
Silves	32,5%	32,4%	29,2%	29,2%
Albufeira	16,2%	16,2%	0,0%	0,0%
Loulé	54,5%	54,4%	29,2%	29,2%

Localização geográfica	Proporção de superfície de áreas classificadas		Proporção de superfície de ZPE	
	2017	2021	2017	2021
Tavira	13,2%	13,1%	12,8%	12,8%
Castro Marim	13,6%	13,8%	6,2%	6,2%
Vila Real de Santo António	34,1%	33,6%	14,0%	14,0%
Lagos	16,3%	15,1%	1,3%	1,3%

Fonte: INE, Entidades responsáveis pela conservação da natureza e das florestas do Continente, Açores e Madeira

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

As alterações climáticas têm um impacto, observável, de grande relevância e com graves impactos, ao nível da disponibilidade hídrica. Ao longo dos últimos anos assiste-se a contínuos, e cada vez mais prolongados, períodos de ausência de precipitação; as barragens encontram-se muito abaixo da sua capacidade, e a desertificação é já uma característica muito presente na paisagem deste território durante uma parte considerável do ano. O aumento das temperaturas médias durante longos períodos, aliado à baixa precipitação, agrava ainda mais a situação dramática que este território vive, uma vez que aumenta a evapotranspiração dos espelhos de água e reservatórios e da pouca água que ainda existe no solo.

As consequências são notórias na agricultura, em particular, e na sociedade em geral, exigindo a todos um esforço focalizado na poupança e na gestão dos usos, tanto para consumo animal/rega como humano. Num território com elevadas temperaturas, que persistem durante períodos longos, a necessidade de consumir um maior volume de água também aumenta, importando por isso melhorar a gestão e a proteção deste recurso valioso.

O volume de água captada, independentemente da origem, tem vindo a diminuir entre 2016 e 2020. Ainda assim, entre 2016 e 2020, os concelhos de Odemira, Ourique, Mértola, Silves e Loulé, registaram os aumentos mais significativos de entre os concelhos, que, integralmente ou parcialmente, se encontram no território de intervenção. Em 2020, a maioria da água era captada em fontes superficiais de água. Importa ainda destacar que a captação de água através de fontes subterrâneas, ocorre em exclusividade nos concelhos de Castro Verde, no Baixo Alentejo, e Alcoutim, São Brás de Alportel, Vila do Bispo, Albufeira, Loulé e Lagos na sub-região do Algarve (Tabela 8).

Tabela 8. Água captada e origem de caudal (m³) | 2016-2020 e Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%) | 2021

Localização geográfica	Taxa de variação	Águas subterrâneas	Águas de superfície	Ignorada/não especificada	Estado massas de Água
	2016-2020	2020			2021
Portugal	*	325 547 903	595 974 938	2 370 065	46,1%
Alentejo	9,6%	42 651 566	60 144 455	0	33,6%
Baixo Alentejo	-8,9%	4 720 178	8 476 975	0	42,8%
Alentejo Litoral	1,8%	9 765 627	2 151 750	0	49,0%
Odemira	7,0%	235 347	2 151 750	0	60,9%
Ourique	408,6%	62 262	1 198 916	0	52,0%
Almodôvar	-34,9%	139 203	94 469	0	68,8%
Mértola	6,9%	245 974	3 686	0	77,8%
Castro Verde	-82,8%	203 253	0	0	61,5%
Algarve	-2,0%	13 795 303	60 230 029	0	76,9%
Aljezur	*	0	0	0	100,0%
Alcoutim	-28,6%	50 599	0	0	88,9%
Monchique	-44,1%	0	18 597 216	0	87,5%
São Brás de Alportel	-59,8%	76 884	0	0	85,7%
Vila do Bispo	-9,5%	375 568	0	0	100,0%
Silves	313,3%	11 923 513	11 745 408	0	68,2%
Albufeira	-89,0%	26 872	0	0	20,0%
Loulé	2,5%	732 891	0	0	76,2%
Tavira	-0,6%	19 595	26 122 906	0	86,4%
Castro Marim	-31,2%	7 225	492 327	0	50,0%
Vila Real de Santo António	*	0	0	0	66,7%
Lagos	*	417 217	0	0	83,3%

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, e Agência Portuguesa do Ambiente

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

* Ausência de informação para o período de análise, ou para o ano de 2016.

O bom estado ou o potencial ecológico das massas de água superficiais (Tabela 8), que traduz a qualidade da estrutura e do funcionamento dos ecossistemas aquáticos, é em muito afetado pelas consequências das alterações climáticas. Fenómenos extremos, com impactos nas massas de água superficiais, relacionados com níveis de precipitação anormais colocam em causa a salubridade e a segurança dos habitats (naturais e urbanos). Eleva-se assim a necessidade de analisar não apenas os níveis das reservas

nas barragens ou dos rios, mas também a qualidade ou o potencial ecológico⁶ das massas de água superficiais e subterrâneas. A importância desta análise, deve ser vista tanto do ponto de vista do consumo, humano e animal, como da disponibilidade para rega e da biodiversidade.

Tabela 9. Temperatura média do ar (°C) | 2016 e 2020

Localização geográfica	Temperatura média do ar (°C)		Diferença da temperatura média do ar (°C)
	2016	2020	2017
Portugal	0,00	0,00	0,00
Alentejo	17,13	17,37	0,24
Baixo Alentejo	17,38	17,63	0,25
Alentejo Litoral	16,86	17,05	0,19
Odemira	16,45	16,75	0,30
Ourique	16,96	17,23	0,27
Almodôvar	16,87	17,40	0,53
Mértola	17,77	18,05	0,28
Castro Verde	17,36	17,59	0,23
Algarve	17,33	17,54	0,21
Aljezur	15,84	15,82	-0,02
Alcoutim	17,79	18,06	0,27
Monchique	16,15	16,43	0,28
São Brás de Alportel	17,12	17,32	0,20
Vila do Bispo	16,59	16,76	0,17
Silves	17,36	17,72	0,36
Albufeira	17,89	18,14	0,25
Loulé	17,30	17,60	0,30
Tavira	17,66	17,80	0,14
Castro Marim	18,25	18,38	0,13
Vila Real de Santo António	18,34	18,37	0,03
Lagos	16,79	16,90	0,11

Fonte: INE, Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Nota: Dados por aproximação, devido à ausência de dados ao nível da freguesia.

⁶ O estado ecológico traduz a qualidade da estrutura e do funcionamento dos ecossistemas aquáticos associados às águas superficiais sendo avaliado através da comparação dos dados obtidos, para os vários elementos de qualidade, com as condições de referência definidas para cada ecótipo.

Mais de metade das massas de água superficiais presentes nos concelhos que compõem o território de intervenção, integralmente ou parcialmente, encontram-se em bom estado/com potencial ecológico. Ainda assim, é de destacar os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, como os únicos que apresentam uma proporção de massas de água superficiais com bom estado/potencial ecológico de 100%.

Uma outra consequência das alterações climáticas é o aumento da temperatura média do ar, com efeito diretos, na qualidade de vida, na provisão de água e nas culturas e animais, o que por vezes exerce, em consequência, uma maior pressão sobre o recurso água tanto ao nível da superfície como subterrânea, uma vez que a infiltração é menor.

Este território tem um clima marcadamente mediterrânico, marcado por longos períodos áridos, que em consequência das alterações climáticas, não só se tem prolongado como intensificado. Todos os concelhos que compõem integralmente, ou parcialmente, o território de intervenção do ITI, entre 2016 e 2020, com exceção de Aljezur, viram a sua temperatura média aumentar, em particular os concelhos do interior, que não beneficiam de forma direta do clima oceânico. O concelho de Almodôvar, no Baixo Alentejo, registou um aumento da sua temperatura média em 0,53°C., sendo que na sua maioria todos os concelhos aumentaram a sua temperatura média em cerca de 0,20°C.

1.3. Análise SWOT

 Strengths (Forças)	 Weaknesses (Fraquezas)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Presença de património natural protegido de elevado valor ambiental e ecológico; ▶ Território rico em biodiversidade vegetal e animal; ▶ Desenvolvimento económico do setor agrícola e turístico; ▶ Aumento da qualificação da população residente; ▶ Presença de instituições académicas e unidades de investigação dedicadas aos temas da água, ecossistemas de paisagem e alterações climáticas de elevada relevância e importância; ▶ Presença de importantes reservatórios subterrâneos de água, como o aquífero de Querença-Silves. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Perda populacional e envelhecimento generalizado da população residente, na maioria dos concelhos que compõem o território de intervenção; ▶ Incêndios rurais, em resultado das alterações climáticas e da ausência, em alguns casos, de limpeza e gestão dos espaços florestais; ▶ Presença de atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura, consumidores de elevadas quantidades de água e energia; ▶ Contaminação das linhas de água e aquíferos, devido à escorrência de águas contaminadas pela agricultura e pecuária; ▶ Eutrofização das linhas de água e presença de espécies invasora que contaminam as galerias ripícolas; ▶ Regime de propriedade que implica o contacto, nem sempre fácil, com os proprietários de modo que seja possível intervir, por exemplo, nas linhas de água; ▶ Isolamento geográfico de alguns aglomerados urbanos, num território onde o modelo de povoamento é maioritariamente disperso e de baixa densidade.
 Opportunities (Oportunidades)	 Threats (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Potencial turístico do território de intervenção, para a atração de visitantes; ▶ Elevado associativismo e investimento académico, tendo em vista a mitigação às alterações climáticas; ▶ Aumento das despesas em ambiente por parte do poder local, em matéria de resíduos e proteção da biodiversidade; ▶ Capital natural de elevado valor patrimonial para o país. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Elevada exposição às alterações climáticas, com impacto no aumento da temperatura, desertificação, escassez de água, e eventos climáticos extremos; ▶ Escassez do recurso natural água, colocando em causa o abastecimento público e as culturas agrícolas; ▶ Ecossistemas terrestres e aquáticos degradados, com implicações na foz dos rios.

2. Fundamentação estratégica⁷

2.1. O foco temático

A caracterização do foco temático e a consequente definição dos objetivos do Plano de Ação tem como centro a estruturação de uma abordagem integrada que permite atender às necessidades de desenvolvimento identificadas e às potencialidades da zona, tal como explicitado no artigo 29.º, alínea c), do Regulamento (EU) 2021/1060.

No contexto da construção das estratégias de desenvolvimento territorial do Algarve e Alentejo para 2030, a estruturação de um ITI funcional/temático foi assumida como uma solução de especial relevância para ambas as regiões e com um impacto de significativo potencial para os territórios sobre o qual este incide, onde se identificam desafios, necessidades e recursos comuns. A pertinência do ITI para o Algarve e Alentejo prende-se assim, com a necessidade de responder aos desafios partilhados entre a área geográfica correspondente à fronteira entre os territórios da NUTS II do Algarve e Alentejo, coincidentes com a área de atuação da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve, I.P.) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo, I.P.).

O processo de construção do ITI nasce, assim, do envolvimento dos principais atores públicos e privados e dos Grupos de Ação Local da região, pelo seu importante papel e experiência no território, em torno de duas temáticas prementes e partilhadas entre o Algarve e o Alentejo, a água e os ecossistemas de paisagem, respondendo às implicações diretas que estes dois temas exercem sobre o território e as pessoas. É esperado que, alavancadas a estes dois temas, sejam criadas soluções inovadoras, geradoras de conhecimento e riqueza, responsáveis por transformar a região num território atrativo, sustentável e eficiente, não esquecendo as questões relacionadas com a coesão económica, social e territorial.

Através de processos de auscultação e de reflexão sobre as problemáticas e as potencialidades da região, o consenso entre regiões foi claro, quanto ao foco estratégico e temático do ITI em torno da água e dos ecossistemas de paisagem, tendo também implícito o combate à perda populacional e económica destes territórios:

- ▶ **A água** representa um dos recursos de maior valor no mundo, contribuindo em muito para o desenvolvimento dos territórios, em particular de génese rural e de baixa densidade. As implicações das alterações climáticas, nomeadamente no que concerne aos baixos níveis de precipitação, apresentam consequências graves no abastecimento das linhas de água e dos aquíferos, com implicações diretas nos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e animal e para a rega.

⁷ Este documento dá continuidade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do estudo de suporte ao desenvolvimento técnico do Plano de Ação. O foco temático foi desenvolvido com base na estratégia desenhada que serve de suporte e de justificação sobre a relevância deste instrumento (ITI temático), bem como orienta o Plano de Ação.

Os períodos de seca extrema, resultado de baixos níveis de precipitação, acompanhados pela ausência de planeamento e de iniciativas eficazes de gestão e conservação das linhas de água, revelam a necessidade urgente de intervir nos corredores que nascem nas zonas serranas, já que as reabilitações das redes hidrográficas são notoriamente importantes para acautelar os serviços de ecossistema. Inevitavelmente, assistimos a um aumento da pressão exercida sobre os recursos hídricos disponíveis, motivado em alguns casos devido ao recurso, por parte das populações, a formas comprometedoras das disponibilidades e da qualidade dos recursos hídricos, como sendo os furos ilegais de captação de água.

- ▶ **Os ecossistemas de paisagem** assumem uma particular relevância no contexto regional. Os ecossistemas verdes representam, em ambas as regiões, importantes repositórios de biodiversidade, contribuindo para a absorção e captura de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo a presença do mesmo no ar. Representam ainda uma reserva ecológica para uma nova economia verde, através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais endógenos.

Deste modo, revela-se fundamental, por meio da concretização e implementação do ITI, a criação de corredores verdes, visando a proteção na região das suas áreas protegidas, das florestas e dos seus ecossistemas, dos corredores ecológicos associados às bacias hidrográficas e de todos os habitats naturais.

A abordagem operativa quanto à alavancagem do tema água e ecossistemas de paisagem, e dos objetivos associados a este ITI temático, baseia-se numa caracterização do território de intervenção que identificou as principais características, constrangimentos e potencialidade do território a intervir, bem como o envolvimento, em sessões de trabalho focalizadas sobre este ITI, de um conjunto de entidades que atuam no território, como a CCDR Algarve e Alentejo, I.P. e com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Administrações das Regiões Hidrográficas do Algarve e do Alentejo, com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e do Alentejo e com as Associações para o Desenvolvimento Local (ADL) do território.

Foram ainda tidos em consideração diversos documentos, nomeadamente: Agendas Regionais para a Economia Circular; Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas; Resposta aos efeitos da Covid-19 na Região do Algarve; Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve; Projeto Cordão Verde; Agenda de Inovação para a Agricultura; Projeto Alentejo Clima em Escassez Hídrica; Projeto VALAGUA; Plano de Ação Água e o Plano de Ação Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática do Alentejo 2030.

A estratégia encontra-se assente em três domínios de intervenção e seis áreas temáticas (Figura 2):

- ▶ Domínios de intervenção:
 - **Ecossistemas terrestres e ambiente:** conjunto de intervenções que versam sobre os recursos naturais e os ecossistemas, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade;

- **Recursos hídricos:** intervenções que têm como objetivo a melhoria da qualidade da água e aumento da eficiência na gestão dos recursos hídricos;
 - **Pessoas e território:** conjunto de intervenções que se focam nas questões de atratividade do território, criação de emprego e riqueza e contrariam o processo de despovoamento verificado.
- ▶ **Áreas temáticas:**
- **Proteção Ambiental e Proteção dos Ecossistemas** – Projetos de preservação e conservação da biodiversidade dos ecossistemas terrestres e hídricos;
 - **Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água** – Promoção do armazenamento e utilização eficiente da água, como resposta à crescente escassez de recursos hídricos;
 - **Economia verde e circular** – Incentivo à transição e eficiência energética e adoção de modelos circulares na atividade económica;
 - **Investigação e inovação** – Promoção da investigação e inovação aplicada aos territórios rurais e agricultura;
 - **Valorização e revitalização económica e social** – Fomento da atratividade do território, através da valorização dos seus recursos endógenos e diversificação das atividades económicas;
 - **Capacitação e Sensibilização** – Projetos de direcionados para a capacitação e sensibilização da população para os temas relacionados com a adaptação às alterações climáticas e a utilização eficiente dos recursos naturais.

Figura 2. Relação entre os domínios e o foco temático do ITI



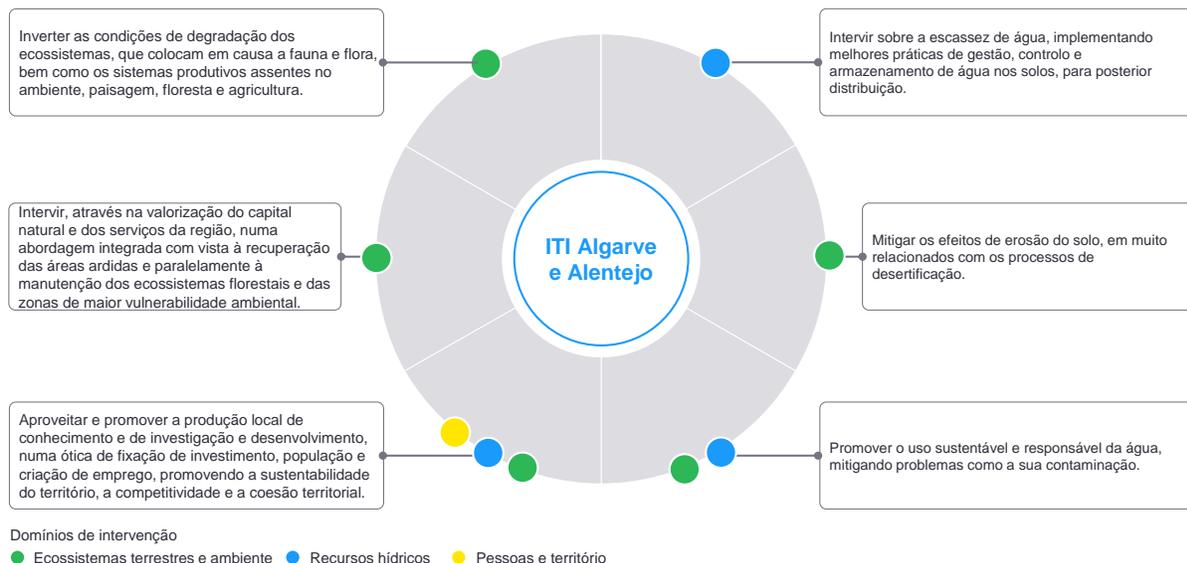
Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI

2.2. Os objetivos estratégicos

Tendo por base a temática – água e ecossistemas de paisagem – como fio condutor da estratégia de intervenção do presente ITI para as regiões do Algarve e Alentejo, foram elencados um conjunto de objetivos específicos que orientam a operacionalização deste instrumento, tendo como foco a mitigação dos constrangimentos identificados e a potencialização das características únicas deste território (Figura 3):

- ▶ Intervir sobre a escassez de água, implementando melhores práticas de gestão, controlo e armazenamento de água nos solos, para posterior distribuição;
- ▶ Mitigar os efeitos de erosão do solo, em muito relacionados com os processos de desertificação;
- ▶ Promover o uso sustentável e responsável da água, mitigando problemas como a sua contaminação;
- ▶ Aproveitar e promover a produção local de conhecimento e de investigação e desenvolvimento, numa ótica de fixação de investimento, população e criação de emprego, promovendo a sustentabilidade do território, a competitividade e a coesão territorial;
- ▶ Intervir, através na valorização do capital natural e dos serviços da região, numa abordagem integrada com vista à recuperação das áreas áridas e paralelamente à manutenção dos ecossistemas florestais e das zonas de maior vulnerabilidade ambiental;
- ▶ Inverter as condições de degradação dos ecossistemas, que colocam em causa a fauna e flora, bem como os sistemas produtivos assentes no ambiente, paisagem, floresta e agricultura.

Figura 3. Relação entre os objetivos estratégicos e os domínios de intervenção



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI

São ainda identificados três objetivos transversais, potenciadores do território de intervenção:

- ▶ **Constituição da Bio-região Cordão Verde Algarve-Alentejo** – O conceito da Bio Região é, em si mesmo, um conceito de estruturação territorial em torno dos princípios da produção sustentável / agroecologia, utilização sustentável dos recursos hídricos, envolvimento dos atores locais no desenho e gestão dos processos de desenvolvimento e de construção coletiva de um território vivo que articule valores ambientais, sociais, culturais e económicos. As Bio-regiões⁸ são assentes em linhas orientadoras de promoção e gestão sustentável dos recursos locais, de promoção da agroecologia numa abordagem territorial, de conservação dos recursos naturais e do ambiente, de melhoria da qualidade de vida dos seus atores e valorização dos pontos fortes do território; contribuem para a prossecução dos objetivos dos diversos programas de desenvolvimento territorial em Portugal, cumprindo também alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos no Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- ▶ **Inverter a perda populacional** – Como observado no diagnóstico o território de intervenção tem assistido ao longo dos últimos anos a uma regressão da sua população residente, exceto casos muito particulares. Deste modo, a questão da demográfica é um foco relevante do ITI do Algarve Alentejo, nomeadamente, através do reforço da atratividade dos territórios alvo da intervenção, com a coesão territorial e social a ser uma prioridade no âmbito dos resultados a alcançar. É esperado que, tendo por base um conjunto de ações que visam melhorar a sustentabilidade ambiental do território e inverter as consequências das alterações climáticas, sejam reunidas as condições necessárias para aumentar a atratividade e as oportunidades presentes neste território.
- ▶ **Valorização dos recursos naturais** – A necessidade de transformação dos ecossistemas de paisagem, assume uma particular relevância no contexto regional. Os ecossistemas verdes representam, em ambas as regiões, importantes repositórios de biodiversidade, contribuindo para a absorção e captura de dióxido de carbono da atmosfera, reduzindo a presença do mesmo no ar. Representam ainda uma reserva ecológica para uma nova economia verde, através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Pretende-se assim, mais uma vez, que o presente ITI contribua para a atratividade do território, através da valorização e potenciação dos recursos naturais.

⁸ Para o reconhecimento formal de uma bio-região esta deve responder a um conjunto de etapas: **Decisão política** de estabelecer uma bio-região, tomada por grupos de atores locais ou pelo poder local competente; **Diagnóstico participativo** de modo a identificar os problemas observados no acordo político; **Planeamento Estratégico** – pacto territorial, tendo por base o diagnóstico efetuado, com vista ao desenvolvimento e promoção da bio-região, incluindo a sua monitorização, tendo como resultado desta estratégia o Pacto Territorial entre diversos atores; **Política alimentar** com vista a assegurar que todos os cidadãos têm acesso a uma alimentação adequada; **Estrutura de governança** assente na participação e negociação de múltiplos atores, devendo existir um órgão de coordenação da bio-região, um responsável pela implementação do plano estratégico, um que seja responsável por fazer a articulação entre todos os atores do território, e um responsável pela avaliação e a monitorização dos indicadores.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações para o desenvolvimento sustentável dos territórios até 2030, procurando mobilizar esforços a uma escala global ao redor de um conjunto de objetivos e metas comuns – os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As intervenções que se vierem a preconizar no presente ITI contribuem para o alcance das metas de sete, dos 17 ODS (Figura 4).

Figura 4. ODS para os quais a estratégia e Plano de Ação do ITI contribuem



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI, com base nas Nações Unidas

Devido à complexidade de algumas das diversas iniciativas indicativas, optou-se por adotar uma abordagem conservadora, referenciando apenas o contributo dos 14 Projetos Estruturantes do Plano de Ação do ITI (observar no capítulo 3.) para o alcance das metas dos ODS. O contributo foi observado em dois níveis: ODS Principal – Corresponde a uma contribuição direta; ODS Secundário – Corresponde a uma contribuição indireta (Tabela 10).

Tabela 10. Contributos do Projetos Estruturantes, do Plano de Ação do ITI, para o alcance das metas dos ODS

Projetos Estruturantes	ODS Principal	ODS Secundário
1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	13- Ação climática	14- Proteger a vida marinha
2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	15- Proteger a vida terrestre	13- Ação climática
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	15- Proteger a vida terrestre	13- Ação climática
4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	13- Ação climática	6- Água potável e saneamento
5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	13- Ação climática	15- Proteger a vida terrestre
6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	13- Ação climática	15- Proteger a vida terrestre
7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	13- Ação climática	11- Cidades e comunidades sustentáveis
8- Combate e mitigação às alterações climáticas	13- Ação climática	15- Proteger a vida terrestre
9- Gestão e proteção dos espaços florestais	15- Proteger a vida terrestre	13- Ação climática
10- Valorização do património natural	15- Proteger a vida terrestre	13- Ação climática
11- Reordenamento e gestão da paisagem	15- Proteger a vida terrestre	11- Cidades e comunidades sustentáveis
12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	13- Ação climática	17- Parcerias para a implementação dos objetivos
13- Apoio às empresas com foco no território e temática	13- Ação climática	11- Cidades e comunidades sustentáveis
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	13- Ação climática	17- Parcerias para a implementação dos objetivos

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI, com base nas Nações Unidas

2.3. Enquadramento estratégico do ITI nos Programas Regionais

As questões da água e dos ecossistemas de paisagem, ambiente e desenvolvimento sustentável estão na base de muitas das políticas europeias e nacionais, que em geral incitam a que se assuma um compromisso claro no que toca à transição justa e à atenuação dos impactos das alterações climáticas. Não sendo as regiões do Algarve e do Alentejo exceção, este ITI temático tem foco, quase exclusivo, nestas questões, sendo por isso uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável da região, do país e da Europa. O ITI encontra-se assim, enquadrado e alinhado com a OP2 Portugal + Verde, do Acordo de Parceria Portugal 2030, com a Agenda 3 – Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos, da Estratégia Portugal 2030, e com as Estratégias Regionais do Alentejo e do Algarve para o período 2030.

A RCM 97/2020 de 13 de novembro, nas suas alíneas a) e b) do número 9, indica que podem ser definidos modelos flexíveis de programação de base territorial para dar resposta a problemas territoriais específicos, visando a *“resolução de debilidades estruturais específicas de determinados territórios, incluindo económicas, sociais e ambientais e, numa ótica de seletividade, privilegiando territórios funcionais para estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos”*. Aqui é também referido que a concretização das estratégias e investimentos estruturantes, deverão garantir o envolvimento de *“mais do que uma NUTS III”*.

Tendo por base as orientações europeias para o ciclo de programação 2021-2027, adotadas no âmbito do Portugal 2030, como demonstrado nos parágrafos anteriores, as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais do Alentejo e Algarve articularam-se de modo a dar resposta aos desequilíbrios e constrangimentos destas regiões no âmbito do foco temático da água e ecossistemas de paisagem. Mantém-se a aposta em instrumentos de base territorial de proximidade, mas agora coordenando uma abordagem integrada entre ambas as regiões.

Ambos os Programas Regionais do Alentejo e do Algarve, preveem no respetivo Objetivo Específico (OE) OE 5.2. “Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas”, abordagens temáticas ou funcionais, com intervenção focada num tema/território definido, tendo por base uma estratégia coletiva comum, com o intuito de reforçar o trabalho em rede, dar escala sub-regional ou inter-regional a investimentos que respondem diretamente aos desafios do tema/território em causa, tendo aqui encaixe do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo.

A matriz estratégica do ITI constitui um elemento de suporte ao processo de desenvolvimento regional na sua globalidade, e também no suporte à aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no território de intervenção. Neste sentido, o Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, considera também os objetivos e resultados previstos em ambos os Programas Regionais, visando, como já observado, a concretização de uma estratégia conjunta, entre duas NUTS II e três NUTS III, com vista à mitigação das problemáticas e o investimento nas potencialidades que partilham.

O Plano de Ação do presente ITI mobilizará os seguintes Objetivos específicos (OE), de cada um dos programas regionais, e respetivas tipologias (Figura 5).

Os OE mobilizados, simultaneamente, no Programa Regional (PR) do Algarve e do Alentejo são:

- ▶ OE 1.1. Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas – O presente Objetivo Específico tem como intuito fundamental colmatar as debilidades das regiões, através do investindo em I&D e da criação de conhecimento científico e tecnológico no âmbito das respetivas EREI. As temáticas que balizam e orientam o Plano de Ação – Água e Ecossistemas de Paisagem – apresentadas anteriormente, beneficiam em muito do nível de qualificação da população e das excelentes infraestruturas de ensino e investigação já existentes no território. No entanto, é necessário que esse conhecimento seja produzido dentro dos limites do território de intervenção, e focado totalmente na inversão dos problemas já identificados e relacionados com os temas da seca, reutilização de água, desertificação, alterações climáticas, *habitats*, ecossistemas terrestres e aquáticos, entre outros. O conhecimento, a formação, a experimentação e as soluções de base tecnológica aqui desenvolvidas, para além de terem uma aplicabilidade direta na melhoria das condições de território, podem representar alternativas inovadoras para o resto do País.
- ▶ OE 1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo – O OE será materializado por via dos Avisos ao Sistema de Incentivos (S.I.) para as empresas, tendo como foco o território de intervenção e temáticas como a capacitação com vista à formação, adaptação, e consciencialização dos atores e das empresas do território em matéria de sustentabilidade e proteção ambiental, iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento e a reutilização de água para fins múltiplos, entre outros.
- ▶ OE 2.6. Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos – A sociedade, mas também as empresas, têm um papel fundamental na transição para uma economia mais sustentável, amiga do ambiente e que exerça menos pressão sobre os recursos naturais, que já se encontram em grande risco nesta região. Deste modo é fundamental o investimento em projetos na área da economia circular, culturas e pastagens regenerativas, circularidade e uso eficiente da água, bem como em ações de capacitação. O impacto de ações deste tipo, no território de intervenção, será fundamental para a concretização do seu propósito e para a melhoria e proteção dos recursos.
- ▶ OE 2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas – a mobilização deste Objetivo Específico revela-se da maior importância para o alcance dos objetivos do ITI e para a mitigação das problemáticas que este território enfrenta, uma vez que concentra as intervenções em matéria de alterações climáticas e gestão dos recursos hídricos. Como observado no diagnóstico territorial apresentado, os impactos diretos das alterações climáticas no território de intervenção são já notórios

e com consequências diretas, em termos de qualidade de vida humana, dos animais, *habitats* e na economia da região. Importa deste modo, com base numa abordagem integrada que ganha forma através do ITI, apoiar estratégias e projetos que visem a mitigação destas consequências, que todos os anos se tornam mais prolongadas no tempo e mais intensas.

Já é característico deste território o calor extremo que se faz sentir numa parte significativa do ano, devido ao aumento progressivo da temperatura média do ar, que em alguns concelhos chega a ultrapassar os 0,20°C, em média por ano, e os diminutos níveis de precipitação, por vezes intercalados por chuvas intensas. Estas problemáticas acabam por ter impactos diretos no recurso água, em particular no que diz respeito à disponibilidade. É característica da paisagem desta região as albufeiras estarem a níveis perigosamente baixos e as linhas de água quase secas. Estes eventos levam à necessidade de se investir no combate às alterações climáticas, mas também na gestão dos recursos hídricos, com vista ao abastecimento humano, à agricultura e pastorícia, para os quais os sistemas de regras e os espelhos de água são importantes, e para as restantes atividades económicas.

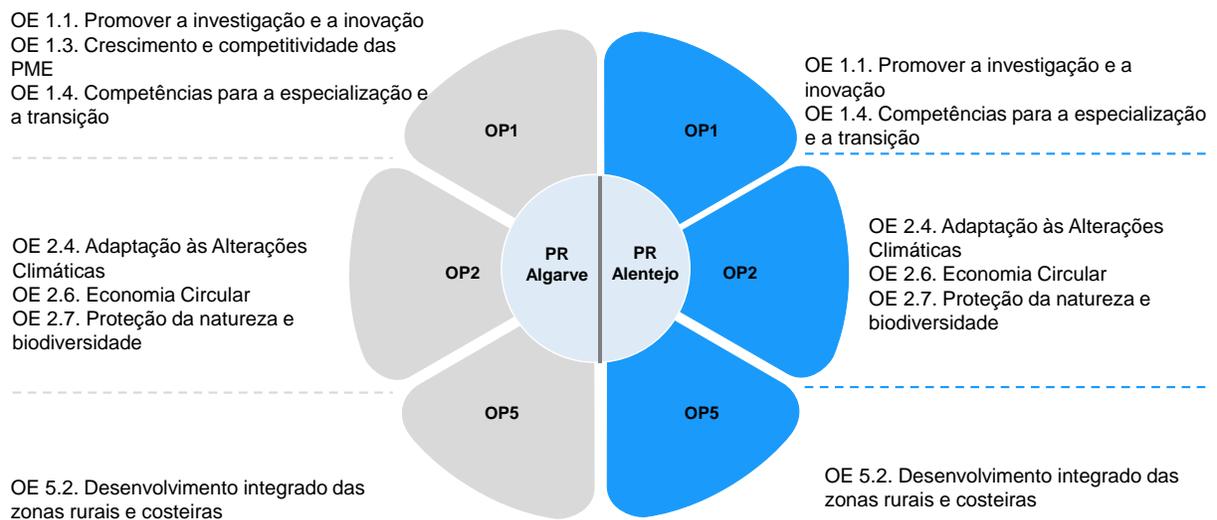
- ▶ OE 2.7. Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição – A importância da mobilização deste Objetivo Específico deve-se ao facto de estamos perante um território de elevado valor ecológico regional e nacional, abrangendo diversas áreas que pelas suas características naturais são alvo de regimes de proteção. Deste modo importa investir, por meio do ITI, na conservação da natureza, biodiversidade e património natural. Este território é composto por uma paisagem rica, que contempla, entre outros, o Parque Natural do Vale do Guadiana, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Reserva da Biosfera de Castro Verde, as Paisagens Protegidas da Rocha da Pena e Fonte Benémola, e as Serras de Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e de Monte Figo. Para além dos regimes de proteção da natureza e biodiversidade nacionais, existe ainda o principal instrumento para a conservação da natureza na UE, a Rede Natura 2000, tendo como objetivo a proteção, a longo prazo, das espécies e dos *habitats* que se encontram mais ameaçados. Estes espaços naturais, terrestre e aquáticos, são um importante *habitat* para diversas espécies vegetais e animais, e são corredores ecológicos de elevado valor.
- ▶ OE 5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas – Este Objetivo Específico revela uma significativa importância para o sucesso dos investimentos apresentados ao abrigo do presente ITI, uma vez que este se encontra, de certa forma, dependente da intervenção articulada e coerente dos agentes do território, autoridades públicas, e claro da população residente no geral. Deste modo, o sucesso da aplicação do ITI passará também por ações de capacitação focadas nos temas e nas iniciativas que vão ser implementadas, bem como a criação das condições de base para a produção de conhecimento aplicado, no território de intervenção, por exemplo através de bolsas de investigação. Uma outra vertente fundamental prende-se com a gestão,

animação e dinamização deste instrumento, junto e para os que o vão implementar

Os OE mobilizados exclusivamente no PR do Algarve são:

- ▶ OE 1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME), bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos – O OE será materializado por via dos Avisos ao Sistema de Incentivos (S.I.) para as empresas, tendo como foco o território de intervenção e a temática.

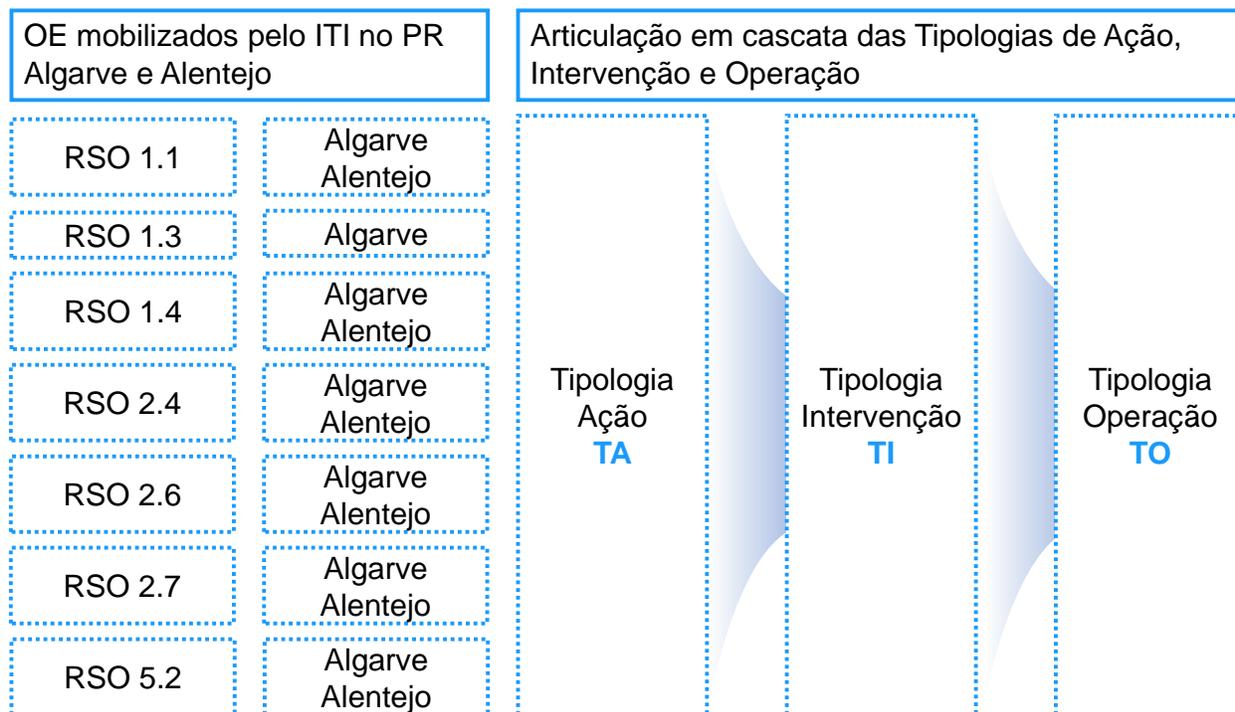
Figura 5. Tipologias de ação mobilizadas por objetivo específico nos Programas Regionais do Algarve e Alentejo



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

OS OE mobilizados por ambos os Programas Regionais desagregam-se num conjunto de três níveis de tipologias, em lógica de cascata, ao abrigo das quais serão enquadrados os projetos, iniciativas e ações a desenvolver, de acordo com a aplicação de um referencial de elegibilidade face ao enquadramento nessas mesmas tipologias: Nível I – Tipologias de Ação (TA); Nível II – Tipologias de Intervenção (TI); Nível III – Tipologias de Operação (TO) (Figura 6 e Anexo 3). Os projetos definidos no ITI foram delineados, não só, em articulação com a estratégia definida, mas também em articulação estreita com este referencial da programação e com as implicações inerentes em termos de elegibilidade e zonas de fronteira com outros OE não mobilizáveis pelo ITI Água e Ecossistemas de Paisagem.

Figura 6. Objetivos Específicos mobilizados pelos PR do Algarve e Alentejo: articulação com as Tipologias de Ação, de Intervenção e de Operação



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Destaca-se, em particular, a plena articulação entre a Estratégia desenhada para o ITI e o correspondente Plano de Ação, face ao referencial de operacionalização oferecido pela programação dos PR do Algarve e Alentejo. Na Tabela 11 sistematiza-se a articulação entre a estratégia do ITI (considerando os 3 domínios de intervenção definidos e as seis áreas temáticas adotadas) e a operacionalização do Plano de Ação, através da identificação dos OE mobilizáveis, por ambos os Programas Regionais, para concretizar os projetos definidos. Em termos globais, a estratégia do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, tem cabimento, para efeito de financiamento das suas iniciativas, nos Programas Regionais do Algarve e Alentejo.

Tabela 11. Relação entre a Estratégia e o Plano de Ação (PR Algarve e PR Alentejo), segundo os OE mobilizados

Domínios de Intervenção	Áreas temáticas	OE	Programa financiador
Ecossistemas terrestres e ambiente	Capacitação e sensibilização	1.1.	Algarve
		1.4.	Algarve
		5.2.	Algarve
	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	2.4.	Alentejo
	Investigação e inovação	1.1.	Alentejo
		5.2.	
	Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	1.4.	Alentejo
			Algarve
		2.4.	Alentejo
			Algarve
		2.6	Alentejo
			Algarve
		2.7.	Alentejo
			Algarve
	5.2.	Alentejo	
Algarve			
Valorização e revitalização económica e social	2.7.	Alentejo	
Economia verde e circular	2.6.	Alentejo	
		Algarve	
Recursos hídricos	Capacitação e sensibilização	2.7.	Algarve
		5.2.	Algarve
		1.1	Alentejo
	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	1.1.	Algarve
			Algarve
		2.4.	Alentejo
			Algarve
		2.6.	Algarve
		2.7.	Algarve
	2.4.	Algarve	
	Economia verde e circular	2.6.	Alentejo
			Algarve
	Investigação e inovação	1.1.	Algarve
		2.7.	Alentejo
	Algarve		
Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	1.1.	Alentejo	
		Alentejo	
	2.4.	Alentejo	
		Algarve	
2.7.	Alentejo		
	Algarve		

Domínios de Intervenção	Áreas temáticas	OE	Programa financiador
Pessoas e território	Capacitação e sensibilização	1.4.	Alentejo
			Algarve
		2.4.	Algarve
			5.2.
		Algarve	
		Investigação e inovação	1.4
	Algarve		
	Valorização e revitalização económica e social	1.3.	Algarve
			1.4.
		Algarve	
		2.7.	Alentejo
			Algarve
5.2. ⁹		Algarve	
	Alentejo		

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Nota: as 6 áreas temáticas são repetidas em cada um dos 3 domínios temáticos, consoante se identifique a respetiva articulação.

Por fim importa realçar que a intervenção no território enquadrado no ITI irá permitir o alcance das metas europeias para o Pacto Ecológico Europeu, integrando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), através, por exemplo, da criação de sinergias entre temas como a economia e o emprego com a sustentabilidade ambiental, as alterações climáticas, a neutralidade carbónica, a conservação da natureza ou a gestão de riscos.

No que concerne às Estratégias de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030 e a Estratégia Regional do Alentejo 2030 é possível observar um alinhamento quanto à importância das Abordagens Territoriais Integradas, enquanto mecanismo de cooperação inter-regional, de valorização dos territórios nas suas diversas vertentes, pretendendo a salvaguarda dos valores e das suas características identitárias comuns e transversais.

Em suma, o foco temático do presente Plano de Ação centra-se na criação de condições, no território de intervenção, de suporte que promovam a mitigação e adaptação às alterações climáticas, o uso eficiente dos recursos, gestão dos ecossistemas terrestres e aquática, a melhoria da qualidade de vida, a competitividade e o desenvolvimento sustentável, tendo em conta as especificidades dos instrumentos de planeamento setoriais e territoriais. Neste contexto, salientamos ainda que o ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo pretende contribuir para a correta aplicação do Princípio de “não prejudicar significativamente” (“*Do No Significant Harm*”, DNSH) e para os objetivos climáticos sendo que as operações a selecionar no âmbito do ITI devem concorrer ainda para o *tagging* climático.

⁹ Valorização dos recursos naturais.

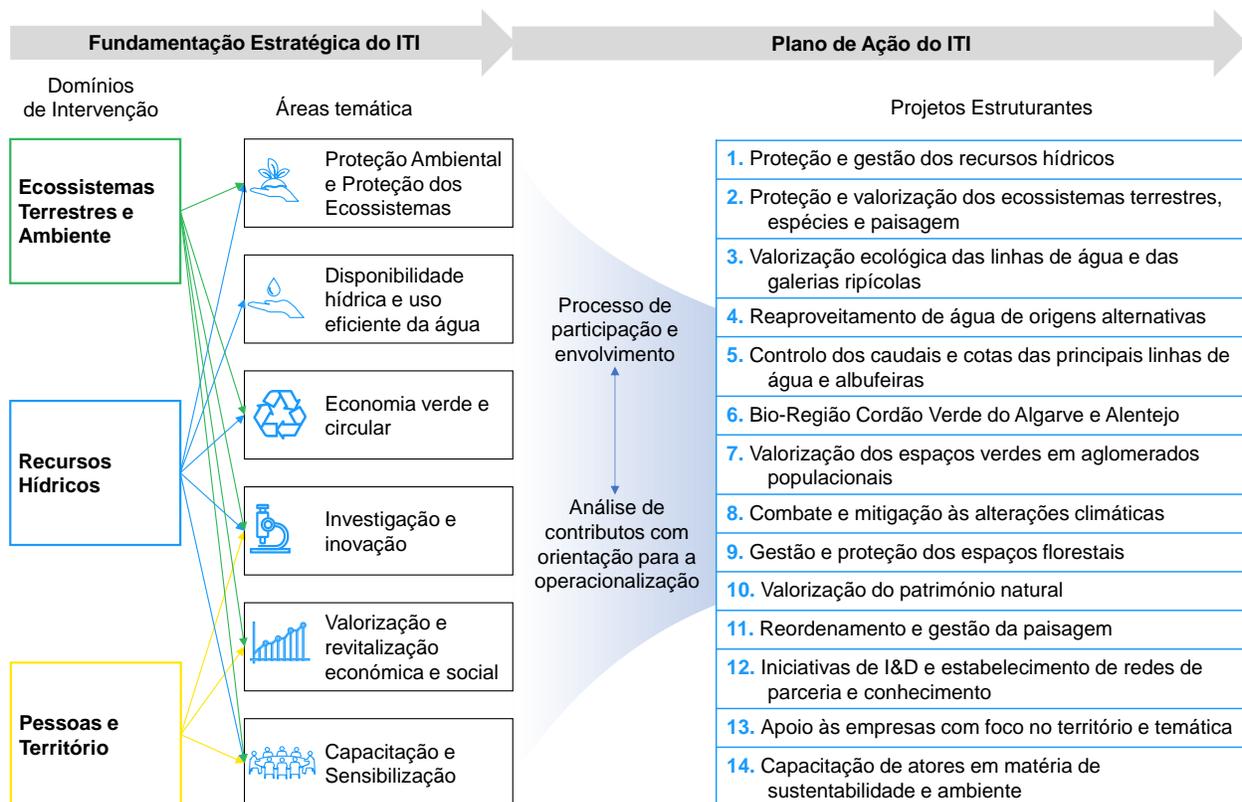
3. Plano de Ação

3.1. O processo de concretização da Estratégia em Plano de Ação

A construção do Plano de Ação com vista à aplicação deste instrumento, a par do que ocorreu aquando do desenvolvimento da Estratégia, teve por base um extenso e aprofundado processo de auscultação (Capítulo 4. Participação pública), juntos das principais entidades e atores chave do território de intervenção que trabalham nas áreas temáticas do ITI (Administração pública, Administração Local, Associações, Cooperativas e Organizações não Governamentais - ONG, e Universidade e Centro de Investigação e Desenvolvimento).

Após a recolha dos contributos das entidades que participaram nas diversas sessões realizadas, foi possível reunir um conjunto de intenções que se agregam em 14 Projetos Estruturantes (PE), em total consonância com os Domínios de Intervenção e as Áreas Temáticas definidas na Estratégia (Figura 7):

Figura 7. Relação entre a estratégia e o Plano de Ação: a definição de projetos estruturantes



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI

Em termos globais, o Plano de Ação está organizado em 14 projetos estruturantes que, por sua vez, resultam das 133 iniciativas indicativas e 219 ações identificadas, e que poderão vir a abranger outras

ações indicativas que se enquadrem nas tipologias estabilizadas nas fichas dos projetos estruturantes. No ponto seguinte (3.2. Articulação entre os projetos estruturantes e os Programas Regionais financiadores), apresentam-se com maior detalhe os projetos estruturantes, nomeadamente, através de fichas-síntese. No ponto “4.2 Resultado do processo de participação” está sistematizada a articulação entre as sessões de participação realizadas e os contributos recebidos, bem como a sua análise e correspondente racional de estruturação do Plano de Ação.

Embora o Plano de Ação contemple 133 iniciativas indicativas elegíveis, importa ter em conta que estas incluem um conjunto de 38 intenções “A definir”, com iguais replicações ao nível das ações identificadas. Estas intenções “A definir” traduzem uma antecipação de iniciativas a desenvolver que virão a dar coerência operativa e estratégica aos objetivos definidos pelo ITI, que, entretanto, venham a ser amadurecidas pelos *stakeholders*. Correspondem a uma opção estratégica de modo a que o Plano de Ação do ITI preveja iniciativas e ações nas diversas Tipologias de Operação elegíveis segundo o Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização deste Instrumento Territorial Integrado Temático (Instrumento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas da Paisagem).

A estratégia que orienta a implementação do ITI, materializada através destes 14 Projetos Estruturantes, contempla um conjunto vasto de ações que, para efeitos de facilitação da sua leitura operacional, foram classificados em seis tipos de ações indicativas (lógica de operacionalização). Esta é uma classificação instrumental, que pretende oferecer a possibilidade de efetuar uma leitura transversal das ações indicativas que estão previstas nos 14 projetos estruturantes e que têm perfil semelhante. É assim, por exemplo, possível identificar quais os projetos estruturantes que preveem a “Realização de estudos e projetos de monitorização e avaliação”, ou, noutro exemplo, possível sistematizar que uma determinada área temática da estratégia (onde estão enquadrados os contributos de diversos projetos estruturantes) engloba ações indicativas com perfil de “I&D e tecnologia”, com perfil de “capacitação e comunicação” e com perfil de “proteção e gestão dos recursos, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente”.

Apresentam-se de seguida os seis tipos de ações que foram definidos, numa lógica de operacionalização e de harmonização do perfil das ações que compõem os diversos projetos estruturantes:

- ▶ **Comunicação e Capacitação** – ações indicativas que visem a partilha de informação, por exemplo, através de campanhas de comunicação, e que incidam sobre a capacitação dos atores e da população em geral, por meio, a título de exemplo, de ações de formação, colóquios ou conferências;
- ▶ **Equipamentos e infraestruturas** – ações indicativas que têm como objetivo a construção ou a refuncionalização de espaços que visem albergar instalações para a produção de conhecimento (centros de investigação), espaços de demonstração e aprendizagem. Inclui igualmente infraestruturas verdes e infraestruturas de tratamento de águas residuais e respetiva reutilização;

- ▶ **I&D e tecnologia** – ações indicativas de I&D que visem a produção de conhecimento para a apresentação de novas e melhores soluções, e de tecnologia para a partilha de dados, monitorização, biometrias científicas e sistemas de informação geográfica. Abrange ainda a criação de bolsas de investigação de apoio à atração de recursos humanos qualificados, que sejam responsáveis executar as ações indicativas de I&D;
- ▶ **Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente** – ações indicativas que visem a proteção, valorização e gestão dos ecossistemas terrestres e aquáticos, da biodiversidade, das espécies, dos habitats, do ambiente, e da paisagem, amplamente afetados pelas alterações climáticas e pela ação humana;
- ▶ **Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação** – ações indicativas que tenham como intuito apoiar a realização de estudos que permitam conhecer o estado atual e perspetiva futura do território, na temática que orienta o ITI, apoiados por projetos de avaliação e monitorização;
- ▶ **Investimento produtivo empresarial** – ações indicativas por parte das empresas, através do lançamento de avisos aos Sistemas de Incentivos (SI), em matéria de crescimento e competitividade, especialização inteligente, e valorização dos recursos endógenos.

É de salientar que o encaixe dos projetos estruturantes nas áreas temáticas da estratégia não é unívoco, uma vez que os projetos estruturantes são complexos, e cada um deles contribui para a concretização dos objetivos de diversas áreas temáticas.

Embora focados nas temáticas que orientam o ITI, os Projetos Estruturantes são complexos e agregam um conjunto de ações indicativas, que para maior eficácia na sua operacionalização, podem ser organizadas nos seis tipos já referenciados.

É possível analisar, transversalmente às diversas áreas temáticas da estratégia, o tipo de ações indicativas que estão previstas enquadrar-se em cada projeto estruturante.

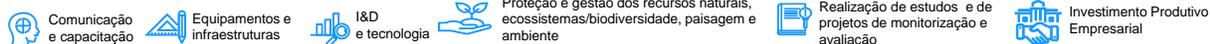
Tabela 12. Articulação entre a Estratégia, os projetos estruturantes e os respetivos tipos de ações indicativas (lógica de operacionalização)

Áreas Temáticas	Projetos estruturantes	Tipos de iniciativas/ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)					
							
Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	√	√	√	√		
	8- Combate e mitigação às alterações climáticas			√		√	
	9- Gestão e proteção dos espaços florestais				√	√	
	12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	√			√	√	
	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	√		√	√	√	
	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	√	√	√	√	√	
	11- Reordenamento e gestão da paisagem				√		
	10- Valorização do património natural	√	√		√	√	
	3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	√	√		√	√	
	6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	√	√	√	√	√	
Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais		√	√	√	√	
	5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras		√			√	
	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	√		√	√	√	√
	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	√	√	√	√		√
Economia verde e circular	3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas			√	√	√	
	13- Apoio às empresas com foco no território e temática						√
	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	√	√				
	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	√	√	√	√		√
	3. Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas			√	√	√	

Áreas Temáticas	Projetos estruturantes	Tipos de iniciativas/ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)					
Investigação e inovação	12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	√	√	√		√	
	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	√				√	
Valorização e revitalização económica e social	13- Apoio às empresas com foco no território e temática						√
	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	√			√		
	6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo					√	
	7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais		√				√
Capacitação e sensibilização	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	√	√	√	√	√	
	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	√			√		
	6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	√					

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI

Nota: O encaixe dos PE nas áreas temáticas não é unívoco uma vez que os projetos estruturantes são complexos, e cada PE pode contribuir para mais do que uma área temática, ainda que com diferentes níveis de intensidade



3.2. Articulação entre os projetos estruturantes e os Programas Regionais financiadores

Os Programas Regionais do Algarve e Alentejo, como explicitado anteriormente, no âmbito do Objetivo Específico - OE 5.2. mobilizam um conjunto de objetivos específicos (OE), e respetivas tipologias de ação, de outros Objetivos de Política (OP) de modo a financiarem a concretização do ITI. Os 14 projetos estruturantes definidos encontram-se integralmente cobertos pelos OE mobilizados, embora cada projeto estruturante possa englobar ações indicativas enquadráveis em OE diferentes. Este é o enquadramento financeiro para que a Estratégia seja concretizada, e os respetivos objetivos atingidos.

Conforme já referido, o Plano de Ação está organizado em 14 projetos estruturantes que, por sua vez, resultam das 133 iniciativas indicativas e 219 ações identificadas, e que poderão vir a abranger outras ações indicativas que se enquadrem nas tipologias estabilizadas nas fichas dos projetos estruturantes. No ponto “4.2 Resultado do processo de participação” está sistematizada a articulação entre as sessões de participação realizadas e os contributos recebidos, bem como a sua análise e correspondente racional de estruturação do Plano de Ação.

Tabela 13. Articulação entre os objetivos específicos dos Programas Regionais financiadores e os Projetos Estruturantes

OE	Programa Financiador	Projeto Estruturante
1.1.	Alentejo	12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente
	Algarve	12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente
1.3.	Algarve	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas
1.4.	Alentejo	13- Apoio às empresas com foco no território e temática
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática
		6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento
	Algarve	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática
		6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas
2.4.	Alentejo	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas
		5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras
		8- Combate e mitigação às alterações climáticas

OE	Programa Financiador	Projeto Estruturante		
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas		
		10- Valorização do património natural		
	Algarve	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos		
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas		
		8- Combate e mitigação às alterações climáticas		
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas		
		5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras		
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		
2.6.	Alentejo	13- Apoio às empresas com foco no território e temática		
		2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem		
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas		
	Algarve	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas		
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática		
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas		
		2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem		
		2.7.	Alentejo	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos
				2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas				
7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais				
9- Gestão e proteção dos espaços florestais				
Algarve	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem			
	3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas			
5.2.	Alentejo	7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais		
		11- Reordenamento e gestão da paisagem		
		9- Gestão e proteção dos espaços florestais		
	Algarve	10- Valorização do património natural		
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		
		6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo		
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento		
	Alentejo	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		
		6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo		
	Algarve	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

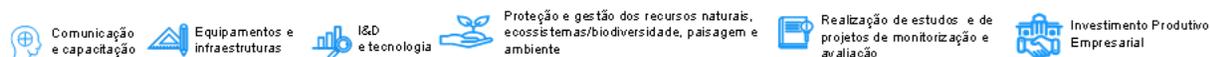
Nota: O encaixe dos PE nos OE de ambos os Programa Regionais não é unívoco uma vez que os projetos estruturantes são complexos, e cada PE pode contribuir para mais do que uma área temática, ainda que com diferentes níveis de intensidade

É possível analisar, transversalmente aos diversos projetos estruturantes, o tipo de ações indicativas que estão previstas enquadrar-se em cada OE de ambos os Programas Regionais: na Tabela 14 está assinalada a repartição das 219 ações indicativas previstas no Plano de Ação (por desagregação dos 14 projetos estruturantes nas respetivas ações) segundo o OE em que se enquadram e o respetivo perfil. É igualmente possível analisar cada projeto estruturante do ponto de vista dos diferentes perfis de projetos que reúne (Anexo 8).

A concretização dos Projetos Estruturantes, e o sucesso do ITI, estão dependentes, em parte, dos principais atores do território de intervenção, com atividade na temática do instrumento, e consequentemente elegíveis como promotores de projetos à luz dos Programas Financiadores. Dada a sua relevância, um conjunto de diversas entidades do setor público, privado associativo e as academias, foram convidadas a participar no processo de recolha de contributos para a Estratégia, e em particular para o Plano de Ação (ver capítulo 4). A Tabela 15 apresenta a correspondência entre estas entidades e os OE mobilizados no ITI.

Tabela 14. Relação entre os objetivos específicos e os respetivos tipos de ações (lógica de operacionalização)

OE	Programa Financiador	Tipos de ações indicativas enquadradas as nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)						Total de ações indicativas
								
1.1.	Alentejo	4	1	2	1	2	0	10
	Algarve	1	2	4	1	0	1	9
1.3.	Algarve	0	0	0	0	0	3	3
1.4.	Alentejo	6	0	2	1	2	1	12
	Algarve	5	0	2	1	1	1	10
2.4.	Alentejo	4	3	3	10	10	1	31
	Algarve	1	0	2	9	6	0	18
2.6.	Alentejo	1	1	1	1	1	3	8
	Algarve	3	2	1	5	1	2	14
2.7.	Alentejo	5	3	1	8	5	0	22
	Algarve	9	10	3	31	8	1	62
5.2.	Alentejo	2	0	2	0	2	0	6
	Algarve	6	2	1	3	2	0	14
Total de ações		47	23	24	71	40	13	219



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Tabela 15. Relação entre os objetivos específicos e a tipologia de promotores dos projetos que enquadram

OE	Programa Financiador	Tipologia de promotores ¹⁰					
		Admi. Pública	Admi. Local	Asso., Coop. e ONG	Uni e Centros de Investigação	Empresas	A definir ¹¹
1.1.	Alentejo			√	√		√
	Algarve	√	√			√	√
1.3.	Algarve					√	
1.4.	Alentejo		√	√	√	√	√
	Algarve					√	√
2.4.	Alentejo	√	√	√	√	√	√
	Algarve	√	√	√	√		√
2.6	Alentejo		√			√	√
	Algarve		√	√	√		√
2.7.	Alentejo	√	√	√	√		√
	Algarve	√	√	√	√		√
5.2	Alentejo			√	√		√
	Algarve	√		√			√

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Em termos de montantes indicativos de investimento, o elevado interesse por parte das entidades do território, que trabalham as temáticas do ITI, permitiram o alcance de um montante de investimento indicativo de 174,1M€, valor que ultrapassa em 121,3M€ o montante de 52,8M€ inscrito nos Programas Regionais para o ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo (20,3M€ no Alentejo e 32,5M€ no Algarve). É de considerar que algumas das iniciativas recolhidas ainda não têm estimativas orçamentais e que às iniciativas “a definir” não foi igualmente atribuído um montante de investimento.

Admite-se que ao longo do processo de estabilização das iniciativas se venha a realizar um exercício de otimização do seu orçamento. Ainda assim, embora as intenções recolhidas sejam globalmente superiores aos montantes programados, importa realçar que o financiamento do ITI não se esgota apenas nos

¹⁰ Admi. – Administração; Asso. – Associação; Coop. – Cooperativas; Uni. – Universidades.

¹¹ A tipologia de atores “A definir”, corresponde a iniciativas indicativas sem projetos concretos nem, portanto, a identificação da respetiva tipologia de promotores.

Programas Regionais, uma vez que existe a possibilidade de complementaridade entre diferentes fontes de financiamento nacionais e europeias, como seja o Programa de Recuperação e Resiliência e o Fundo Ambiental.

Tabela 16. Montantes de investimento – Pretensões apresentadas pelas entidades e dotações dos programas regionais, por Objetivos Específicos

OE	Programa Financiador	Pretensões registadas ¹² (milhões de euros)	Dotação Programas Regionais (milhões de euros)
1.1.	Alentejo	4 000 000,00 €	3 500 000,00 €
	Algarve	7 500 000,00 €	3 500 000,00 €
1.3.	Algarve	0,00 €	1 000 000,00 €
1.4.	Alentejo	1 620 000,00 €	500 000,00 €
	Algarve	0,00 €	500 000,00 €
2.4.	Alentejo	30 560 000,00 €	6 000 000,00 €
	Algarve	21 434 000,00 €	13 500 000,00 €
2.6.	Alentejo	0,00 €	1 000 000,00 €
	Algarve	8 000 000,00 €	2 000 000,00 €
2.7.	Alentejo	20 500 000,00 €	500 000,00 €
	Algarve	65 000 000,00 €	10 000 000,00 €
5.2.	Alentejo	1 000 000,00 €	8 800 000,00 €
	Algarve	14 500 000,00 €	2 000 000,00 €
Total		174 114 000,00 €	52 800 000,00 €

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

¹² Média do montante de investimento para os projetos em que os proponentes indicaram apenas intervalo de valor, e para os quais foram indicados montantes.

3.3. Fichas dos projetos estruturantes

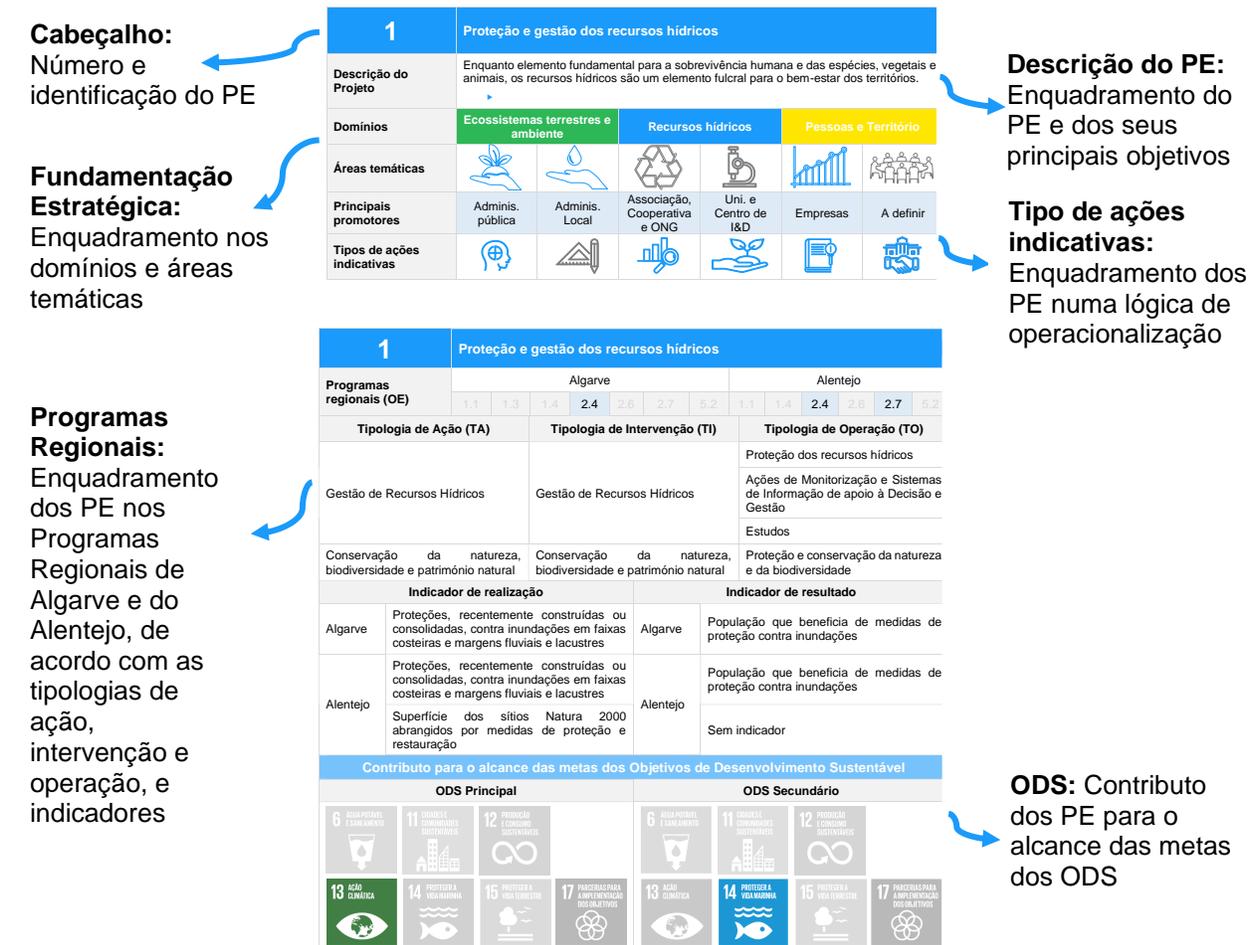
De seguida apresentam-se fichas-resumo do Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, composto por 14 Projetos Estruturantes que refletem a atuação, deste instrumento no território de intervenção.

Através das fichas, será possível observar o propósito de cada Projeto, o enquadramento na Estratégia e no Plano de Ação do ITI, e ainda nos Programas financiadores: Descrição do projeto; Domínios da estratégia; Áreas temática da estratégia; Principais promotores; Tipologia de projeto; Programas Regionais; Tipologias de Ação, Intervenção e Operação; indicadores resultado e realização de suporte; e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, para os quais estes Projetos Estruturantes contribuem de forma direta (ODS Principal) e de forma indireta (ODS Secundário) (Figura 8). As fichas encontram-se divididas em duas partes, a primeira corresponde ao enquadramento estratégico dos Projetos, e a segunda à operacionalização, o enquadramento nos Programas Regionais e o seu contributo para os ODS.

Fichas dos projetos estruturantes

- 1.** Proteção e gestão dos recursos hídricos
- 2.** Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem
- 3.** Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas
- 4.** Reaproveitamento de água de origens alternativas
- 5.** Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras
- 6.** Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo
- 7.** Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais
- 8.** Combate e mitigação às alterações climáticas
- 9.** Gestão e proteção dos espaços florestais
- 10.** Valorização do património natural
- 11.** Reordenamento e gestão da paisagem
- 12.** Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento
- 13.** Apoio às empresas com foco no território e temática
- 14.** Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente

Figura 8. Interpretação dos campos das fichas dos Projetos Estruturantes (exemplo)



Legenda - Fundamentação Estratégica

- Proteção Ambiental e Proteção dos Ecossistemas
- Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água
- Economia verde e circular
- Investigação e Inovação
- Valorização e revitalização económica e social
- Capacitação e Sensibilização

Legenda - Tipos de ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)

- Comunicação e capacitação
- Equipamentos e infraestruturas
- I&D e tecnologia
- Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
- Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
- Investimento Produtivo Empresarial

1	Proteção e gestão dos recursos hídricos					
Descrição do Projeto	<p>Enquanto elemento fundamental para a sobrevivência humana e das espécies, vegetais e animais, os recursos hídricos são um elemento fulcral para o bem-estar dos territórios. No entanto, a gestão sustentável da água constitui um desafio para a gestão dos recursos hídricos, em particular num território onde a escassez se agrava todos os anos, devido aos longos períodos de seca severa, onde a precipitação, e consequente infiltração e armazenamento, diminui progressivamente todos os anos.</p> <p>Deste modo, e tendo em conta os usos atuais e futuros, e a sua conjugação com as alterações climáticas, é fulcral o investimento na gestão otimizada da água e o incentivo à eficiência na procura e na disponibilização.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A capacitação e comunicação da população, sobre as consequências da incorreta gestão do recurso, através de campanhas de comunicação com vista à sensibilização, e ações de formação; ▶ O estabelecimento de equipas que estudem os impactos dos longos períodos de seca no território, para que, consequentemente, esse conhecimento seja encaminhado para a população e atores; ▶ Ações materiais, que privilegiem soluções baseadas na natureza e assentes em engenharia natural, com aplicabilidade na proteção, valorização, gestão e aumento da capacidade de infiltração e armazenamento de água de forma sustentável, garantido a qualidade dos recursos hídricos, seja para consumo humano como em prol da manutenção das espécies e da biodiversidade; ▶ Ações materiais que visem intervenções de requalificação e manutenção das linhas de água, não só do ponto de vista da proteção como do próprio desenho hidrológico; ▶ A realização de estudos temáticos e projetos de monitorização e avaliação que permitam acompanhar a evolução do recurso. 					
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
Áreas temáticas						
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
Tipos de ações indicativas						

1	Proteção e gestão dos recursos hídricos												
Programas regionais (OE)	Algarve							Alentejo					
	1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)						
Gestão de Recursos Hídricos			Gestão de Recursos Hídricos				Proteção dos recursos hídricos						
							Ações de Monitorização e Sistemas de Informação de apoio à Decisão e Gestão						
							Estudos						
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural			Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade						
Indicador de realização				Indicador de resultado									
Algarve		Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres						Algarve		População que beneficia de medidas de proteção contra inundações			
Alentejo		Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres						Alentejo		População que beneficia de medidas de proteção contra inundações			
		Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração								Sem indicador			
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal						ODS Secundário							
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS		6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS			
13 AÇÃO CLIMÁTICA		14 PROTEGER A VIDA MARINHA		15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE		17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS		13 AÇÃO CLIMÁTICA		14 PROTEGER A VIDA MARINHA			

2	Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem						
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>A mitigação das consequências das alterações climáticas, os efeitos climatéricos extremos, e a ação humana têm tido ao longo dos anos neste território um impacto significativo, figurando-se por isso como um dos principais objetivos deste PE e o próprio ITI. Estes constrangimentos exercem sobre o território uma excessiva pressão que coloca em causa a salubridade dos ecossistemas, da biodiversidade, das espécies animais e vegetais e da paisagem.</p> <p>Pretende-se assim reforçar a gestão, valorização, restauro e proteção dos <i>habitats</i>, dos ecossistemas terrestres, da biodiversidade, das espécies e da paisagem, e ainda reduzir a perda de biodiversidade, que possui consequências diretas na diminuição da resiliência às alterações climáticas.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A realização de estudos e de projetos de monitorização e de I&D, com vista ao acompanhamento da evolução dos constrangimentos nestes ecossistemas, permitindo adaptar a estratégia de intervenção, e se possível antever o agravamento da situação; ▶ A realização de iniciativas de I&D, produzidas no território de intervenção, e tecnologias de suporte à monitorização e tomada de decisões; ▶ Estratégias de comunicação e capacitação de equipas e atores locais, subordinadas à temática do PE, com vista à aplicação eficaz das iniciativas, e à consciencialização quanto à necessidade de adoção de práticas mais sustentáveis; ▶ Ações materiais que visem a implementação e ou manutenção de infraestruturas de apoio, incluindo-se neste caso, por exemplo, infraestruturas verdes em aglomerados urbanos; ▶ Ações materiais de proteção e gestão dos recursos, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente, bem como o restauro ecológico dos habitats, privilegiando soluções baseadas na natureza e em engenharia natural. 						
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>		
<p>Áreas temáticas</p>							
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>	
<p>Tipos de ações indicativas</p>							

2	Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem											
Programas regionais (OE)	Algarve							Alentejo				
	1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)					
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural			Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade					
							Ações de promoção, sensibilização e comunicação					
Economia circular			Economia circular				Ações coletivas para a economia circular – Dimensão regional					
Indicador de realização						Indicador de resultado						
Algarve Alentejo		Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes)				Algarve Alentejo		Sem indicador				
		Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração						Sem indicador				
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável												
ODS Principal						ODS Secundário						
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 				6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 				
13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 				13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 		

3	Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas						
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>Os cursos de água, albergam uma vasta e rica biodiversidade vegetal e animal, representando ainda um importante ecossistema tendo em vista o conforto térmico, e o abastecimento, importando assim o investimento na sua proteção.</p> <p>O presente projeto tem como objetivo principal a limpeza, valorização, retenção e requalificação das linhas de água e das galerias ripícolas das principais bacias hidrográficas que cobrem o território de intervenção, enquanto ecossistema fundamental para a salvaguarda da qualidade de vida e do ambiente do território de intervenção.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A realização de estudos que ajudem a melhor compreender estes ecossistemas e projetos de monitorização e avaliação, permitindo acompanhar a evolução do seu estado ecológico; ▶ A realização de ações materiais que visem a construção/reabilitação de equipamentos e infraestruturas, de apoio à atividade, e preservação do conhecimento; ▶ A realização de iniciativas de I&D, produzidas no território e tecnologias de suporte; ▶ A realização de ações materiais de limpeza, gestão e valorização, que visem reverter as situações mais gravosas, mas também prevenir que os constrangimentos identificados nestas linhas de água se multipliquem; ▶ A aplicação de uma estratégia de comunicação e capacitação, tendo em vista a programação e a transferência de conhecimento. 						
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território		
Áreas temáticas							
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir	
Tipos de ações indicativas							

3		Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas																	
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo											
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2					
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)											
		Conservação da natureza, biodiversidade e património natural						Conservação da natureza, biodiversidade e património natural						Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade					
		Gestão de Recursos Hídricos						Gestão de Recursos Hídricos						Proteção dos recursos hídricos					
		Economia Circular						Economia Circular						Investimento Produtivo para a circularidade (SI)					
Indicador de realização						Indicador de resultado													
Algarve	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres						Algarve	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações											
Alentejo							Alentejo												
Alentejo	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração						Alentejo	Sem indicador											
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável																			
ODS Principal							ODS Secundário												
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS					 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS										
 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS					 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE					 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS				

4	Reaproveitamento de água de origens alternativas					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>A escassez de água, em consequência das alterações climáticas e dos diminutos níveis de pluviosidade, implica preocupantes consequências ambientais ao nível da disponibilidade hídrica, elevando a urgência de se encontrar soluções alternativas.</p> <p>A reutilização de água, embora possa ser, por vezes, dispendiosa, afigura-se cada vez mais como uma solução fundamental com vista à circularidade e o uso eficiente da água.</p> <p>A reutilização de águas pluviais, por exemplo, é atualmente uma das áreas que maior investimento tem recebido, no entanto, importa ressaltar a importância de investir em outras fontes alternativas. Assim, o presente PE, tem como objetivo primordial apoiar o investimento em projetos que visem o reaproveitamento da água, para, a título de exemplo, a regra de espaços públicos, campos de golfe, ou de campos agrícolas, enquanto fonte alternativa.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações de comunicação estratégica e de capacitação para um melhor entendimento das vantagens desta solução, e da importância que esta tem no combate às alterações climáticas e à elevada pressão sobre os recursos hídricos, com impactos consideravelmente notório na região e no país; ▶ O investimento em equipamentos e infraestruturas de suporte com vista ao reaproveitamento de água com base em origens alternativas; ▶ O desenvolvimento e a criação, no território de intervenção, de conhecimento que permita a otimização deste processo, nomeadamente em matéria de Economia Circular para o estudo do metabolismo do território de intervenção; ▶ A gestão e proteção das disponibilidades hídricas do território, assegurando que, em particular nos períodos de maior escassez, continue a existir água para consumo humano e para setores de atividade como a agricultura ou o turismo no território de intervenção. 					
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
Áreas temáticas						
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
Tipos de ações indicativas						

4		Reaproveitamento de água de origens alternativas											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.3	1.4	2.4	2.6
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)					
Redes e capacitação institucional RIS3		Redes de capacitação institucional RIS3						Capacitação para a especialização inteligente					
Criação de conhecimento científico e tecnológico		Investigação científica e tecnológica						Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)					
Economia circular		Economia circular						Investimento Produtivo para a circularidade (SI)					
Gestão de Recursos Hídricos		Gestão de Recursos Hídricos						Proteção dos recursos hídricos					
Indicador de realização						Indicador de resultado							
Algarve	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora						Algarve	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora					
	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta							Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas					
Alentejo	Sem indicador						Alentejo	Sem indicador					
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 					6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 				
13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 					13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 		

5	Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>Como se tem vindo a observar, garantir a disponibilidade de água, num território que sofre com as consequências de longos períodos de seca severa, é de extrema importância. No entanto, em consequência das alterações climáticas, estes períodos de seca, são por vezes acompanhados por eventos extremos de elevada precipitação, que podem resultar em inundações, enxurradas, e derrocadas, por exemplo.</p> <p>Face a esta oscilação, importa garantir, para efeitos de qualidade, disponibilidade e segurança, que existe um claro controlo dos caudais e das cotas das linhas de água e albufeiras, investindo assim num pleno acompanhamento da situação atual e do que poderá ser o futuro, permitindo atuar com antecedência.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A realização de estudos, para que melhor se compreenda as oscilações das cotas e caudais existentes e as suas consequências nos ecossistemas aquáticos e terrestres, nas populações, e nos setores económicos que dependem do recurso água; ▶ O desenvolvimento de projetos de monitorização e avaliação, para melhor caracterizar o estado atual e antever o futuro, preparando o território e os seus atores para uma atuação precoce e mais eficaz; ▶ O estabelecimento de infraestruturas com base em engenharia natural. 					
<p>Domínios</p>	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
<p>Áreas temáticas</p>						
<p>Principais promotores</p>	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
<p>Tipos de ações indicativas</p>						

5		Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)					
Gestão de Recursos Hídricos		Gestão de Recursos Hídricos						Ações de Monitorização e Sistemas de Informação de apoio à Decisão e Gestão					
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural		Conservação da natureza, biodiversidade e património natural						Estudos					
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural		Conservação da natureza, biodiversidade e património natural						Infraestruturas verdes					
Indicador de realização				Indicador de resultado									
Alentejo	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais			Alentejo				População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)					
Algarve	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas			Algarve				População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas					
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 					6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 				
13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 					13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 		

6	Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>A constituição de uma Bio-Região, a parte de tantas outras já existentes a nível europeu e nacional, constitui-se como uma oportunidade de alavancar este território e o próprio ITI, uma vez que se trata de ação transversal e focada na temática.</p> <p>O conceito da Bio Região é, em si mesmo, um conceito de estruturação territorial em torno dos princípios da produção sustentável / agroecologia, utilização sustentável dos recursos hídricos, envolvimento dos atores locais no desenho e gestão dos processos de desenvolvimento e de construção coletiva de um território vivo que articule valores ambientais, sociais, culturais e económicos.</p> <p>A constituição formal de uma Bio-região implica a sua formalização, como explicitado no ponto 2.2, relativo aos objetivos estratégicos da estratégia do ITI.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, e após a formalização da Bio-região, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A realização de ações de comunicação e capacitação junto da população e dos principais atores do território de intervenção em matéria de proteção ambiental, valorização dos recursos, gestão dos ecossistemas e proteção da biodiversidade; ▶ A aceleração do desenvolvimento e implementação de bio-soluções regenerativas e circulares, com vista à reabilitação dos solos e à gestão integrada e sustentável dos recursos naturais, e o combate às alterações climáticas; ▶ O investimento material em equipamentos e infraestruturas que suportem as ações a desenvolver, quando necessário; ▶ A aposta na produção de conhecimento e I&D nas matérias de foco da Bio-região, como a criação de laboratórios-vivos, desde que implantados nos limites do território de intervenção; ▶ Realização de estudo de suporte, e de ações de monitorização e avaliação, que apõem a toma de decisões estratégicas e a partilha e cooperação em matéria de conhecimento, entre instituições e a população em geral. 					
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>	
<p>Áreas temáticas</p>						
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>
<p>Tipos de ações indicativas</p>						

6		Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)					
Redes e capacitação institucional RIS3		Redes de capacitação institucional RIS3						Planeamento e programação integrada de investimentos					
Intervenções não urbanas		Respostas locais a desafios territoriais específicos						Respostas locais a desafios territoriais específicos					
		Estratégias de marketing e dinamização territorial						Estratégias de marketing e dinamização territorial					
		Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico						Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico					
Indicador de realização						Indicador de resultado							
Algarve	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora						Algarve	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora					
Alentejo							Alentejo						
Algarve	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas						Algarve	Projetos transversais de âmbito intermunicipal					
Alentejo							Alentejo						
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal						ODS Secundário							
 6 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS				 6 AGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS					
 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS				 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS			

7	Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais					
Descrição do Projeto	<p>A valorização dos espaços verdes em aglomerados urbanos, é uma importante ferramenta com vista à mitigação das consequências, diretas e indiretas, que as alterações climáticas têm nestes meios, nomeadamente nos seus ecossistemas que por si só já se encontram frágeis.</p> <p>Os espaços verdes em aglomerados urbanos representam não só uma importante bolha de oxigénio como aumentam o conforto térmico e fomentam a biodiversidade e os ecossistemas, tanto em meio urbano como rural. Importa realçar ainda do ponto de vista da sociedade, que estes espaços aumentam a qualidade de vida da população residente, disponibilizando um local convívio, fazendo a ligação entre o natural e o urbano. Podem ainda ser utilizados como um meio para a aumentar a consciencialização sobre a sustentabilidade ambiental.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações materiais que visem a construção e qualificação de infraestruturas verdes e espaços verdes em aglomerados urbanos, melhorando as condições ambientais dos espaços e a biodiversidade do território; ▶ O desenvolvimento de projetos de I&D que permitam tornar estes espaços mais eficazes, sustentáveis, preservadores e protetores da biodiversidade e dos ecossistemas, e ainda a utilização de tecnologias de monitorização e avaliação da evolução e dos impactos que estes espaços estão a ter nos aglomerados urbanos; ▶ A proteção dos ecossistemas e da biodiversidade presente nestes espaços em meio urbano, sujeito a uma pressão cada vez maior; colocando em causa a sua sobrevivência; ▶ A realização de estudos de suporte e ações de monitorização e avaliação que permitam acompanhar o bem-estar e o impacto que os espaços verdes têm em meio urbano. 					
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
Áreas temáticas						
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
Tipos de ações indicativas						

7		Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)						
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural			Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Infraestruturas verdes						
Indicador de realização						Indicador de resultado							
Algarve	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas					Algarve	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas						
Alentejo						Alentejo							
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 					6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 				
13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 					13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 		

8	Combate e mitigação às alterações climáticas						
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>Atualmente é inquestionável o impacto que as alterações climáticas têm sobre os territórios, a sociedade e a economia, tornando-se, deste modo, num dos principais pontos da agenda da maioria dos países e das organizações internacionais, não sendo exceção Portugal (e.g. Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, a Agenda Portugal mais Verde, o Programa AdaPT, e os PI de Adaptação às Alterações Climáticas).</p> <p>As consequências são já consideravelmente notórias: aumento da temperatura média do ar; eventos climatéricos extremos; desertificação; fogos ruais; diminuição da disponibilidade hídrica, entre tantos outros.</p> <p>É deste modo importante investir no aumento da resiliência e na redução das vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar informação sobre as consequências e os seus impactos nos territórios, na sociedade, e nas atividades económicas.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ O investimento em ações que visem a mitigação dos impactos das alterações climáticas e que protejam os ecossistemas, a biodiversidade, e os recursos. 						
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>		
<p>Áreas temáticas</p>							
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>	
<p>Tipos de ações indicativas</p>							

8		Combate e mitigação às alterações climáticas											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1.	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.3	1.4	2.4	2.6
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)						
Adaptação às alterações climáticas			Adaptação às alterações climáticas				Medidas de adaptação às alterações climáticas						
Indicador de realização				Indicador de resultado									
Algarve	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais			Algarve				População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)					
Alentejo													Alentejo
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
													
													

9	Gestão e proteção dos espaços florestais					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>Os espaços florestais são uma fonte de riqueza e o <i>habitat</i> de inúmeras espécies animais e vegetais. As alterações climáticas e a ausência, em muitos casos, de gestão e ordenamento das áreas de floresta coloca em risco a sustentabilidade e a segurança deste ecossistema.</p> <p>A deflorestação e os incêndios florestais, são duas dos flagelos que assolam as florestas, e os ecossistemas de albergam. O facto de se encontrarem em contante vulnerabilidade faz com que muitas não sobrevivam, perdendo-se todos os anos extensas áreas florestais. Importa por isso, investir em ações que visem a sua salvaguarda, reabilitação e gestão.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações materiais de proteção, recuperação e valorização dos espaços florestais enquanto ecossistemas ricos em biodiversidade e produtores de oxigénio; ▶ Estudos que permitam melhor entender os ecossistemas, produzindo orientações e recomendações com vista à gestão e ordenamento dos espaços florestais; ▶ Projetos de monitorização e avaliação, que permitam perceber o passado, o momento atual e com isso antever as necessidades futuras das florestas, tendo como fim a sua proteção e valorização. 					
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>	
<p>Áreas temáticas</p>						
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>
<p>Tipos de ações indicativas</p>						

9	Gestão e proteção dos espaços florestais													
Programas regionais (OE)	Algarve							Alentejo						
	1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7	1.4	
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)							
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural			Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade							
Indicador de realização				Indicador de resultado										
Algarve	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração			Algarve	Sem indicador									
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável														
ODS Principal							ODS Secundário							
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 					6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS 					
13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 					13 AÇÃO CLIMÁTICA 	14 PROTEGER A VIDA MARINHA 	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 				17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 

10	Valorização do património natural					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>O território de intervenção incorpora, assim como apresentado nos Fundamentos Estratégicos do ITI, um valioso património natural que se estende entre o litoral recortado do Litoral Alentejano e o limite administrativo com Espanha delineado pelo Rio Guadiana. Delimitado a norte pela serra, a sul pelo Barrocal, a oeste pelo Oceano Atlântico e a este pelo Rio Guadiana, localizam-se aqui importantes áreas protegidas com classificação nacional e europeia. O património natural do território de intervenção é composto por elementos emblemáticos como o Parque Natural do Vale do Guadiana ou do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e as Áreas de Paisagem Protegidas da Rocha da Pena e Fonte Benémola, Reserva da Biosfera de Castro Verde, e rede a Natura 2000.</p> <p>Estas áreas exigem às entidades responsáveis pela sua gestão, um cuidado redobrado e um claro investimento na conservação da natureza, da biodiversidade e do património natural.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações de comunicação que ressalvem a importância destas áreas, e de capacitação para dotar os atores do território e a população em geral de conhecimento sobre a melhor forma de proteger estes ecossistemas; ▶ Constituição de equipamentos e infraestruturas de suporte, que podem passar, por exemplo, por centros de interpretação e de I&D; ▶ Ações que visem a proteção, gestão e valorização destes ecossistemas, da biodiversidade, das espécies e da paisagem; ▶ Criação de estudos que caracterizem estes ecossistemas naturais, e implementação de projetos de monitorização e avaliação, que permitam intervir de forma concreta nas problemáticas atuais e antever as futuras. 					
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>	
<p>Áreas temáticas</p>						
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>
<p>Tipos de ações indicativas</p>						

10		Valorização do património natural											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1.	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)					
		Adaptação às alterações climáticas						Adaptação às alterações climáticas					
Adaptação às alterações climáticas		Adaptação às alterações climáticas						Medidas de adaptação às alterações climáticas					
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural		Conservação da natureza, biodiversidade e património natural						Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade					
Indicador de realização				Indicador de resultado									
Alentejo	Sem indicador			Alentejo	Sem indicador								
Algarve	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração			Algarve	Sem indicador								
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	13 AÇÃO CLIMÁTICA	14 PROTEGER A VIDA MARINHA	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	13 AÇÃO CLIMÁTICA	14 PROTEGER A VIDA MARINHA	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

11	Reordenamento e gestão da paisagem					
Descrição do Projeto	<p>O reordenamento e gestão da paisagem é um instrumento fulcral para a proteção e valorização dos territórios. Este é um tema destinado a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, relevando-se o seu potencial papel pioneiro relativo à (re)organização da paisagem rural tendo os territórios da floresta como referencial de novas economias, de sistemas a remunerar na perspetiva do capital natural e com carácter orientador para os Planos Diretores Municipais.</p> <p>A concretização das iniciativas aqui presentes, devem advir dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios vulneráveis, complementando as intervenções a realizar no âmbito do PRR, quer ao nível das ações, quer em outros territórios enquanto projetos de interesse coletivo.</p> <p>Concretizam uma orientação específica de ordenamento do território, face aos grandes incêndios da última década, no sentido de trazer o planeamento setorial também para uma lógica integrada de ordenamento do território e gestão da paisagem.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ações que visem a materialização dos Programas de Reordenamento da Paisagem, prevendo o apoio à proteção e gestão dos recursos, ecossistemas, biodiversidade, <i>habitats</i> e paisagem. 					
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
Áreas temáticas						
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
Tipos de ações indicativas						

11		Reordenamento e gestão da paisagem											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1.	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)			Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)						
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural			Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade						
Indicador de realização						Indicador de resultado							
Algarve	Sem indicador					Algarve	Sem indicador						
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS					 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS				
 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS					 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS		

12	Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento						
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>A produção de conhecimento e a sua respetiva transmissão encontram-se na base do sucesso para a concretização dos objetivos que as ações, por meio do ITI, se propõem a alcançar. Com um foco temático tão específico como a água e os ecossistemas de paisagem, importa incentivar a que seja produzido conhecimento nestas matérias, dentro dos limites do território de intervenção. O conhecimento deverá servir, não só para aumentar o sucesso do impacto deste instrumento, como também para garantir a eficácia e a inovação das intervenções, com vista ao alcance da sustentabilidade ambiental, preservação dos recursos, ecossistemas, biodiversidade e espécies.</p> <p>Importa, de igual forma, que o conhecimento e tecnologia aqui desenvolvidos, sejam partilhados com a população e com os principais atores que se encontram no território, de modo a incentivar a existência de ações conjuntas em plena harmonia.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A partilha de informação e conhecimento, através de, por exemplo ações de formação; ▶ Ações materiais que visem a construção de equipamentos e infraestruturas científicas; ▶ Ações que visem aplicar no território, e dentro da temática do ITI, projeto de I&D e de desenvolvimento tecnológico. Tanto o conhecimento produzido como os progressos tecnológicos devem ter também como fim a transferência de conhecimento, impulsionando o empreendedorismo; ▶ Intervenções de carácter material que tenham por base a inovação e o novo conhecimento produzido, visando a preservação, valorização e gestão dos ecossistemas, tanto terrestres como aquáticos; ▶ A realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação. 						
<p>Domínios</p>	<p>Ecossistemas terrestres e ambiente</p>		<p>Recursos hídricos</p>		<p>Pessoas e Território</p>		
<p>Áreas temáticas</p>							
<p>Principais promotores</p>	<p>Adminis. pública</p>	<p>Adminis. Local</p>	<p>Associação, Cooperativa e ONG</p>	<p>Uni. e Centro de I&D</p>	<p>Empresas</p>	<p>A definir</p>	
<p>Tipos de ações indicativas</p>							

12		Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento											
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo					
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)					
Criação de conhecimento científico e tecnológico		Infraestruturas de ciência e tecnologia						Infraestruturas científicas					
		Investigação científica e tecnológica						Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)					
Intervenções não urbanas		Respostas locais a desafios territoriais específicos						Respostas locais a desafios territoriais específicos					
Redes e capacitação institucional RIS3		Redes de capacitação institucional RIS3						Plataformas de inovação, governação e internacionalização					
Indicador de realização				Indicador de resultado									
Algarve	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora			Algarve	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora								
Algarve	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta			Algarve	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas								
Alentejo	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas			Alentejo	Publicações resultantes de projetos apoiados								
Alentejo	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora			Alentejo	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora								
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável													
ODS Principal							ODS Secundário						
													

13	Apoio às empresas com foco no território e temática					
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>Também as empresas têm no ITI um papel fundamental para a concretização do instrumento, e para o sucesso do que se pretende alcançar. Importa qualificar as empresas e os agentes económicos e formar redes de parceria e cooperação, entre estas entidades e a academia, nos temas água e ecossistemas de paisagem, de modo a preparar a transição justa, para uma economia neutra em carbono. Num mundo cada vez mais atento à produção sustentável, as empresas têm também um papel crucial na valorização dos recursos endógenos, na transformação das cadeias de valor, na absorção de conhecimento e de novas técnicas de produção através de um conhecimento avançado em técnicas sustentáveis.</p> <p>Em suma, deverá ser valorizado o papel das empresas no alcance de um território mais ecológico sustentável, em plena articulação com as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (EREI).</p> <p>Este Projeto Estruturante será concretizado através do lançamento de Avisos aos Sistemas de Incentivos (SI), que visem respostas a desafios concretos do território com base em processos de descoberta empreendedora.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A promoção da inovação e capacitação, com vista à neutralidade carbónica; ▶ A valorização económica por meio de cadeias de valor mais sustentáveis; ▶ A Capacitação e o trabalho em rede. 					
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território	
Áreas temáticas						
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir
Tipos de ações indicativas						

13		Apoio às empresas com foco no território e temática												
Programas regionais (OE)		Algarve						Alentejo						
		1.1.	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2
Tipologia de Ação (TA)		Tipologia de Intervenção (TI)						Tipologia de Operação (TO)						
Redes e capacitação institucional RIS3		Redes e capacitação institucional RIS3						Cadeias de valor e redes colaborativas						
Qualificação e internacionalização das empresas		Qualificação e internacionalização das empresas						Projeto individual (SI) - Qualificação das empresas						
Investimento empresarial produtivo		Investimento empresarial produtivo						Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)						
Economia circular		Economia circular						I&D Empresas para a circularidade (SI) I&D&I para a circularidade (SI)						
Indicador de realização				Indicador de resultado										
Algarve	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes)			Algarve	Sem indicador									
Alentejo				Alentejo										
Algarve	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora			Algarve	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora									
Alentejo				Alentejo										
Algarve	Empresas apoiadas através de subvenções			Algarve	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos									
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável														
ODS Principal				ODS Secundário										
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	 13 AÇÃO CLIMÁTICA	 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	 13 AÇÃO CLIMÁTICA							
 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS									

14	Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente						
<p>Descrição do Projeto</p>	<p>A realização de ações de formação, conferências e outras formas de propagação do conhecimento aumenta as hipóteses de sucesso do ITI, através dos seus residentes e das entidades que neste território se localizam. O presente projeto tem como objetivo capacitar os principais atores e população residente do território sobre os temas da sustentabilidade – Proteção, valorização e gestão dos ecossistemas, biodiversidades, recursos, espécies, bem como a mitigação das consequências das alterações climáticas.</p> <p>Neste projeto estruturante podem caber, desde que relacionados com a temática do PE, iniciativas que se prendam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ A aplicação de estratégias de comunicação e sessões de partilha de conhecimento, independentemente das idades e dos níveis de instrução; ▶ Ações materiais que visei a implementação ou manutenção de infraestruturas de apoio à realização destas atividades; ▶ O desenvolvimento, no território, por parte de instituições universitárias e centros de I&D, de investigação aplicada, procurando soluções inovadoras para a inversão dos constrangimentos e alavancamento das potencialidades, passando posteriormente esse conhecimento a quem habita e trabalha este território; ▶ A proteção e gestão dos recursos, dos ecossistemas, da biodiversidade, da paisagem e do ambiente, recorrendo à capacitação dos principais atores locais. 						
Domínios	Ecossistemas terrestres e ambiente		Recursos hídricos		Pessoas e Território		
Áreas temáticas							
Principais promotores	Adminis. pública	Adminis. Local	Associação, Cooperativa e ONG	Uni. e Centro de I&D	Empresas	A definir	
Tipos de ações indicativas							

14														Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente													
Programas regionais (OE)		Algarve							Alentejo																		
		1.1	1.3	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2	1.1	1.4	2.4	2.6	2.7	5.2													
Tipologia de Ação (TA)				Tipologia de Intervenção (TI)				Tipologia de Operação (TO)																			
Criação de conhecimento científico e tecnológico				Investigação científica e tecnológica				Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)																			
Redes e capacitação institucional RIS3				Redes e capacitação institucional RIS3				Capacitação para a especialização inteligente																			
Intervenções não urbanas				Capacitação de atores e redes				Concertação estratégica e coordenação de atores																			
Economia circular				Economia circular				Investimento Produtivo para a circularidade (SI)																			
Gestão de Recursos Hídricos				Gestão de Recursos Hídricos				Estudos																			
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				Ações de promoção, sensibilização e comunicação																			
Indicador de realização							Indicador de resultado																				
Algarve	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta							Alentejo	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas																		
	Capacitação de atores e redes								População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado																		
	Concertação estratégica e coordenação de atores								Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora																		
	Capacitação para a especialização inteligente								Sem indicador																		
Alentejo	Investimento Produtivo para a circularidade (SI)							Alentejo	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora																		
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora								População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado																		
Contributo para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável																											
Indicador de realização							Indicador de resultado																				
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS			6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO		11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS		12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS																
13 AÇÃO CLIMÁTICA		14 PROTEGER A VIDA MARINHA		15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE		17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS		13 AÇÃO CLIMÁTICA		14 PROTEGER A VIDA MARINHA		15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE		17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS													

3.4. A experiência do promotor e dos parceiros

O projeto beneficia de uma liderança partilhada entre as CCDR Algarve e Alentejo, I.P., e que em termos formais, assume a CCDR Algarve, I.P. como entidade líder. São igualmente envolvidos enquanto elementos nucleares do ITI, um conjunto de entidades que participam nos diferentes órgãos definidos assim como definido no modelo de governação (ver capítulo 3.5 Modelo de governação), onde integram representantes de entidades da Administração Direta e Indireta desconcentrada com foco temático no ITI (APA-ARH e ICNF, DRAP, respetivamente, do Algarve e Alentejo), e ainda representantes das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) do Algarve e do Alentejo e dos municípios do Algarve e do Alentejo.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR Algarve, I.P.), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 36/2023, de 26 de maio de 2023, é um instituto público de regime especial e âmbito regional, integrado na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A CCDR Algarve, I.P. possui um quadro de 108 colaboradores, que reúne competências diversificadas. À presente operação serão afetos recursos humanos internos - técnicos seniores com vasta experiência nas áreas de especialização das ações em que estarão envolvidas no âmbito do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo.

De acordo com o artigo 3º Anexo Decreto-Lei nº36/2023, 26/05 as CCDR, I. P., têm por missão:

- a) Definir e executar as respetivas estratégias de desenvolvimento regional;
- b) Integrar e articular territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional nos domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da natureza, e agricultura e pescas;
- c) Assegurar o planeamento e a gestão da política de coesão no âmbito dos programas regionais, e dos programas de cooperação territorial europeia, enquadrados nos ciclos de programação das políticas da União Europeia, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições;
- d) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações

Das suas atribuições: (artigo 4º Decreto-Lei nº36/2023, 26/05) destacam-se, entre outras, como relevantes para evidenciar a sua experiência no planeamento e operacionalização de instrumentos de base territorial:

- a) Contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial e de desenvolvimento rural, promovendo o desenvolvimento de sistemas ou ecossistemas regionais de inovação, nomeadamente através do fomento de parcerias entre agentes regionais, entre as entidades do sistema científico e tecnológico e a comunidade, o desenvolvimento de

estudos de articulação de políticas sectoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

b) Contribuir para o estímulo da competitividade das regiões, dinamizando o empreendedorismo a nível local através da criação e desenvolvimento de negócios, designadamente de base científica e tecnológica, e promovendo o investimento empresarial inovador, orientado para produtos e atividades relacionados com as novas tecnologias, processos de produção e recursos humanos qualificados, bem como para a captação de investimento direto estrangeiro;

e) Dinamizar e promover a mobilização de fundos nacionais e europeus, bem como as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a competitividade económica, social e para a coesão territorial, assegurando, nomeadamente, as responsabilidades de gestão que lhe sejam confiadas no âmbito da política de coesão e da política agrícola comum da União Europeia;

f) Assegurar a coerência do sistema de gestão territorial, garantindo a articulação dos instrumentos de gestão territorial, elaborando, monitorizando e avaliando os de âmbito regional, bem como acompanhar a elaboração dos instrumentos de gestão territorial de âmbito intermunicipal e municipal;

g) Executar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas nos domínios do ordenamento do território, urbanismo, ambiente, da conservação da natureza e do bem-estar animal, bem como desenvolver os necessários processos de avaliação ambiental;

m) Executar as políticas agrícola e de pescas, agroalimentar e de desenvolvimento rural, bem como assegurar o planeamento e a coordenação na aplicação dos respetivos financiamentos, nacionais e europeus, reforçando lógicas de proximidade territorial na interação com os diferentes agentes e operadores sectoriais.

De realçar que a CCDR Algarve, I.P. tem uma vasta experiência no planeamento e gestão de projetos, bem como na área administrativa e financeira, na gestão de fundos comunitários, na execução e coordenação de intervenções integradas e em rede, nomeadamente em projetos no âmbito das suas diversas áreas de atividade, nomeadamente, planeamento, ambiente, ordenamento do território, apoio à administração local e desenvolvimento regional.

A sua congénere, CCDR Alentejo, I.P., reúne igual experiência e competência técnica, fulcral na implementação concertada do ITI no território de intervenção que abarca as duas regiões.

Em relação aos restantes parceiros, é de referenciar a experiência acumulada pelas entidades da Administração Direta e Indireta desconcentrada com foco temático no ITI, nomeadamente APA-ARH e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao nível da articulação em projetos envolvendo diversas entidades parceiras e com contributo para objetivos de promoção de um desenvolvimento territorial sustentado.

Em relação às Associações de Desenvolvimento Local (ADL) do Algarve e do Alentejo, destaca-se a experiência acumulada ao nível da governança territorial nos cerca de 30 anos de experiência na aplicação da abordagem LEADER, nomeadamente na gestão de intervenções orientadas para a valorização das potencialidades e os recursos destes territórios, numa lógica orientada para apresentação dos interesses das comunidades locais.

Os municípios do Algarve e do Alentejo beneficiam, igualmente, de uma imensa experiência acumulada na operacionalização de projetos orientados para a prossecução de objetivos de valorização dos recursos do território e de contributo para objetivos de desenvolvimento sustentável. Os diversos ciclos de programação estrutural permitiram que estas entidades, incluindo a respetiva estrutura técnica, beneficiem de uma experiência muito relevante na articulação entre a estrutura programática dos instrumentos financiadores que mobilizam e a execução dos projetos dos quais são promotores.

3.5. Modelo de governação

O modelo de gestão e organização de suporte ao Plano de Ação para operacionalização do Investimento Integrado de Base Territorial da Água e Ecossistemas de Paisagem tem por base os princípios propostos decorrentes do “Estudo sobre a governança multinível, na região do Algarve, no período de programação 2021-2027”, elaborado em parceria entre o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a CCDR Algarve, I.P..

O modelo de governação deverá adotar um princípio de forte colaboração e cooperação e mobilização dos diversos atores envolvidos com o tema e presentes no território de intervenção. Deverá igualmente assumir como princípio basilar, que será assegurada a coerência entre as operações a financiar pelo Plano de Ação.

O processo de descentralização e de reforma do estado em curso desafiam o modelo de operacionalização do ITI, pelo que deverá ser dada atenção especial ao garante dos seguintes aspetos:

- ▶ Princípio da subsidiariedade, fazendo coincidir o nível territorial de decisão das políticas com o nível de decisão dos financiamentos;
- ▶ Envolvimento das entidades sub-regionais e das autoridades regionais, e locais, no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes;
- ▶ Garantia do cumprimento dos princípios e orientações regulamentares, nacionais e comunitárias definidos para Estrutura operacional do período de programação de fundos europeus relativo a 2021-2027.

O processo de construção da Estratégia que suporta o Plano de Ação do ITI, considerou, desde o seu início, a importância do envolvimento dos *stakeholders* relevantes no diagnóstico dos constrangimentos e potencialidade com que o território se confronta, garantindo mecanismos participados na proposta e decisão sobre a estratégia e as soluções operacionais adotadas. É também reconhecida, pelo seu importante trabalho de mobilização de atores, a importância do envolvimento das Associação de Desenvolvimento Local do território de intervenção, neste modelo.

Estes fatores – participação e envolvimento - são elementos que determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos a desenvolver. E, se o envolvimento dos atores relevantes da região e para a temática do ITI, na fase de conceção e proposição de ideias, prioridades e projetos é fundamental, mais pertinente se torna nas fases de execução, gestão e monitorização.

Corresponsabilização de atores, públicos e privados, é também um fator crítico de sucesso desta intervenção e da correspondente capacidade de concretização das operações programadas. De facto, reconhece-se que a concretização do ITI, pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno da estratégia e do Plano de Ação, mas também de um processo de participação relevante e de uma gestão e governação transparente, clara sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar e partilhada pelos diferentes *stakeholders*.

Por se tratar de um ITI entre duas regiões NUTS II – Algarve e Alentejo – correspondendo a duas CCDR diferentes, estarão envolvidas, de igual forma, duas Autoridades de Gestão (AG), correspondentes aos respetivos Programas Regionais, pelo que importa garantir que o modelo de governação estabelece o modo de articulação entre estas, enquanto líderes, bem como o modo de articulação entre estas e as demais AG potencialmente financiadoras. As CCDR do Algarve e do Alentejo, I.P. devem assumir funções de cariz vertical, estratégico e político-administrativas sobre a operacionalização e dinamização do ITI, e em total consonância com as respetivas AG. As CCDR serão igualmente responsáveis por coordenar a divisão, atribuição e execução de funções pelas demais partes envolvidas no ITI, com especial destaque para a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Algarve, e para as duas CIM do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral, e para as associações de desenvolvimento local.

O modelo de governação deverá ainda incluir, tendo em conta a relevância anteriormente identificada, representantes de entidades públicas e privadas de ambas as regiões, e com incidência no foco temático do ITI: administração central (a título de exemplo: APA-ARH, ICNF, DRAP); administração local (AMAL, CIMBA e CIMAL, municípios e juntas de freguesia do território de intervenção); academia e centros de investigação (a título de exemplo: Universidade de Évora e Algarve); ONG e associações (a título de exemplo: WWF e as ADL do território de intervenção).

Estas entidades podem assumir funções de aconselhamento às CCDR, bem como de dinamização operacional, onde se podem especificar funções consultivas, capacitação, preparação de candidaturas, acompanhamento da execução das operações financiadas, monitorização e avaliação, em articulação com as medidas desenhadas para estas áreas pelas CCDR.

Deste modo, o modelo de governação tem como primeiro nível de estrutura, para além das AG líderes, correspondentes a cada Programa Regional, relevantes ao nível do fluxo ascendente, um fluxo vertical descendente composto pela CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P. como entidades líderes, e pelas demais partes envolvidas como dinamizadoras das várias fases do procedimento de preparação e execução do ITI. Estas entidades dividem as suas intervenções por funções distintas.

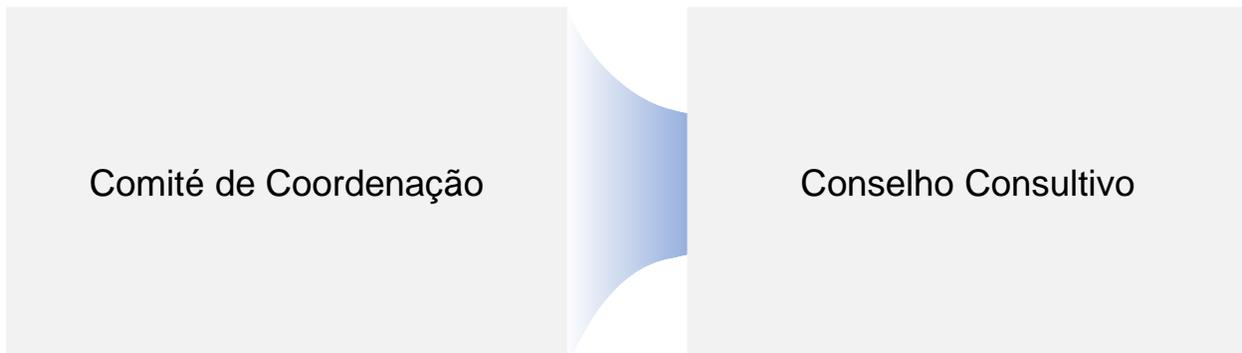
O modelo de governação do ITI do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas de Paisagem, apresenta a seguinte estrutura orgânica:

- ▶ **Comité de Coordenação** – liderado por representantes da CCDR Algarve, I.P. CCDR Alentejo, I.P., entidades que detêm funções de planeamento estratégico e operacionalização do Plano de Ação ITI Água e Ecossistemas de Paisagem;
- ▶ **Conselho Consultivo** – composto por representantes de entidades da Administração Direta e Indireta desconcentrada com foco temático no ITI (APA-ARH, ICNF, DRAP, respetivamente do Algarve e Alentejo), assim como as 3 CIM, já referenciadas, enquanto representantes dos municípios do território de intervenção, e ainda representantes das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) de ambas as regiões, com conhecimento do território e capacidade de mobilização dos potenciais beneficiários. Este órgão assumirá funções de aconselhamento às

decisões do Comité de Coordenação. O conselho consultivo pode ainda integrar um conjunto de Grupos de Trabalho, compostos por elementos designados pelos membros do Comité de Coordenação e do Conselho Consultivo, integrando necessariamente representantes das CCDR líderes. Os grupos de Trabalho devem ser organizados de acordo com as temáticas das operações, e responsáveis por divulgar informação, pela capacitação, pelo acompanhamento do desenvolvimento das suas áreas temáticas, pela montagem de candidaturas, e pela avaliação e monitorização do ITI sobre a forma de um Observatório, entre outras. Admite-se igualmente a mobilização de equipas técnicas de apoio (regime de contratação a equacionar) orientadas para suportar a assistência técnica e a animação do ITI, bem como apoiar os municípios na preparação das suas candidaturas e projetos, nomeadamente recorrendo à contratação de consultoria especializada e profissionais de áreas como a engenharia, arquitetura, entre outros.

Estes dois órgãos concretizam-se sob forma contratual ou institucional, e permitem corresponder aos desafios de uma estrutura de governo multinível, uma vez que, integrando atores públicos e privados das duas NUTS II distintas, de nível regional, sub-regional e local, articulam-se com as duas AG líderes, que, por seu turno, são responsáveis por se articularem com as demais AG financiadoras, se e quando aplicável, e com o modelo de governo de nível nacional.

Figura 9. Governação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem: estrutura orgânica



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Estudo sobre governança multinível, na região do Algarve, no período de programação 2021-2027

3.6. Metodologia de acompanhamento

A operacionalização do ITI implica a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação, sendo aqui consubstanciado na montagem de um sistema de informação, sobre a forma de um **Observatório de Avaliação e Monitorização do ITI** com duas vertentes:

- ▶ **Vertente 1. Avaliar a execução do ITI**, nomeadamente as iniciativas, ações e projetos desenvolvidos, por forma a observar os resultados alcançados face às metas estabelecidas;
- ▶ **Vertente 2. Monitorizar as dinâmicas territoriais do Algarve e do Alentejo**, em resultado da aplicação dos projetos, com foco na estratégia e temática do ITI, no território de intervenção.

A primeira vertente contribuirá para assegurar o acompanhamento eficaz da execução do instrumento. Este, deverá de forma periódica, verificar os progressos alcançados e, caso existam, os respetivos desvios, permitindo aos gestores técnicos e dirigentes políticos tomar decisões no sentido de formular correções de trajetórias e estabelecer medidas corretivas.

A segunda vertente contribuirá para analisar a evolução da situação atual do território tendo por base um conjunto de indicadores de acompanhamento selecionados para o efeito, onde deverá ser possível analisar o contributo do Plano de Ação para a inversão dos impactos das alterações climáticas, para melhorar a capacidade de retenção de água, para melhorar a capacidade de proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, para melhorar o posicionamento face às metas de 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

No que concerne às suas competências, o Observatório será responsável pelo sistema de monitorização, que deverá cobrir as duas vertentes referidas, quer em termos de acompanhamento do alcance das metas assumidas, quer em termos de análise global do posicionamento e evolução dos constrangimentos do território subordinados à temática do ITI. Deverá ser definido o modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados do ITI, considerando como ponto de partida, para ambas as regiões, as características e o estado atual do território, subordinadas à temática do instrumento, e o seu contributo para os objetivos e metas do Portugal 2030. Neste sentido, serão estabelecidos procedimentos específicos de recolha contínua de informação sobre o território e sobre as iniciativas aplicadas no território, no âmbito do Plano de Ação. Os dados recolhidos, e a sua análise são igualmente essenciais para que todos os parceiros envolvidos conheçam a forma como os objetivos e as medidas definidas no âmbito do ITI estão a ser alcançados, e as metas atingidas, permitindo ainda, de forma regular, melhorar o planeamento de futuras intervenções e do próprio ITI.

A operacionalização, gestão e acompanhamento do Observatório de Avaliação e Monitorização do ITI será da responsabilidade do Conselho Consultivo. Este, em articulação com o Comité de Coordenação deverá nomear e coordenar um grupo de trabalho específico, responsável pela dinamização e operacionalização do Observatório. Poderá ser composto e coordenado pelas equipas técnicas, de ambas as CCDR líderes,

responsáveis pelo acompanhamento dos Programas Regionais e das dinâmicas territoriais do Algarve e Alentejo.

O sistema de acompanhamento proposto inclui:

- ▶ A definição do sistema de informação mais adequado, e correspondente recolha de informação de suporte à operacionalização e acompanhamento do ITI, através de um Observatório da Execução e Monitorização do ITI, responsável pela recolha contínua de informação sobre os projetos aqui integrados, permitindo, periodicamente, ter informação sobre as realizações e os resultados existentes no território de intervenção;
- ▶ A articulação do sistema de informação de suporte ao Observatório da Execução e Monitorização do ITI, orientado para o acompanhamento dos projetos e do Plano e Ação, com um Observatório das Dinâmicas Territoriais do Algarve e do Alentejo, com incidência na temática do ITI (e enquadrado num sistema mais vasto de monitorização do desenvolvimento ambiental, social e económico destas regiões). Deverá também estar prevista a identificação de necessidades específicas de aquisição de conhecimento com relevância para o desenvolvimento da região, a materializar sob a forma de estudos com natureza pontual e/ou regular;
- ▶ A disponibilização de Relatórios-Síntese trimestrais ao Comité de Coordenação do ITI e Presidências da CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., que permitam aos gestores técnicos e dirigentes políticos tomar decisões atempadas no sentido de formular correções de trajetórias e medidas corretivas;
- ▶ A elaboração do Relatório Anual de Monitorização, onde será analisada a evolução do território de intervenção do ponto de vista dos projetos implementados e do contributo dos mesmos para os objetivos e metas fixadas em sede de Pacto.
- ▶ A submissão do Relatório Anual de Monitorização do Pacto ao Comité de Coordenação do ITI, garantindo informação técnica a este órgão e suportando as deliberações que venham entender assumir.
- ▶ A apresentação do Relatório Anual de Monitorização do ITI ao Comité de Consultivo do ITI, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento dos atores regionais.
- ▶ A mobilização do Conselho Consultivo é de extrema relevância, uma vez que vão ser os responsáveis por analisar as diversas temáticas importantes para a execução e monitorização do ITI. Complementarmente ao acompanhamento da aplicação das políticas e dos investimentos espera-se que estes agentes possam ter uma postura proactiva no contacto com os promotores, na promoção de iniciativas emblemáticas e no estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas com o Pacto.

As análises do relatório anual de Monitorização do ITI, constituem-se como momentos privilegiados de avaliação, assegurando a partilha com as entidades envolvidas dos resultados sobre a operacionalização do Plano de Ação. Importa ainda relembrar que o sistema de monitorização deverá ser articulado,

assumindo-se como *input* fundamental, com a estratégia e os instrumentos de acompanhamento propostos da Estratégia que suporta do ITI do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas de Paisagem.

No caso concreto do Observatório da Execução e Monitorização do ITI, será necessário medir o contributo do ITI para o alcance das metas dos Programas Regionais, do Portugal 2030. Desta forma a monitorização recorrerá também aos indicadores previstos nos Programas Regionais do Algarve e Alentejo e, em particular, no Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Instrumento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas da Paisagem). Os indicadores previstos encontram-se divididos em: **Indicadores de Realização** – indicadores que medem e acompanham a implementação ITI e que são medidos em unidades físicas ou monetárias; **Indicadores de resultado** – indicadores que quantificam os aspetos específicos e mensuráveis que medem os impactos/efeitos diretos do ITI nos temas que intervêm.

Das 133 intenções, 40 têm indicador de realização e 29 têm indicador de resultado. Os indicadores de realização e resultado (Tabela 17), para os quais o Plano de Ação do ITI deve contribuir, tendo em vista o alcance das metas dos Programas Regionais, possuem uma clara correspondência com 13 dos 14 Projetos Estruturantes (Tabela 18).

Tabela 17. Indicadores de realização e monitorização para os quais o Plano de Ação do ITI contribui

OE	Programa Financiador	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
1.1.	Alentejo	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	Publicações resultantes de projetos apoiados
		Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas
	Algarve	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas
1.3.	Algarve	Empresas apoiadas através de subvenções	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos
1.4.	Alentejo	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
	Algarve		
2.4.	Alentejo	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)
	Algarve		
	Alentejo	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações
	Algarve	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações

OE	Programa Financiador	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
		faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	
2.6.	Alentejo	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes)	Sem indicador
	Algarve		
2.7	Alentejo	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas
	Algarve		
	Alentejo	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
	Algarve		
5.2.	Alentejo	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Projetos transversais de âmbito intermunicipal
	Algarve		
	Alentejo	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Instituições envolvidas nos projetos de capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
	Algarve		

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Instrumento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas da Paisagem)

Tabela 18. Correspondência entre os Projetos Estruturantes e os indicadores de realização e monitorização para os quais o Plano de Ação do ITI contribui

Projetos Estruturantes	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações
	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes)	Sem indicador
	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações
	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas

Projetos Estruturantes	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)
	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas
6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Projetos transversais de âmbito intermunicipal
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas
8- Combate e mitigação às alterações climáticas	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)
9- Gestão e proteção dos espaços florestais	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
10- Valorização do património natural	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Sem indicador
11- Reordenamento e gestão da paisagem	Sem indicador	Sem indicador
12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	Publicações resultantes de projetos apoiados
	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
13- Apoio às empresas com foco no território e temática	Empresas apoiadas através de subvenções	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos
	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias e grandes)	Sem indicador
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora

Projetos Estruturantes	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas
	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora
	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Instituições envolvidas nos projetos de capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (IIBT da Água e Ecossistemas da Paisagem)

De forma complementar, os Planos de Avaliação dos Programas Regionais financiadores, preveem a realização de um exercício de avaliação de impacto do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, com início previsto no ano 2027.

3.7. Plano de comunicação

Com um Plano de Ação baseado em dinâmicas participativas de diversos atores locais (públicos e privados) e que gera fortes impactos junto dos cidadãos, é importante estabelecer diretrizes que promovam a visibilidade dos investimentos, coresponsabilizem os parceiros e envolvam os cidadãos em todo o processo, desde a conceção até à execução.

As atividades a serem desenvolvidas devem contribuir para um aumento da cidadania e do exercício de participação democrática, onde seja promovida a importância do desenvolvimento sustentável dos projetos, com vista à competitividade territorial, e reconhecendo a coesão como um pilar decisivo para sua consolidação. Neste sentido, os objetivos concretos para as atividades de comunicação do Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo são:

- ▶ Informar e consciencializar: o plano de comunicação visa informar os diversos públicos-alvo sobre os investimentos a realizar, destacando a sua importância, objetivos e benefícios, o que envolve a divulgação de informações relevantes sobre os projetos, as suas metas e resultados a alcançar;
- ▶ Envolver e criar compromisso: o plano de comunicação procura envolver os diferentes atores, sejam públicos ou privados. Tal pode ser feito através de mecanismos de participação como consultas públicas, fóruns de discussão, entre outros, que permitam a contribuição e colaboração dos interessados;
- ▶ Estabelecer parcerias e dinamizar: através do plano de comunicação poderão estabelecer-se parcerias sólidas com diversos atores locais, sejam instituições governamentais, empresas, organizações da sociedade civil ou mesmo as comunidades. As parcerias podem ser fundamentais para o sucesso do Plano de Ação;
- ▶ Promover a visibilidade: o plano de comunicação permite dar visibilidade aos investimentos territoriais integrados a realizar, destacando as realizações e impactos positivos no território, o que inclui, por exemplo, a divulgação de resultados.

Ao desenvolver um plano de comunicação para o Plano de Ação do ITI, algumas propostas operativas a considerar são:

- ▶ Apresentação pública do início do Plano de Ação e informação sobre os projetos incluídos no mesmo;
- ▶ Elaboração de relatórios ou outra documentação com informação regular das intervenções em curso;
- ▶ Publicitação das intervenções em imprensa escrita que permita manter a perceção pública da associação dos investimentos aos fundos comunitários;
- ▶ Produção de documentos de apoio (infográficos, apresentações, vídeos, entre outros) que permitam promover a participação em iniciativas como seminários, conferências, ações de sensibilização, reforçando a visibilidade e transparência dos investimentos;

- ▶ Criação de um separador nos sites institucionais das CCDR do Algarve e Alentejo, I.P., e do Algarve 2030 e Alentejo 2030, que possibilitasse acompanhar os avanços e desenvolvimentos recentes do Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo.

Permitirá ainda garantir a participação ativa de todos os intervenientes e atores territoriais, prosseguindo a prática que, desde o início, pautou a elaboração da Estratégia do ITI, bem como do Plano de Ação, de forma colaborativa e corresponsável.

4. Participação pública

4.1. Modelo das sessões participativas

Reconhecida na sua programação estratégica regional, do Algarve e Alentejo, para a próxima década a importância deste ITI, foi desde sempre um princípio fundamental que este fosse um processo aberto, participado e transparente, com vista ao alcance do reconhecimento e do sucesso da implementação. O envolvimento dos principais atores chave do território, com foco na temática do ITI, foi dividido em duas fases, uma correspondente à definição da estratégia e uma segunda à construção do Plano de Ação.

Fase 1. Definição da estratégia

Teve por base a realização de três sessões de trabalho com as estruturas da CCDR Algarve e Alentejo, I.P., com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – Administrações das Regiões Hidrográficas do Algarve e do Alentejo, com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e do Alentejo e com as Associações para o Desenvolvimento Local da área de intervenção¹³.

As sessões tiveram como intuito auscultar e entender a visão, qual o diagnóstico que estas entidades fazem do território, tendo em conta o tema definido, e ainda perceber a abertura destas à participação no ITI, permitindo deste modo recolher contributos *in-loco* (Figura 11).

As três sessões, conduzidas por ambas as CCDR e com o apoio da EY Parthenon¹⁴, ocorreram em formato virtual no dia 23 de julho de 2021, e tiveram por base as seguintes questões:

- ▶ Quais são os desafios que este território enfrenta, em particular, aqueles que estão relacionados com as temáticas foco do ITI (ver caixa de texto)?
- ▶ Do ponto de vista da sua entidade, que projetos e iniciativas devem ser implementados de forma a responder a esses desafios?
- ▶ No âmbito dos projetos propostos, que contributo é que a sua entidade pode prestar?
- ▶ No âmbito dos projetos propostos, que outras entidades devem ser mobilizadas?
- ▶ Que experiências ou boas práticas conhece que podem contribuir na concretização dos objetivos do ITI.

Graças aos seus contributos, foi possível o desenho de uma estratégia realista face aos verdadeiros constrangimentos e potencialidades que este território partilha.

¹³ Associação In-Loco - Desenvolvimento e Cidadania; VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; Terras Baixo Guadiana; Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado; Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado; ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste; Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural; ADL – Associação de Desenvolvimento Local do Litoral Alentejano; ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo.

¹⁴ Empresa consultora que apoiou o processo de desenho da Estratégia e construção do Plano de Ação do ITI.

Fase 2. Plano de Ação

O fim do desenvolvimento da estratégia não fechou as portas ao envolvimento, pelo contrário, e para a definição do Plano de Ação foram chamadas a participar um número mais alargado de entidades do setor público local e central, da academia, Organizações não Governamentais (ONG) e associações, estando ainda aberto à população que tivesse interesse em participar.

Realizaram-se oito sessões (Figura 11), que tiveram como intuito apresentar: o enquadramento do ITI no presente Quadro Comunitário; o contexto territorial (potencialidades e constrangimentos) que serviu de base à justificação da importância deste instrumento; a estratégia; e o modelo financiador do Plano de Ação; a recolha de contributos; e no fim apresentação dos primeiros resultados (na última sessão) e uma apresentação final do Plano de Ação. As sessões ocorreram em formato presencial e em diversas localidades dos concelhos/freguesias que compõem este território, e registou-se uma adesão de cerca de 384 participantes, no total das sessões (Anexo 4 e Anexo 5).

- ▶ **Realizou-se no dia 24 de maio (2023)**, em Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira, a primeira sessão de apresentação da Estratégia, para que todas as entidades tivessem um conhecimento pleno do intuito do ITI e de como irá funcionar a sua operacionalização. Nesta sessão, e através de uma mesa-redonda, com posterior abertura à audiência, foi ainda possível recolher contributos e observar a compreensão que as entidades presentes têm do território, em termos das suas necessidades e potencialidades. Estiveram presentes cerca de 77 pessoas de entidades do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado, associações e universidades.
- ▶ **Realizou-se entre os dias 29 de maio e 2 de junho (2023)** um conjunto de sessões, descentralizadas pelo território de intervenção: Algarve – dia 29 de maio na Barragem de Odelouca, no concelho de Monchique e dia 30 no Espaço Multiusos do Azinhal, em Castro Marim e no Auditório do Crédito Agrícola de Paderne, no concelho de Albufeira; Alentejo – dia 2 de junho na Biblioteca Municipal de Ourique, no concelho com o mesmo nome, e no Fórum Cultural do concelho de Almodôvar. Nestas sessões, foi uma vez mais apresentado os objetivos do instrumento, como identificado no ponto anterior, mas de forma resumida, uma vez que o foco destas era ouvir as pessoas e as instituições que representam. Foram feitas diversas rondas juntos dos presentes, tendo como objetivo a identificação das preocupações que têm com o território, tendo em conta as temáticas com as quais trabalham, e recolher contributos para o Plano de Ação.

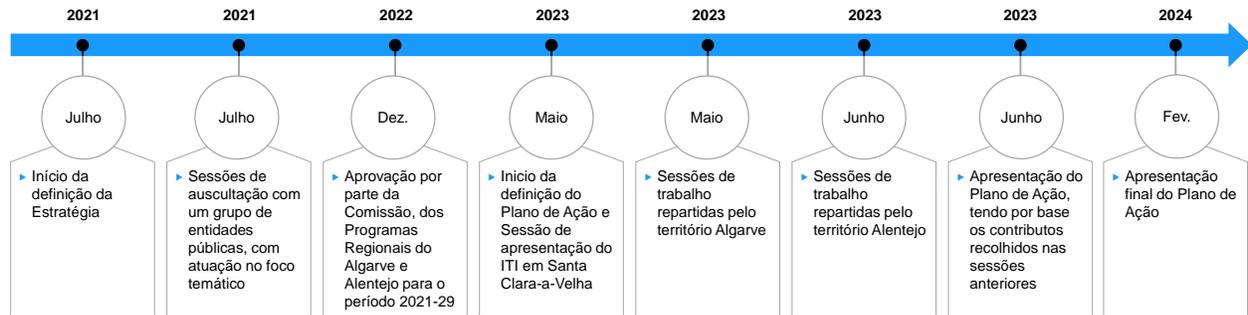
A sessão na Barragem de Odelouca contou com cerca de 14 presenças, do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado e associações. **A sessão no Espaço Multiusos do Azinhal, em Castro Marim contou com cerca de 16 presenças**, do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado e associações. **A sessão no Auditório do Crédito Agrícola de Paderne, no concelho de Albufeira, contou com cerca de 18 presenças** do setor público

autárquico e órgãos descentralizados do estado, associações e universidades. **A sessão na Biblioteca Municipal de Ourique, no concelho de Ourique, contou com cerca de 22 presenças**, do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado e associações. **A sessão no Fórum Cultural do concelho de Almodôvar contou com cerca de 45 presenças**, do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado, associações e universidades.

- ▶ **Realizou-se no dia 26 de julho (2023)**, na Fundação Manuel Viegas Guerreiro em Querença, concelho de Loulé, a sessão de apresentação do Plano de Ação com os resultados obtidos, e recolhidos através de fichas para a identificação de projetos/iniciativas estruturantes, relacionadas com a temática, e das quais as entendidas possam ser promotoras ou não. Estiveram presentes cerca de 93 pessoas de entidades do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado, associações e universidades;
- ▶ **Realizou-se no dia 02 de fevereiro (2024)**, no Auditório do Crédito Agrícola Terras do Arade, em São Bartolomeu de Messines, Concelho de Silves, a sessão final de apresentação do Plano de Ação do ITI, em resultado dos diversos ajustes efetuados, nomeadamente o alinhamento com o Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Instrumento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas da Paisagem). Estiveram presentes cerca de 99 pessoas de entidades do setor público autárquico e órgãos descentralizados do estado, associações e universidades.

Estas sessões, que contaram com uma grande adesão, resultaram num vasto Plano de Ação, que cobre todas as áreas temáticas que este ITI pretende intervir, tornando-o assim mais transparente, e real para aqueles que vão ser os responsáveis pela implementação do mesmo, e que para o qual é fundamental que se revejam.

Figura 10. Cronograma do envolvimento dos principais atores chave do território, e principais momentos



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P.

Findas as sessões de trabalho, e como já referido, foi solicitado às entidades participantes que preenchessem uma ficha de projeto (Anexo 6), que tinha como intuito recolher iniciativas para a implementação do ITI, nos quais a entidade que representava podia, ou não, ter uma intervenção direta, e outros projetos que considerassem relevantes tendo em conta os objetivos desta abordagem territorial, e sobre o qual poderiam assumir um papel de liderança ou até mesmo protagonizar. Com estas fichas foi possível, entre outros, obter uma descrição e objetivos da iniciativa que propõem, um cronograma de implementação e um montante de investimento médio.

Figura 11. Suporte digital das sessões de auscultação



Fonte: EY Parthenon, e CCDR Algarve e Alentejo, I.P.

4.2. Resultado do processo de participação

Como já observado as sessões que ocorreram na segunda fase, foram essenciais para a construção do Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo, uma vez que só assim foi possível chegar a um plano onde todos se revejam, e sobretudo um plano que responde às reais necessidades deste território.

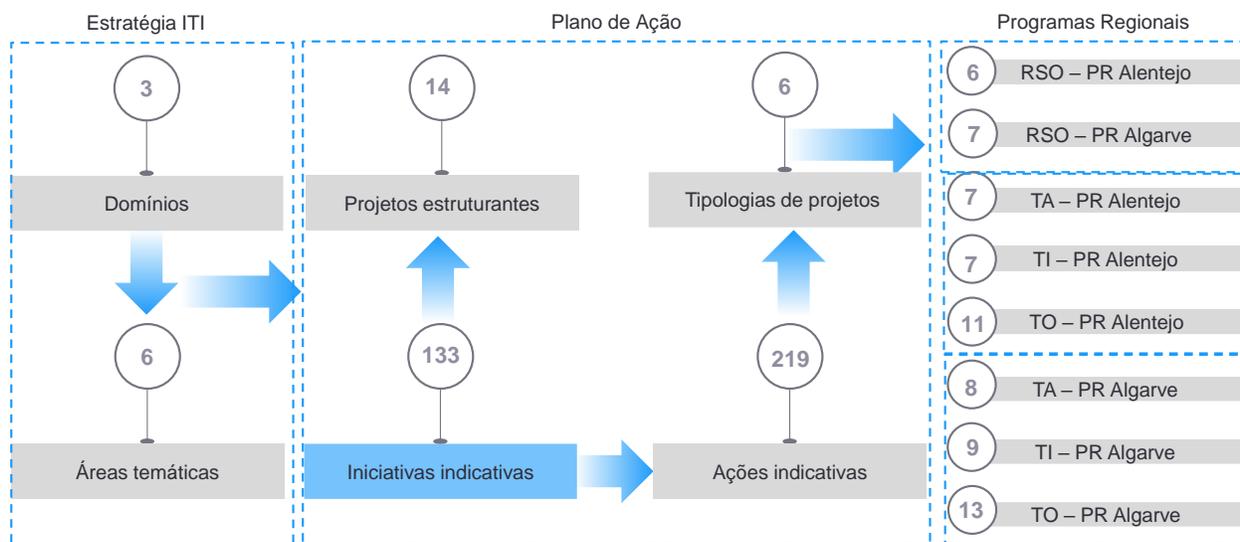
Das fichas distribuídas às entidades que participaram nas sessões, foram rececionadas, independentemente da sua elegibilidade, 198 provenientes de cerca de 44 entidades (Anexo 7): 103 de entidades da administração local (Municípios e Juntas de Freguesias); 36 da administração públicas descentralizada (ex: APA e IEF); 41 de entidades do setor associativo, cooperativas e organizações não governamentais; 17 provenientes das universidades e centros de investigação e 1 empresa.

Das 198 iniciativas indicativas rececionadas, 133 foram consideradas elegíveis. No entanto importa ter em conta, uma vez mais, que estas incluem um conjunto de 38 intenções “A definir”. Estas intenções traduzem uma antecipação de iniciativas a desenvolver que virão a dar coerência operativa e estratégica aos objetivos definidos pelo ITI. Correspondem a uma opção estratégica de modo a que o Plano de Ação do ITI esteja coberto por todas as Tipologias de Operação elegíveis segundo o Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Instrumento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo – Água e Ecossistemas da Paisagem).

As iniciativas, embora indicativas, apoiaram a seleção dos projetos estruturantes que balizaram e orientaram as ações a implementar na fase de execução do Plano de Ação do ITI. A elegibilidades destas teve em conta:

- ▶ A sua pertinência e enquadramento do tema no ITI;
- ▶ A sua maturidade e grau de aprofundamento;
- ▶ O encaixe nos 3 domínios de intervenção e 6 áreas temáticas, apresentadas no ponto 2.2. Os Objetivos Estratégicos;
- ▶ O encaixe nos OE, do Programa Regional do Alentejo e do Programa Regional do Algarve, mobilizados no “OE 5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas”, onde o presente ITI tem encaixe.

Figura 12. Fases de construção do Plano de Ação do ITI



Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Fase 1. Correspondência das iniciativas indicativas com a Estratégia

Este exercício permitiu observar a pertinência das iniciativas indicativas pelas entidades, tendo em conta o foco estratégico do ITI. Os domínios ecossistemas terrestres e recursos hídrico, como seria expectável, reuniu a maior concentração de iniciativas, assim como a área temática relativa à proteção ambiental e preservação dos ecossistemas, e disponibilidade hídrica e uso eficiente da água.

Tabela 19. Relação entre a estratégia e as iniciativas indicativas apresentadas

Domínio	Áreas temáticas	Total de iniciativas
Ecossistemas terrestres e ambiente	Capacitação e sensibilização	4
	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	1
	Investigação e inovação	4
	Economia Verde e Circular	4
	Valorização e revitalização económica e social	1
	Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	41

Domínio	Áreas temáticas	Total de iniciativas
Total		55
Recursos hídricos	Capacitação e sensibilização	5
	Disponibilidade hídrica e uso eficiente da água	19
	Economia verde e circular	6
	Investigação e inovação	3
	Proteção ambiental e preservação dos ecossistemas	26
Total		59
Pessoas e território	Capacitação e sensibilização	8
	Valorização e revitalização económica e social	9
	Investigação e inovação	2
Total		19
Total		133

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Fundamentação Estratégica dos pressupostos do IT

Fase 2. Construção do Plano de Ação

Numa segunda fase, e tendo por base as 133 iniciativas indicativas apresentadas, e consideradas elegíveis, foi possível alcançar 14 projetos estruturantes que cobrem as intenções das entidades, e refletem as necessidades em termos de intervenção para que os objetivos do presente ITI sejam alcançados, identificados por estas. Estes projetos estruturantes, devido à sua complexidade em termos operacionais, foram repartidos por seis tipos de ações indicativas, que apõem o claro entendimento das ações que se pretendem ver materializadas dentro de cada Projeto Estruturantes. Assume-se, por isso, que os projetos estruturantes poderão beneficiar da implementação de outras ações indicativas que não tenham ainda sido referenciadas pelas entidades consultadas, mas que se enquadrem no racional do projeto estruturante e no respetivo foco estratégico, que se encontram definidos nas fichas dos projetos estruturantes (ver capítulo 3.3).

Este exercício levou igualmente à identificação de 219 tipos de ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes numa lógica de operacionalização (Anexo 8 e Anexo 9):

- ▶ Comunicação e capacitação de equipas e atores;
- ▶ Equipamentos e infraestruturas;
- ▶ I&D e tecnologia;
- ▶ Proteção e gestão dos recursos, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente;

- ▶ Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação;
- ▶ Investimento produtivo empresarial.

Tabela 20. Relação entre os projetos estruturantes e o número de iniciativas e ações indicativas enquadrados nesses projetos estruturantes, incluindo as “A definir”

Projetos Estruturantes	Nº de Iniciativas indicativas	Nº de Ações indicativas
1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	12	17
2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	19	38
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	22	38
4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	11	23
5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	4	4
6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	8	14
7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	10	17
8- Combate e mitigação às alterações climáticas	2	3
9- Gestão e proteção dos espaços florestais	5	6
10- Valorização do património natural	2	5
11- Reordenamento e gestão da paisagem	4	4
12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	8	14
13- Apoio às empresas com foco no território e temática	9	9
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	17	27
Total	133	219

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Plano de Ação do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

Fase 3. Encaixe nos Programas Regionais

Com o Plano de Ação construído, foi necessário garantir o total enquadramento dos 14 Projetos Estruturantes com os Objetivos Específicos (OE) mobilizados por cada Programa Regional no Âmbito do ITI, bem como das 133 iniciativas indicativas, de modo que fosse assegurado o financiamento para a concretização dos Projetos Estruturantes estabelecidos. Esta correspondência foi garantida. Por fim foi ainda estabelecida a correspondência entre os OE mobilizados e as Tipologias de Ação, Intervenção e Operação, assim como explicitado no ponto 2.3. Enquadramento estratégico do ITI nos Programas Regionais (Anexo 3).

O PR Alentejo, no âmbito do ITI mobiliza, os seguintes OE:

- ▶ 1.1. Promover a investigação e a inovação;
- ▶ 1.4. Competências para a especialização e a transição;
- ▶ 2.4. Alterações Climáticas e Riscos;
- ▶ 2.6. Economia Circular;
- ▶ 2.7. Proteção da natureza e biodiversidade;
- ▶ 5.2. Desenvolvimento integrado das zonas rurais e costeiras.

O PR Algarve, no âmbito do ITI, mobiliza os seguintes OE:

- ▶ 1.1. Promover a investigação e a inovação;
- ▶ 1.3. Crescimento e competitividade das PME;
- ▶ 1.4. Competências para a especialização e a transição;
- ▶ 2.4. Alterações Climáticas e Riscos;
- ▶ 2.6. Economia Circular;
- ▶ 2.7. Proteção da natureza e biodiversidade;
- ▶ 5.2. Desenvolvimento integrado das zonas rurais e costeiras.

Tabela 21. Relação entre a estrutura dos Programas Regionais e os Projetos Estruturantes

OE	Programa Regional	Tipologias de projetos estruturantes	Iniciativas indicativas
1.1	Alentejo	12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	4
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1
	Algarve	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	2
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	1
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1
1.3.	Algarve	13- Apoio às empresas com foco no território e temática	3
1.4.	Alentejo	6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	1
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	1
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática	1
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	5
	Algarve	13- Apoio às empresas com foco no território e temática	1

OE	Programa Regional	Tipologias de projetos estruturantes	Iniciativas indicativas
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	2
		6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	1
		12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	1
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	2
2.4.	Alentejo	1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	5
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	7
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	1
		5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	2
		8- Combate e mitigação às alterações climáticas	1
		10- Valorização do património natural	1
	Algarve	8- Combate e mitigação às alterações climáticas	1
		1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	6
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	4
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	1
		5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	1
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1
2.6.	Alentejo	2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	1
		4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	1
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática	2
	Algarve	4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	4
		2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	1
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	1
		13- Apoio às empresas com foco no território e temática	2
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1		
2.7.	Alentejo	9- Gestão e proteção dos espaços florestais	1
		1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	1
		2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	5
		7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	2

OE	Programa Regional	Tipologias de projetos estruturantes	Iniciativas indicativas
	Algarve	3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	2
		9- Gestão e proteção dos espaços florestais	4
		2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	12
		11- Reordenamento e gestão da paisagem	4
		7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	8
		3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	8
		5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	1
		10- Valorização do património natural	1
		14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1
		5.2.	Alentejo
12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	1		
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	1		
Algarve	6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo		3
	14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente		4
Total			133

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo



Anexos



Anexo 1. População residente por grandes grupos etários (nº) | 2011 e 2021

Localização geográfica	População residente 2011	População residente 2021	Grupos etários (2021)			
			0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 >
Portugal	10 562 178	10 343 066	12,9%	10,5%	53,2%	23,4%
Alentejo	757 302	704 533	12,4%	9,8%	50,8%	27,0%
Baixo Alentejo	126 692	114 863	12,7%	9,7%	50,1%	27,6%
Alentejo Litoral	97 925	96 442	11,7%	9,0%	53,2%	26,2%
Odemira	26 066	29 538	10,0%	9,3%	58,1%	22,6%
São Teotónio	6 439	8 699	8,9%	10,7%	63,5%	16,9%
Sabóia	1 152	922	6,3%	6,6%	44,9%	42,2%
Santa Clara-a-Velha	873	633	6,5%	7,4%	48,2%	37,9%
São Martinho das Amoreiras	1 006	1 047	7,8%	5,2%	52,3%	34,7%
Luzianes-Gare	429	374	8,6%	7,8%	51,3%	32,4%
São Salvador e Santa Maria	3 119	3 373	10,5%	9,5%	54,6%	25,4%
Relíquias	931	995	10,6%	4,9%	53,4%	31,2%
Colos	1 061	820	7,4%	7,6%	51,2%	33,8%
Vale de Santiago	1 047	823	6,6%	7,8%	51,2%	34,5%
Ourique	5 389	4 839	10,0%	8,5%	47,1%	34,4%
Ourique	2 874	2 804	12,3%	9,2%	50,1%	28,5%
Santana da Serra	850	660	6,2%	4,5%	39,2%	50,0%
U.F. Garvão e Santa Luzia	1 083	887	6,5%	8,5%	44,9%	40,1%
U.F. Panóias e conceição	582	488	8,8%	9,6%	44,5%	37,1%
Almodôvar	7 449	6 712	10,9%	8,6%	47,9%	32,6%
Aldeia dos Fernandes	536	515	12,2%	9,3%	46,2%	32,2%
Rosário	608	592	11,0%	9,1%	48,1%	31,8%
Santa Cruz	651	483	5,4%	6,8%	40,4%	47,4%
São Barnabé	531	371	3,5%	2,2%	34,8%	59,6%
U.F. Almodôvar e Graça dos Padrões	4 168	3 966	12,8%	9,3%	51,3%	26,6%
U.F. Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	955	785	7,1%	8,3%	42,5%	42,0%
Mértola	7 274	6 206	8,8%	7,1%	47,3%	36,8%
Alcaria Ruiva	849	630	6,8%	9,0%	51,6%	32,5%
Corte do pinto	857	735	8,2%	7,8%	43,5%	40,5%
Espírito Santo	335	329	11,2%	4,0%	36,2%	48,6%
Mértola	2 824	2 504	10,3%	7,3%	52,5%	29,8%
Santana de Cambas	797	750	7,7%	7,1%	41,5%	43,7%
São João dos Caldeireiros	567	442	9,0%	7,7%	48,2%	35,1%

Localização geográfica	População residente 2011	População residente 2021	Grupos etários (2021)			
			0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 >
U.F. de São Miguel, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros	1 045	816	6,0%	4,9%	41,1%	48,0%
Castro Verde	7 276	6 873	12,1%	9,7%	51,2%	27,0%
UF. Castro Verde e Casével	5 346	5 289	13,3%	10,2%	52,6%	23,9%
Algarve	451 006	467 343	13,4%	9,8%	53,0%	23,7%
Aljezur	5 884	6 045	12,8%	8,0%	52,3%	26,9%
Aljezur	3 365	3 455	13,0%	8,2%	52,8%	26,0%
Bordeira	432	370	10,3%	7,6%	51,6%	30,5%
Odeceixe	961	1 055	12,1%	8,2%	54,4%	25,3%
Rogil	1 126	1 165	13,6%	7,2%	49,4%	29,8%
Alcoutim	2 917	2 523	6,3%	6,7%	39,6%	47,5%
Giões	256	152	3,9%	8,6%	36,8%	50,7%
Martim Longo	1 030	928	7,4%	8,4%	39,8%	44,4%
U.F. de Alcoutim e Pereiro	1 134	1 110	6,1%	5,7%	40,5%	47,7%
Vaqueiros	497	333	4,5%	4,2%	37,2%	54,1%
Monchique	6 045	5 462	10,1%	7,4%	48,8%	33,7%
Alferce	441	391	7,4%	5,4%	47,3%	39,9%
Marmelete	787	698	8,6%	5,4%	46,1%	39,8%
Monchique	4 817	4 373	10,5%	7,9%	49,4%	32,1%
São Brás de Alportel	10 662	11 248	13,4%	9,2%	51,5%	26,0%
São Brás de Alportel	10 662	11 248	13,4%	9,2%	51,5%	26,0%
Vila do Bispo	5 258	5 717	12,8%	7,9%	51,7%	27,6%
Barão de São Miguel	451	586	17,2%	9,4%	50,5%	22,9%
Budens	1 520	1 857	13,8%	6,4%	49,5%	30,2%
Sagres	1 909	1 894	10,3%	8,9%	52,2%	28,6%
Vila do Bispo e Raposeira	1 378	1 380	12,8%	8,0%	54,6%	24,7%
Silves	37 126	37 766	13,5%	9,1%	52,4%	25,0%
São Marcos da Serra	1 352	1 113	8,0%	7,3%	44,6%	40,2%
São Bartolomeu de Messines	8 430	8 157	12,1%	8,6%	49,7%	29,6%
Silves	11 014	10 661	13,7%	8,7%	51,1%	26,5%
UF. Algoz e Tunes	6 491	6 837	15,3%	10,2%	54,5%	20,1%
Albufeira	40 828	44 164	13,8%	10,5%	57,5%	18,2%
Paderne	3 304	3 498	12,1%	7,5%	54,0%	26,3%
Loulé	70 163	72 332	13,5%	9,7%	53,4%	23,4%
Salir	2 775	2 448	9,4%	8,2%	45,7%	36,8%

Localização geográfica	População residente 2011	População residente 2021	Grupos etários (2021)			
			0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 >
Alte	1 997	1 746	9,0%	6,4%	44,2%	40,3%
Ameixial	439	381	6,8%	2,1%	41,2%	49,9%
UF. Querença, Tôr e Benafim	2 713	2 520	10,4%	7,2%	42,9%	39,5%
Tavira	26 167	27 523	11,6%	8,7%	50,4%	29,3%
Cachopo	716	471	3,8%	3,0%	28,2%	65,0%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1 809	1 873	8,0%	5,7%	46,5%	39,8%
Castro Marim	6 747	6 439	10,9%	8,5%	48,1%	32,5%
Azinhal	522	479	5,8%	6,3%	40,9%	47,0%
Castro Marim	3 267	3 278	13,0%	8,9%	50,5%	27,7%
Odeleite	763	576	6,4%	2,8%	32,6%	58,2%
Vila Real de Santo António	19 156	18 824	13,4%	10,0%	50,5%	26,1%
Vila Real de Santo António	11 946	11 754	3,8%	2,8%	16,4%	9,9%
Lagos	31 049	33 494	12,8%	9,8%	52,6%	24,7%
UF. Bensafrim e Barão de São João	2 425	2 445	11,2%	8,5%	50,6%	29,7%
Território de intervenção	132 244	129 964	10,6%	7,9%	47,7%	27,7%

Anexo 2. Proporção de população residente com pelo menos o ensino secundário e superior completo (%) | 2011 e 2021

Localização geográfica	Ensino secundário completo		Ensino superior completo	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	31,7%	45,6%	15,0%	21,2%
Alentejo	26,6%	39,8%	10,9%	15,6%
Baixo Alentejo	24,9%	37,6%	10,4%	14,8%
Alentejo Litoral	25,7%	39,1%	9,2%	13,1%
Odemira	21,9%	37,6%	7,5%	11,2%
São Teotónio	25,6%	36,7%	7,1%	8,9%
Sabóia	13,4%	24,9%	3,3%	8,5%
Santa Clara-a-Velha	15,9%	28,1%	3,9%	8,5%
São Martinho das Amoreiras	10,8%	36,0%	4,4%	16,8%
Luzianes-Gare	14,6%	31,0%	3,2%	9,8%
São Salvador e Santa Maria	26,8%	42,6%	11,3%	14,2%
Relíquias	14,9%	34,6%	6,7%	13,6%
Colos	17,0%	26,5%	7,0%	9,7%
Vale de Santiago	12,2%	20,5%	2,1%	6,0%
Ourique	19,1%	31,6%	5,8%	9,7%
Ourique	25,2%	38,3%	8,4%	12,9%
Santana da Serra	9,2%	17,3%	2,9%	4,7%
U.F. de Garvão e Santa Luzia	16,0%	27,2%	4,0%	7,5%
U.F. de Panóias e conceição	11,2%	23,3%	1,0%	3,8%
Almodôvar	18,2%	31,9%	6,2%	9,5%
Aldeia dos Fernandes	12,1%	28,4%	1,8%	7,0%
Rosário	15,0%	28,1%	4,5%	6,9%
Santa Cruz	11,4%	17,9%	3,6%	4,6%
São Barnabé	4,7%	7,6%	1,4%	3,7%
U.F. de Almodôvar e Graça dos Padrões	24,8%	39,7%	9,0%	12,6%
U.F. de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	8,9%	21,2%	2,8%	4,9%
Mértola	16,4%	29,0%	5,4%	9,4%
Alcaria Ruiva	14,2%	26,2%	4,4%	7,5%
Corte do pinto	9,9%	20,6%	2,6%	5,0%
Espírito Santo	8,8%	20,9%	3,6%	6,7%
Mértola	24,5%	38,8%	8,7%	14,3%
Santana de Cambas	13,6%	23,7%	4,2%	7,2%

Localização geográfica	Ensino secundário completo		Ensino superior completo	
	2011	2021	2011	2021
São João dos Caldeireiros	13,7%	28,3%	4,1%	7,8%
U.F. de São Miguel, São Pedro de Sólis e São Sebastião dos Carros	8,3%	18,4%	2,1%	4,4%
Castro Verde	25,7%	39,5%	10,7%	15,8%
UF. Castro Verde e Casével	30,4%	44,5%	13,5%	18,8%
Algarve	32,8%	46,0%	13,1%	18,5%
Aljezur	29,6%	42,7%	9,8%	16,8%
Aljezur	35,7%	47,0%	12,0%	20,1%
Bordeira	24,6%	37,0%	7,8%	13,4%
Odeceixe	20,5%	39,2%	5,8%	13,0%
Rogil	21,7%	34,7%	7,5%	11,5%
Alcútim	14,0%	26,2%	4,7%	8,9%
Giões	11,4%	22,0%	3,1%	5,8%
Martim Longo	14,2%	25,8%	3,6%	8,2%
U.F. de Alcútim e Pereiro	17,1%	31,1%	7,2%	11,7%
Vaqueiros	8,0%	12,9%	2,0%	2,9%
Monchique	22,4%	33,7%	7,1%	12,6%
Alferce	16,1%	35,4%	4,7%	15,9%
Marmeleite	18,7%	28,2%	5,2%	10,0%
Monchique	23,6%	34,5%	7,6%	12,7%
São Brás de Alportel	33,3%	46,4%	13,3%	19,5%
São Brás de Alportel	33,3%	46,4%	13,3%	19,5%
Vila do Bispo	26,3%	42,0%	8,6%	14,8%
Barão de São Miguel	37,7%	53,5%	14,6%	22,6%
Budens	28,6%	45,5%	9,1%	16,8%
Sagres	23,1%	35,8%	7,6%	11,5%
Vila do Bispo e Raposeira	24,4%	41,4%	7,4%	13,9%
Silves	27,2%	41,0%	9,3%	14,1%
São Marcos da Serra	12,2%	22,0%	2,7%	4,6%
São Bartolomeu de Messines	22,0%	35,1%	6,3%	11,0%
Silves	29,0%	42,2%	11,2%	15,5%
UF. Algoz e Tunes	28,1%	42,4%	8,9%	12,9%
Albufeira	35,8%	47,8%	12,5%	16,7%
Paderne	26,6%	39,7%	7,8%	12,5%
Loulé	31,8%	45,3%	12,0%	17,3%

Localização geográfica	Ensino secundário completo		Ensino superior completo	
	2011	2021	2011	2021
Salir	16,3%	29,9%	6,4%	9,9%
Alte	17,7%	26,4%	5,4%	7,3%
Ameixial	8,7%	16,5%	2,2%	6,5%
UF. Querença, Tôr e Benafim	20,4%	30,9%	7,1%	10,7%
Tavira	29,9%	43,2%	11,8%	17,2%
Cachopo	5,6%	10,5%	1,0%	4,0%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	21,4%	33,4%	7,3%	12,2%
Castro Marim	22,7%	36,0%	8,2%	13,2%
Azinhal	13,1%	25,3%	3,7%	6,2%
Castro Marim	23,6%	36,6%	8,3%	12,9%
Odeleite	5,8%	15,9%	1,1%	4,7%
Vila Real de Santo António	27,7%	39,8%	9,6%	13,8%
Vila Real de Santo António	30,0%	41,7%	10,8%	14,6%
Lagos	35,4%	46,9%	13,3%	18,8%
UF. Bensafrim e Barão de São João	31,7%	39,1%	10,3%	14,1%

Anexo 3. Tipologias de Ação, Intervenção e Operação por objetivo específico mobilizado

OE	Programa Financiador	TA	TI	TO
1.1.	Alentejo	Criação de conhecimento científico e tecnológico	Infraestruturas de ciência e tecnologia	Infraestruturas científicas
	Algarve			
	Alentejo	Criação de conhecimento científico e tecnológico	Investigação científica e tecnológica	Investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT)
	Algarve			
1.3	Algarve	Investimento empresarial produtivo	Investimento empresarial produtivo	Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)
		Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação e internacionalização das empresas	Qualificação das empresas (SI)
1.4	Alentejo	Redes e capacitação institucional RIS3	Redes de capacitação institucional RIS3	Cadeias de valor e redes colaborativas
				Concertação estratégica e coordenação de atores
				Planeamento e programação integrada de investimentos
				Plataformas de inovação, governação e internacionalização
				Capacitação para a especialização inteligente
	Algarve	Redes e capacitação institucional RIS3	Redes de capacitação institucional RIS3	Cadeias de valor e redes colaborativas
				Concertação estratégica e coordenação de atores
				Planeamento e programação integrada de investimentos
				Plataformas de inovação, governação e internacionalização
				Capacitação para a especialização inteligente
2.4.	Alentejo	Adaptação às alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Medidas de adaptação às alterações climáticas
		Gestão de Recursos Hídricos	Gestão de Recursos Hídricos	Ações de Monitorização e Sistemas de Informação de apoio à Decisão e Gestão
				Estudos
				Proteção contra cheias e inundações
				Proteção dos recursos hídricos

OE	Programa Financiador	TA	TI	TO
	Algarve	Adaptação às alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Medidas de adaptação às alterações climáticas
		Gestão de Recursos Hídricos	Gestão de Recrsos Hídricos	Ações de Monitorização e Sistemas de Informação de apoio à Decisão e Gestão
				Estudos
				Proteção contra cheias e inundações
Proteção dos recursos hídricos				
2.6.	Alentejo	Economia circular	Economia circular	Ações coletivas para a economia circular – Dimensão regional
				I&D Empresas para a circularidade (SI)
				I&D&I para a circularidade (SI)
				Investimento Produtivo para a circularidade (SI)
	Algarve	Economia circular	Economia circular	Ações coletivas para a economia circular – Dimensão regional
				I&D Empresas para a circularidade (SI)
				I&D&I para a circularidade (SI)
				Investimento Produtivo para a circularidade (SI)
2.7.	Alentejo	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Ações de promoção, sensibilização e comunicação
				Infraestruturas verdes
				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade
	Algarve	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Ações de promoção, sensibilização e comunicação
				Infraestruturas verdes
				Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade
5.2.	Alentejo	Intervenções não urbanas	Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico	Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico
			Capacitação de atores e redes	Capacitação de atores e redes

OE	Programa Financiador	TA	TI	TO
			Estratégias de marketing e dinamização territorial	Estratégias de marketing e dinamização territorial
			Respostas locais a desafios territoriais específicos	Respostas locais a desafios territoriais específicos
			Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico	Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico
			Capacitação de atores e redes	Capacitação de atores e redes
	Algarve	Intervenções não urbanas	Estratégias de marketing e dinamização territorial	Estratégias de marketing e dinamização territorial
			Respostas locais a desafios territoriais específicos	Respostas locais a desafios territoriais específicos

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P., Programas Regionais do Algarve e Alentejo

Anexo 4. Folhas de presença

Lista de presenças sessão de 24 de maio de 2023 – Santa Clara – Odemira (14:30)



Lista de Presenças
ITI ÁGUA E ECOSISTEMAS DE PAISAGEM - ALGARVE E ALENTEJO
Santa Clara – Odemira | 24 de maio de 2023 | 14h30

Entidade	Nome	Email
CITRAL	Alexandra Reposo	alexandra.reposo@cital.pt
CITRAL	João Tomé	joao@cital.pt
APA/ARH Alentejo	Rui Saavedra	rui.saavedra@apahsvr.pt
APA/ARH Alentejo	Alto João	alto.joao@apahsvr.pt
APA/ARH Alentejo	André Matos	andre.matos@apahsvr.pt
UNIVERSIDADE DE EVORA	MARIE JOÃO CASTRO	jjc@uevora.pt
CM Loulé	David Pimentel	david.pimentel@cm-loule.pt
CAO	Paula Lourenço	paula.lourenco@caoparteisnola.pt
Município de Odemira	Manuel Matos	manuel.matos@cm-odemira.pt
Freguesia São Pedro e São João	Margarida Formoso	MargaridaFormoso@gmail.com
Universidade do Algarve - F.C.T.	Carla Fuereira	cfuereira@ualg.pt
Universidade do Algarve - F.C.T.	Paula Lourenço	plouren@ualg.pt
MiraSolta, ONGD	Helena Lamer Ribeiro	hlori.pro@mirasolta@gmail.com



Cofinanciado por:



Entidade	Nome	Email
MiraSolta, ONGD	Helena Lamer Ribeiro	mirasolta2023@mirasolta.org
Associação Amigos da Universidade de Évora	Manuel Matos	manuel.matos@uaevora.com
EPO	Paul Dolleman	paul.dolleman@gemira.pt
CASAS BRANCAS	Márcia McGill	marcia.mcgill@casasbrancas.pt
DGAV/DSAVR Algarve	Cristina Ferradeira	cferradeira@dgav.pt
AGIF - NCR - ALGARVE	Fátima Costa	Fatima.Costa@AGIF.PT
Mitadouro do Litoral Alentejano	Carlos Cruz	trancoso@gmail.com
TERRA DE S. LUIS - COOP RENASCIMENTO	SERGIO A. MARASCHIN	sergio.maraschin@agril.com
Associação Cooperativa Agrícola	João Quinteiro	joaquinheirocoop@gmail.com
ROTA VICENTINA	Luísa Cabrita	luiscabrita@rotavicentina.com
Projeto Verdes	Susana Coelho	susana.coelho@projetoverdes.com
Subsistema LDA	Rui Lourenço	rui.lourenco@subsystema.pt
Município de Alentejo	Rui Cabrita	rui.cabrita@cm-alentejo.pt
Município de Évora	André Santos	ANDRESANTOS@cm-evora.pt
Município de Évora	Margarida Formoso	margaridaformoso@cm-evora.pt



Cofinanciado por:





3

Entidade	Nome	Email
CHNODIA e Espaço Biodiverso de Nodros	Roberta Pinheiro	robudopinheiro@cu-wsebio.pt
ESDIME	Marta Conlegano	marta.conlegano@esdime.pt
ESDIME	Isabel Benedito	isabel.benedito@esdime.pt
ICNF / DREN ALI	Olga Martins	olga.martins@icnf.pt
PROJECT EARTH	Diogo Dias Coutinho	DJC@CIARLAB.ORG
CASA Alentejo	Miguel Encarnação	mfe96@gmail.com
TANCA A JUNTOS do Sudoeste RNSN + Juntos Pelo Sudoeste	Fátima Cabreira Teixeira	FCTEIXEIRA@GMAIL.COM
RNSN	Nuno Carvalho	FLORESTA.ALLENTEJO@GMAIL.COM
RNSN	Fernando Morgado	ALIBRANCA.ALLENTEJO@GMAIL.COM
RANSA Alentejo IP	Patrícia Inácio	patricia.inacio@inaiu.pt

3/8



Co-financiado por:



4

Lista de Presenças

ITI ÁGUA E ECOSISTEMAS DE PAISAGEM - ALGARVE E ALENTEJO
Santa Clara – Odemira | 24 de maio de 2023 | 14h30

Entidade	Nome	Email
Instituto Nacional de Estatística e do Censo, Alentejo e Odemira	Maria Ilhéu	miilheu@INEC.ALENTEJO.PT
APA - ARH Alentejo	Carla Lopes	carla.lopes@apaalentejo.pt
APA - ARH Algarve	Zélia Martins	zela.martins@apaalentejo.pt
Turismo Rural Nave Redonda do Curo	Amélia Piedade	ameliapiedade@gmail.com
Junta Freguesia de Santa Clara	Fernando Vale	fernando.vale@gmail.com
Município de Odemira	Francisco Martins	francisco.martins@cm-odemira.pt
Município de Odemira	Pedro Almeida	pedro.almeid@cm-odemira.pt
Município de Odemira	Paula Mateus	paula.mateus@cm-odemira.pt
Município de Odemira	António Casanova	antonio.casanova@cm-odemira.pt
Município de Lagos	Paulo Jorge Reis	paulo.reis@cm-lagos.pt
MUNICÍPIO DE ODEMIRA	PEDRO REZELO RAMOS	pedro.ramos@cm-odemira.pt
MUNICÍPIO DE ODEMIRA	RICARDO CARVALHO	RC@CM-ODEMIRA.PT
ATBB	PAULO SILVA	-

1/8



Co-financiado por:





5

Entidade	Nome	Email
ADPM	Mário Botelho	ambiente@adpm.pt
ADPM	Ana Senches	diacao@adpm.pt
CIMBAL	Fernando Romão	fernando.romao@cimbal.org.pt
JFSA Movimento dos Amadores	Nuno Duarte	jfisma.presidente@gmail.com
Associação de Amadores de Pesca	José Pedro Vilhota	a.d.amadores.pesca@gmail.com
Associação IN LOCO	Sandra Rosário	sandra.rosario@in-loco.pt
" "	Manuel Soares	manuelsoaresDS@gmail.com
Águas Públicas do Alentejo	Nuno Comia	n.comia@ADP.pt
Associação de Beneficiários do Mira	Miguel Figueira	m.figueira@abm.pt
CEBAL	Maria da Conceição Fernandes	maria-fernandes@cebal.pt
VICENTINA	Carlos Jorge de S. Abreu	carlos.abreu@vicentina.org
Terras Baixas Guadiana	Ricardo Bernardino	coordenador@tbguadiana.pt
Alentejo XXI	Susana Henriques	susana.henriques@alentejoxxi.pt
ADL	Dr. João Duarte Pereira	adl.duartejoao@uol.tpt.pt
Vicentina	Ana Freixo	ana.freixo@vicentina.org



Cofinanciado por:



6

Entidade	Nome	Email
Vicentina	Marcos Vieira	marcos.vieira@vicentina.org
ICNF	Francisco Faria	francisco.faria@icnf.pt
AMH	Silvestre Nuno	silvestre@amh.pt
CIM-ALGARVE-AMH	João Miguel Brandão	joao@amh.pt
CCDR Alentejo	Carla Correia	carla.correia@ccdr-alentejo.pt
CCDR Alentejo	José Roberto	joseroberto@ccdr-alentejo.pt
ZIF - LISIANS-BAIRRE	FLORIANO ANTONIO FRANCISCO	florianofrancisco@zifc.pt
Junta de Freguesia Lisiansense	Teresa Alexandra Santos	teresaalexandra@jfls.pt
Junta de Freguesia Saboia	Fernando Correia	fcorreia@jfsaboia.pt
CCDR ALGARVE	VALENTINA CÉLIA CALIXTO	valcalixto@ccdr-alg.pt
Agrupamento de Escolas de Alentejo	Helena Queiroz	helena.queiroz@agrupamentoalentejo.pt
Associação de Municípios do Alentejo	Fátima Almeida	f.almeida@am-alentejo.pt
Câmara Municipal de Évora	Manoel José	manojose@cm-evora.pt
EP	Duarte Leandro	duarte.leandro@ep-alentejo.pt
EP	Nuno Morais	nuno.morais@ep-alentejo.pt



Cofinanciado por:



Lista de presenças sessão de 30 de maio de 2023 – Espaço Multiusos do Azinhal – Castro Marim (10:00)



Lista de Presenças

ITI ÁGUA E ECOSISTEMAS DE PAISAGEM - ALGARVE E ALENTEJO
Espaço Multiusos do Azinhal – Castro Marim | 30 de maio de 2023 | 10h00

Entidade	Nome	Email
Município de Castro Marim	J.ª Rafaela Afonso Pereira	Joana.Pereira@cm-castro-marim.pt
Município de Castro Marim ANP - WWF	João Tiago Fernandes Ramos Afonso do O	joao.fernandes@cm-castro-marim.pt afonso@natureza-portugal.org
Colectivo Localmente de Alentejo	Vitoria Martins	genel@quadimato.lt
Município de Castro Marim	Roberto Branco	algarve@quecus.pt
Município de Castro Marim	Natália Saraiva	natia.saraiva@cm-castro-marim.pt
Município Castro Marim	Paula Rosa	Paula.Rosa@cm-castro-marim.pt
Município de Castro Marim	Fátima Rodrigues	ambienta@cm-castro-marim.pt
Associação de Baixo Guadiana Odigiva	Ricardo Bernardino Leticia Louco	ricardobernardino@abgguadiana.pt leticia.louco@castro.pt
Floresta (Município CM)	Florencia Pascoal Santos	florencia.pascoal@cm-castro-marim.pt
Junta Freguesia C. Marim	Nuno Amadio	genel@jfm-castro-marim.pt
Município CASTRO MARIM	VICTOR ROSA	SMP@CM-CASTROMARIM.PT



Cofinanciado por:



Entidade	Nome	Email
AL-Bio Associação de Alentejo	Ángel José	gouamebdica@gmail.com, albioalgarve@gmail.com
CCDR-Algarve DSDR	Marta Sara Carvalho	mcarvalho@ccdr-algarve.pt



Cofinanciado por:



Lista de presenças sessão de 02 de junho de 2023 – Biblioteca Municipal – Ourique (10:30)



Lista de Presenças

ITI ÁGUA E ECOSISTEMAS DE PAISAGEM - ALGARVE E ALENTEJO
Biblioteca Municipal – Ourique | 02 de junho de 2023 | 10h30

Entidade	Nome	Email
Mina Volta / OUSI	Helena Ramos Ribeiro	hrc-profissional@gmail.com
ADPM	Mário Bastidas	ambastidas@adpm.pt
ADPM	Jorge Pinheiro	jorgepinheiro@adpm.pt
Junta Europeia Ourique	João António	joaoantonio@juntaeuropeia.ourique.pt
Agricultores Campo Branco	Flávio Almeida	flavio@campo-branco.pt
FLORIANO ANTÓNIO FRANCISCO	FLORIANO ANTONIO FRANCISCO	florianofrancisco@59k.pt
Alentejo XXI	Susana Henriques	susana.henriques@alentejoxxi.com
ASSOCIAÇÃO TERRA SINTROPICA	PEDRAS NOUEIRA	CENTRO DE AGRICULTURA @ TERRASINTROPICA.COM
CI T Mértola	ANDRÉ SANCHES	andre.sanches@ci-tmeritola.pt
Estação Biológica de Mértola	João Rosa	joao.rosa@ci-tmeritola.pt
CEBAL	Luís Silva	luis.silva@cebal.org.pt
CEBAL	Elvira Joazeiro	elvira.joazeiro@cebal.pt
CEBAL	Estimac Duarte	estimac.duarte@cebal.pt



Cofinanciado por:



Entidade	Nome	Email
Ourique	Maria de Lurdes Ferreira	maria.fernandes@ourique.pt
ACPA - Ourique	Alino Paulo de Fátima	presidencia.acpa@gmail.com
ESDINE	Isabel Borralho	isabel.borralho@esdine.pt
ESDINE	Madalena Alves	madalena.alves@esdine.pt
PROSCI EARTH	Diogo Cortinhal	DDC@CLARALAB.ORG
CCDR ALENTEJO	João Paulo	joao.paulo@ccdr-alentejo.pt
PR Alentejo 2020	Paula Almeida	paola.almeida@ccdr-alentejo.pt
PR Alentejo 2020	Carla Sousa	carla.sousa@ccdr-alentejo.pt
	Theresa Sousa	theresa.sousa@ccdr-alentejo.pt



Cofinanciado por:



Lista de presenças sessão de 02 de junho de 2023 – Fórum Cultural – Almodôvar (14:30)



Lista de Presenças

ITI ÁGUA E ECOSISTEMAS DE PAISAGEM - ALGARVE E ALENTEJO
Fórum Cultural – Almodôvar | 02 de junho de 2023 | 14h30

Entidade	Nome	Email
ADINICOR LDA ✓	me rudes	grd@adinicor.pt
Laminaria Juntas ✓	José	Jose@laminaria.pt
Edoardo José Dias Gonçalves	Edoardo Gonçalves	
Domínios Guemizo	Domínios Guemizo	dominiosguemizo@psps.pt
António Romão Presidente Junta S. S. ANA ✓	António Romão	
José António Silva Mendes	José António Silva Mendes	
C.M. Almodôvar	silvia Santos	silvia.santos@cm-almodovar.pt
Autarquia Vau de S. Pedro ✓	António Aparecido Vau de S. Pedro	antoniavaude@cm-almodovar.pt
C.M. Almodôvar	André Dadas	andredadas@cm-almodovar.pt
C.M. Almodôvar	Bruno Esteves	bruno.esteves@cm-almodovar.pt
C.M. Almodôvar	José Macedas	macedas.jos@cm-almodovar.pt
NERBE AEBAL	José Coelho	joscoelho@nerbe.pt
C.M. Almodôvar	Ricardo Santana	ricardo.santana@cm-almodovar.pt



Cofinanciado por:



Entidade	Nome	Email
ADBAL ✓	Rui Starbuck	ceix@adb-al.pt
C.M. Almodôvar ✓	José Lapa	Jose.Lapa@cm-almodovar.pt
C.M. Almodôvar ✓	Rui Casalta	Rui.Casalta@cm-almodovar.pt
ESPELHO DE SÃO DOMINGOS	Enrico Palma	enrico.palma@estm.com
C.M. Almodôvar ✓	Andreia Guerreiro	aguerreiro@cm-almodovar.pt
ADBAL / ACIECALM ✓	José Miguel Silva	silva.jos@adb-al.pt
Agri-Porto ✓	João Rodrigues	joao.rodrigues@agri-porto.com
Associação ✓	José Carlos Rodrigues	joscarolrodrigues@assoc.com
Associação ✓	Carlos Almeida	CarlosAlmeida1992@gmail.com
Associação ✓	Marta da Luz de Palma	marta.luz@cm-almodovar.pt
Associação ✓	José Martins Gonçalves Palma	martins.jos@cm-almodovar.pt
Associação ✓	José Manuel Mendes Santos	josmanmendes@gmail.com
Associação ✓	Ricardo	ricardo@estm.com
Associação ✓	António Manuel Martins Soares	antoniomartinssoares@gmail.com
Associação ✓	Madalena Alves	madalena.alves@estm.com



Cofinanciado por:



Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

Entidade	Nome	Email
Algarve	Maria Josefa	maria.josefa@cm-algarve.pt
CM Monchique	HUMBERTO SERIO	humberto.serio@cm-monchique.pt
CM Monchique	Tânia Sousa	tania.sousa@cm-monchique.pt
Ass. Rote Vicentina	Walter Cabral	waltercabral@net.vicentina.eu
M. Corção	ALGARRIBO	M.CORCOIA@B.A.TAMAR.L.G.M
Junta Sta Catarina	Carlos Sousa	carlos@jst-santacatarina.pt
Associação Democ. EBAL	André Pinheiro	APINHEIRO@ALMA.CERT.ORG
Associação Ambiental Alentejana NERA	Helena Duarte	helena.duarte@cebal-ite
Associação Ambiental Alentejana NERA	José António	josae@associaaentelentejana.com
Associação Ambiental Alentejana NERA	Adriano Sousa	adriano.sousa@cm-alentejo.pt
Associação Ambiental Alentejana NERA	Carolina Coelho	CCOELHO@ALMA.CERT.ORG
Associação Ambiental Alentejana NERA	Paulo Sousa	psousa@cm-alentejo.pt
Associação Ambiental Alentejana NERA	José António	josae@associaaentelentejana.com

36

Financiado por: POAT 2020, PORTUGAL 2020, EUROPEAN UNION

Entidade	Nome	Email
ADPT	Jorge Rêgo	jregos@adpt.pt
Vicentina	J. Maria Pires	maria.pires@vicentina.org
Vicentina	Luís Pires	luisp@vicentina.org
Vicentina	Carla Alvaro	carla.alvaro@vicentina.org
CEBAL	Dinda Queiroz	dinda.queiroz@cebal.pt
CEBAL	Maria de Lurdes Fernandes	maria.lurdes@cebal.pt
A.N.E.P.C	Maria do Carmo	maria.dcarmo@anepc.pt
CM Beja	Luís Martins	luismartins@cm-beja.pt
CM Beja	André Santos	andresantos@cm-beja.pt
CM Tavira	Sónia Pires	sonia.pires@cm-tavira.pt
Ecotopias	Cândida Shinn	candida@ecotopias.org
Associação Alentejana / PAS	Teresa Fonseca	teresa.fonseca@pas-alentejo.org
Ecotopias	Ana	ana@ecotopias.org
ALBIO Ass. Agroecologia Alg	Ángela Rosa	albioalgarve@gmail.com
Associação Ambiental Alentejana NERA	Ana Margarida Louçã Gonçalves	anamlouca@nera.pt

37

Financiado por: POAT 2020, PORTUGAL 2020, EUROPEAN UNION

Entidade	Nome	Email
Município Alcoutim	Jorge Palma	ambiente@cm-alcoutim.pt
Município Alentejo	Milena Gonçalves	milena.goncalves@cm-alentejo.pt
Município Alentejo	Alcides Alves	alcides.alves@cm-alentejo.pt
INIAV - IP	Pátexia Inácio	patexia.inacio@inav.pt
AMM	José Simão	simao@amm.pt
MinaVálta	MinaVálta	minavolta2021@gmail.com
Associação Alentejana NERA	Maria José	maria.jose@nera.pt
Associação Alentejana NERA	Diana Passos	dianapassos@nera.pt
Associação Alentejana NERA	Luís Pires	luisp@vicentina.org
Município Alentejo	Liliana Gonçalves	liliana.goncalves@cm-alentejo.pt
Município de Alentejo	Helena Gregório	helena.gregorio@cm-alentejo.pt
Associação Rote Vicentina	Walter Cabral	waltercabral@net.vicentina.eu
Município Alentejo	José António	josae@associaaentelentejana.com
Município Alentejo	Bruno Esteves	bruno.esteves@cm-alentejo.pt
IAPMEI	VERA GOMES	vera.gomes@iapmei.pt

38

Financiado por: POAT 2020, PORTUGAL 2020, EUROPEAN UNION

Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

Entidade	Nome	Email
Alentejo 2030	Carla Coimbra	carla.coimbra@ccdr-alentejo.pt
ccDR Alentejo	Isabel Rosa Lima	isabel.rosalima@ccdr-alentejo.pt
NAAL Alentejo	Paulo Veladas Monteiro	psveladas@naalalentejo.pt
Alentejo 2030	Telma Cabreira	telmacabreira@ccdr-alentejo.pt
C.M. Mértola	Luís José	luis.jose@cm-mertola.pt
C.M. Beja / com. Alentejo	António Bota	antoniobota@cm-beja.pt
AMH Alentejo	Conceição Gouveia	conceicao.gouveia@amh-alentejo.pt
AMH Algarve	Julia Martins	julia.martins@amh-alentejo.pt
AMH Alentejo	Alexandra Furtado	alexandra.furtado@amh-alentejo.pt
ZIF - LIZIENES-GRE (GRANDE)	Florencia A. Francisco	florenciafrancisco@zif.pt
Alentejo Francisco	Alentejo Francisco	alentejo.francisco@alentejo.pt
PROJECT EARTH	Diogo Dias Coutinho	DICE@CLARALAB.ORG
Regenerativa Cooperativa Integral	Araceli Gomes	regenerativa@ccdr-alentejo.pt
CCDR Algarve	Ana Isabel Neto	ana.isabel@ccdr-alentejo.pt
CCDR Alentejo	Valentina Coelho	valentina@ccdr-alentejo.pt

Entidade	Nome	Email
Parceira AMCH	João Paulo Monteiro	joaopaulomonteira@gmail.com
ACPA - Paróquia Alentejo	Luís Paulo B.N. Monteiro	luispaulo@acpa-alentejo.com
Junta de Freguesia do Odejeite	Fernando Lourenço de Oliveira	oliveira.fernando@gmail.com
Associação Municipal de Aljezur	António José Monteiro de Carvalho	antoniocarmo@cm-aljezur.pt
Câmara Municipal de Beja	David Pinheiro	david.pinheiro@cm-beja.pt
CCDR - Alentejo	Valentina Francisco	valentina@ccdr-alentejo.pt
CM Alentejo	Tiago T. Pereira	tiago.pereira@ccdr-alentejo.pt
CCDR Alentejo	Amélia Pinheiro	amelia@ccdr-alentejo.pt

Lista de presenças sessão de 08 de fevereiro de 2024 – Caixa do Crédito Agrícola Terras do Arede em São Bartolomeu de Messines (15:00)

NOME	ENTIDADE	PRESEÇA
Alessandro Colombo	Consultor independente	CONTAC@DS-EMAIL
Alexandra Raposo	CIMAL	alexandra.raposo@cimal.pt
Ana Isabel Mendes	Universidade de Évora	ana.isabel
André Sanches	Câmara Municipal de Mértola	
António José Monteiro de Carvalho	Câmara Municipal de Aljezur	antoniocarmo@cm-aljezur.pt
António Miranda	ICNF	
Aquiles Marreiros	ALGARVE 2030	amarreiros@ccdr-alentejo.pt
Augusto Ramos	NERA	
Aura Fraga	Vicentina	
Carla Isabel Loureiro Viegas Benedito	Junta de Freguesia de S. B. Messines	915514699 carlaiviegas@jf-messines.pt
Carla Rolo Antunes	Universidade do Algarve	
Carlos Albano	Vicentina	carlos.albano@vicentina.org
Carlos Gama Cruz	ALGARVE 2030	ccruz@ccdr-alentejo.pt

Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

NOME	ENTIDADE	PRESENCIA
Carlos Humberto Afonso Martins	APA/ARH Algarve	contacto - gema P
Carlos Luís Samina Carona	CCDR Alentejo, I.P./ ALENTEJO 2030	Carlos.martins@agambio.pt
Carmen Carvalheira	CCDR Algarve, I.P. Alentejo	Carmen.Carvalheira@ccdr-alg.pt
Cristina Ferradeira	DSAVR ALG	Cristina.ferradeira@dsavr.pt
Dália Serpa	Centro de Estudos do Ambient. e do Mar, Univ. Aveiro	
David Machado	Rota do Guadiana-ADI	
Diogo Coutinho	Project Earth	
Fátima Duarte	CEBAL	
Fernando Horta	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António	
Fernando José Romão da Silva Valério	Junta de Freguesia de Luzianes Gare	
Fernando Romba	CIMBAL	fernando.romba@jimbo.org.pt
Florianô António Francisco	ZIF Luzianes-Gare - f.francois@zif-luzianes-gare.pt	
Francisco André Rodrigues	Junta de Freguesia de S. Salir f.alcicoand@salir.pt	
Francisco Manuel dos Santos Matos		francisco.santos.matos@cm-alg.pt
Hélder Guerreiro	Câmara Municipal de Odemira	h.guerreiro@cm-odemira.pt

319

Co-financiado por: POAT 2020 2020

NOME	ENTIDADE	PRESENCIA
Hélder Manuel Faria Martins	AHETA	contacto - gema P helder@aheta.pt
Helena Gregório	Câmara Municipal de Albufeira	helenagregorio@cm-albufeira.pt
Helena Ramos Ribeiro	MiraVolta, ONGD	miravolta@miravolta.org
Hugo Jorge Pinto	CUMEADAS-Associac. Prop. Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana	hugo.jorge.pinto@cumeadas.pt
Humberto Sério	Câmara Municipal de Monchique	humberto.serio@cm-monchique.pt
Isabel Maria Martins Benedito	ESDIME	isabelbenedito@esdime.pt
João Carlos Simões	ANAFRE - Delegação Regional do Algarve	joao.carlos.simoes@anafre.pt
João Garcia	ARBSLP	garcia.joaop@arbslp.pt
Jorge Pacheco	Junta Freguesia de Rogil	jorge.pacheco@jfratil.com
Jorge Pulido Valente	IPV	
Jorge Revez	ADPM	jorge.revez@adpm.pt
José António Reis Amarelinho	Câmara Municipal de Aljezur	joao.reis@cm-aljezur.pt
José Epifânio Martins da Graça	CCDR ALGARVE, I.P.	epifanio@ccdr-alg.pt
José Manuel Gonçalves	Freguesia de Alferce	
José Manuel Lucas Gonçalves	Câmara Municipal de Aljezur	fausta.rodrigues@cm-aljezur.pt

320

Co-financiado por: POAT 2020 2020

NOME	ENTIDADE	PRESENCIA
Júlia Passinhas	Alentejo XXI	contacto - gema P julia.passinhas@alentejoxxi.com
Julietta Rodrigues		
Liliana Bárbara	Município de Albufeira	liliana.barbara@cm-albufeira.pt
Liliana Francisco	Associação IN LOCO / Federação Minha Terra	liliana.francisco@inloco.pt
Luis Guerreiro		
Luis Miguel Correia Pereira	Câmara Municipal de Albufeira	luis.miguel.correia@cm-albufeira.pt
Luis Palma	Associação Almagem	luis.palma@almagem.pt
M Conceição Fernandes	CEBAL	
Márcio Viegas	Associação Vicentina	
Margarida Percheiro	Câmara Municipal de Odemira	margarida.percheiro@cm-odemira.pt
Margarida Pereira	Alentejo XXI	margarida.pereira@alentejoxxi.com
Maria de Lurdes Carvalho	CCDR Algarve, I.P.	
Maria Helena Novais	Universidade de Évora	
Maria José Gomes	INCF, I.P. - DRCNF Algarve	
Maria José Guerreiro Pereira Rosa	ADL	mjgros@adl-lisboa.com

321

Co-financiado por: POAT 2020 2020

Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo

NOME	ENTIDADE	PRESEÇA
Maria Vale	DGT	contacto@maai.p
Mário Tomé	Câmara Municipal de Mértola	Mario.Tome@cm-mertola.pt
Mário Viegas	Câmara Municipal de Albufeira	M.Viegas@cm-albufeira.pt
Marta Cortegano	ESDIME	
Nelson Domingues	Associação IN LOCO / Federação Minha Terra	nelson.domingues@inloco.pt
Nuno Carvalho	RWSW - Rewilding Sudoeste	NunoCarvalho
Nuno Correia	Águas Públicas do Alentejo - AgDA	NunoCorreia
Nuno Duarte	Freguesia de São martinho das Amoreiras	Freguesia.SaoMartinho@cm-alentejo.pt
Olga Cristina Carrasco Martins	ICNF	olga.cristina@icnf.pt
Patrícia Inácio	INIAV, IP	patricia.inacio@iniav.pt
Paula Bravo	Jornal Terra Ruiva	
Paulo Jorge Alves da Silva	Monte do Troviscal	
Paulo Jorge Fragoso de Oliveira	Câmara Municipal de Aljezur	Paulo.Oliveira@cm-aljezur.pt
Pedro Nogueira	Associação Terra Sintrópica	centrodeatlascolongabterrasintropica.com
Paulo Jorge Alves da Silva	Monte do Troviscal	Monte.do.troviscal@gmail.com

NOME	ENTIDADE	PRESEÇA
Paulo Jorge Fragoso de Oliveira	Câmara Municipal de Aljezur	contacto@maai.p
Pedro Nogueira	Associação Terra Sintrópica	
Pedro Tojinha	CIMAL-Comunidade Intermunicipal Alentejo Litoral	gord@cm-alentejo.pt
Rafael Dias	Junta Freguesia Cachopo	
Ricardo Cipriano	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António	Ricardo
Ricardo José Teixeira Bernardino	Associação Terras do Baixo Guadiana	coordenador@atbaixoaguadiana.pt
Rosinda Pimenta	Câmara Municipal de Mértola	rosindapimenta@cm-mertola.pt
Sérgio Inácio	CI-AMAL	
Susana Grácio	Turismo de Portugal, I.P.	susana.gracio@turismoalentejo.pt
Tânia Sousa	Câmara Municipal de Monchique	Tania.Sousa@cm-monchique.pt
Teresa Santos	Mossy Earth	m.teresa.santos@hotm.com
Tereza Fonseca	PAS - Plataforma Água Sustentável (PAS) & ALMARGEM La pas plataforma agua	terezafonseca@pas-alentejo.pt
Valentina Coelho Calixto	CCDR Algarve, I.P.	vcalixto@ccdr-alg.pt
Vitor José Cabrita Neto	NERA	vitor.neto@nera.pt
Vitor Vaz Pinto	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	vbpinto@ccdr-alg.pt

NOME	ENTIDADE	PRESEÇA
Zélia Maria da Ponte Martins	APA - ARH Algarve	contacto@maai.p
Manuela Duarte Pereira	ARL	zélia.martins@aparalentejo.pt
Rui Santos	C.M. Silves	ruisantos@cm-silves.pt
Rui Marreiros	CM BÉJA e CEBAL	ruimarrairos@cm-beja.pt
Rosa Palma	CM Alcañices	rosa.palma@cm-alcanices.pt
Paulo Célia Alves	Estação Pedagógica Héctolo CBM	
Ricardo Vieira	ASPM	ambiente@adpm.pt
Pedro Cuto	ASPF	Pedro.Cuto@aspf.pt
Clementino Fonseca		961267370
Ana Cruz		
Paulo Alves	cm Monchique, Presidente	president@cm-monchique.pt
Sera Raposo	JALG - CIMA	SeraRaposo@jalg.pt
Teresa Santos		teresasantos@
Carlos Cabrita		carloscabrita@hatmail.com
José Guedes	C.M. Aljezur	joao.guedes@cm-aljezur.pt
Luisa Conduto Luis	C.M. Silves	luisa.conduto@cm-silves.pt

Nome	Entidade	Contacto
Ana Gabriela Neves Lopes	ARA / ARA Alentejo	ana.g.lopes @ aambiente . pt
Alicia Calvo	ARA / ARA Alentejo	alicia.calvo @ aambiente . pt
Teresa Santos	Escola Prof. Alves (meirinho)	teresa.santos @ albud . pt
Lina Vieira Ana Cruz Paulo Carlos ALVES	EBM - Estação Biologia Hortala	lina.vieira @ gmail . pt anacruz @ gmail . pt Diretor @ EBHAFAROLA . PT
Tiago Serio	CDR Algarve	tiago.serio @ drapalgarve . gov . pt

LQ

Anexo 5. Imagens das sessões

Imagens da sessão de 24 de maio de 2023 – Santa Clara – Odemira (14:30)



Imagens da sessão de 29 de maio de 2023 – Barragem de Odelouca – Monchique (14:30)



Imagens da sessão de 30 de maio de 2023 – Espaço Multiusos do Azinhal – Castro Marim (10:00)



Imagens da sessão de 29 de maio de 2023 – Auditório do Crédito Agrícola de Paderne – Albufeira (14:30)



Imagens da sessão de 02 de junho de 2023 – Biblioteca Municipal – Ourique (10:30)



Imagens da sessão de 02 de junho de 2023 – Fórum Cultural – Almodôvar (14:30)



Imagens da sessão de 26 de junho de 2023 – Fundação Manuel Viegas Guerreiro em Querença – Loulé (14:30)



Imagens da sessão de 08 de fevereiro de 2024 – Caixa do Crédito Agrícola Terras do Arede em São Bartolomeu de Messines (15:00)



Anexo 6. Ficha de projetos remetidas às entidades para recolha de contributos

Projetos estruturantes/ Iniciativas	[Nome do projeto]
<p>Descrição: [Breve enquadramento e descrição do projeto] [Fundamentação da classificação do projeto estruturante]</p> <p>Objetivos gerais: [Objetivo] [Objetivo] [Objetivo]</p>	
<p>Promotor: [Nome da entidade]</p>	<p>Potenciais parceiros: [Nome do parceiro] [Nome do parceiro]</p>
<p>Período de implementação: AAAA – AAAA</p>	<p>Maturidade do projeto: [grau de maturidade do projeto]</p>
<p>Localização: [Concelho(s)]</p>	<p>Montante de investimento: [Até €1M] [Entre €1M e €5M] [Entre €5 e €10M] [Mais de €10M]</p>

Anexo 7. Lista das entidades que enviaram projetos/iniciativas (independentemente da elegibilidade)

Entidades que enviaram projetos/iniciativas
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
AgdA – Águas Públicas do Alentejo
AGIF Algarve
AI-Bio - Associação Agroecológica do Algarve
ANP wwf
APA
APA ARH Algarve
Associação Almargem
Associação de Municípios do Algarve
Associação Terra Sintrópica
Câmara Municipal de Mértola_Zona de Caça Municipal em consórcio com a EBM
CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo
CIMA-ARNET, Ualg
CLARA - Center for Rural Future
CM Odemira
Consórcio constituído pelas ADL (IN LOCO, ATBG, VICENTINA, ESDIME, ADL, AXXI, RGuadiana) e municípios integrados na ITI
EBM – Estação Biológica de Mértola
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)
GUADIMONTE – Cooperativa Agrícola Supramunicipal CR
ICNF
Inês Pulido Valente
Instituto Politécnico de Beja
ISEG – Universidade de Lisboa]
Junta Freguesia Cachopo / Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve
MARE/Universidade de Évora
MiraVolta
Município de Albufeira
Município de Alcoutim
Município de Aljezur
Município de Almodôvar
Município de Castro Marim
Município de Loulé
Município de Mértola
Município de Monchique
Município de Odemira
Município de São Brás de Alportel
Município de Silves
Município de Vila Real de Santo António
QRER – Cooperativa para o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade
Universidade de Évora
Universidade do Algarve
Terrawave Innovations

Anexo 8. Articulação entre os projetos estruturantes e os tipos de ações indicativas enquadrados nos projetos estruturantes (lógica da operacionalização)

Projetos estruturantes	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)						Total
							
1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	3	0	2	7	4	1	17
2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	10	2	2	17	7	0	38
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	4	2	2	21	9	0	38
4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	5	3	5	7	1	2	23
5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	0	1	0	0	3	0	4
6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	5	1	1	1	6	0	14
7- Valorização dos espaços verdes em aglomerados populacionais	0	9	2	3	2	1	17
8- Combate e mitigação às alterações climáticas	0	0	1	0	2	0	3
9- Gestão e proteção dos espaços florestais	0	0	0	5	1	0	6
10 - Valorização do património natural	1	1	0	2	1	0	5
11- Reordenamento e gestão da paisagem	0	0	0	4	0	0	4
12 - Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	3	2	6	1	2	0	14
13- Apoio às empresas com foco no território e temática	0	0	0	0	0	9	9
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	16	3	3	3	2	0	27
Total	47	24	24	71	40	13	219



Comunicação e capacitação



Equipamentos e infraestruturas



I&D e tecnologia



Proteção e gestão dos recursos, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente



Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação



Investimento Produtivo e Empresarial

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P.

Anexo 9. Articulação entre os projetos estruturantes, as iniciativas e as ações

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
1- Proteção e gestão dos recursos hídricos	AqualIntegra – plataforma para monitorização e gestão da água	I&D e tecnologia Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Comunidades sustentáveis de água: criação de uma associação para gestão coletiva do aquífero Querença Silves	Comunicação e capacitação Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Desenho hidrológico da paisagem em contexto de semiárido mediterrânico	Comunicação e capacitação Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	ECO-Dams - Otimização e adaptação dos regimes de caudais ecológicos de infraestruturas hidráulicas num contexto de alterações climáticas	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Intervenções que visem a interceção, detenção, retenção e infiltração de água em zonas cársticas	Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Intervenções que visem a interceção, detenção, retenção e infiltração de água na região do Algarve	Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos subterrâneos e controlo ativo de perdas	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Regenera – Implementação de soluções de melhoria de solo e retenção de água	Comunicação e capacitação I&D e tecnologia Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e reabilitação de estruturas de retenção de água na Ribeira do Falacho /Quinta Pedagógica.

¹⁵ Importa ter em conta que as 127 iniciativas indicativas incluem um conjunto de 29 intenções “A definir”. Estas intenções não foram rececionadas pelas entidades mencionadas na presente memória Descritiva. Correspondem a uma opção estratégica de modo a que o Plano de Ação do ITI esteja coberto por todas as Tipologias de Operação Elegíveis segundo o Convite MPr-ITI_TEMA-2023-2 para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Territorial Integrado Temático (Investimento Integrado de Base Territorial da Água e Ecossistemas da Paisagem).

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	A definir	Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Algarve e Alentejo Digital Twin	Investimento Produtivo Empresarial
2- Proteção e valorização dos ecossistemas terrestres, espécies e paisagem	Caça & Biodiversidade_Medidas de valorização dos recursos de caça menor	Equipamentos e infraestruturas
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	CaçaDesert – Travar a desertificação valorizando atividades que preservam a biodiversidade	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Cordão Verde - Programa de restauro da paisagem	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Parque Eco-biológico de Monchique	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Plano de Gestão e Conservação do Junquilha do Barrocal - Narcissus Willkommii (Samp.)	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	PRIVE PTSA - Projeto de Revitalização, Inovação e Valorização do Ecossistema do Pomar Tradicional de Sequeiro Algarvio	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		I&D e tecnologia
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
Programa para a promoção, recuperação e conservação do Montado	Comunicação e capacitação de equipas e atores	
	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres),	

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
		ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Reabilitação da população de sável no troço principal do rio Guadiana: avaliação, implementação e gestão sustentável	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Reflorestação de Áreas em Desertificação	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Regeneração ambiental com enquadramento de culturas endógenas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Revalorização dos serviços ecossistémicos de água doce no aspirante Algarvensis a Geoparque Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Sem informação	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	SALVAR – Salvar e valorizar ecossistemas e paisagens sensíveis aos fenómenos da desertificação	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	STOPDESERT – Travar a desertificação valorizando quem protege a Água, o Solo, as Plantas e os Ecossistemas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Valorização patrimonial e paisagística do Moinho do Rodete, criação de ecossistema natural, proteção da biodiversidade da área envolvente	Equipamentos e infraestruturas
I&D e tecnologia		
Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente		
A definir	Comunicação e capacitação	

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
		Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
3- Valorização ecológica das linhas de água e das galerias ripícolas	Água e Natureza nas Cidades Rumo à Neutralidade Carbónica	I&D e tecnologia Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Barragem – Charcas da resiliência e Floresta Autónoma	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Controlo de espécies piscícolas invasoras e repovoamento com espécies autóctones	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Estruturas de Retenção e Armazenamento de Água e Medidas de Drenagem Sustentável	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Estudo de criação de açudes para melhor infiltração de água nas reservas aquíferas	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Execução limpeza de ribeiras e reforço de margens para evitar cheias e arrastamento de terras	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Gestão de Galerias Ribeirinhas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Gestão de invasoras aquáticas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Guardiões do Mira	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres),

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
		ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água de Paderne	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Limpeza, Renaturalização de Ribeiras e Intervenções de Controlo de Caudal no Concelho de Almodôvar	Equipamentos e infraestruturas
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Manifestação de intenção de projeto de requalificação de ecossistemas ribeirinhos, a desenvolver quando o PR tiver intenção de abrir o aviso relativo à ITI Água e Ecossistemas de Paisagem	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Monitorização e Controlo de espécies invasoras nos ecossistemas aquáticos	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Parque Ribeirinho de Sabóia (PaRiS)	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	PIVLAguáEP – Plano integrado de valorização e requalificação de linhas de água, de ecossistemas e de paisagens fluviais assente em Nature Based Solutions	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente		
Plano de intervenção para a remoção/controlo de plantas invasoras em SNAC e regime florestal	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente	
	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação	

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	Projeto PARIS	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Requalificação da Zona Ribeirinha de Odeleite	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água na Ribeira de Odelouca em São Marcos da Serra	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Requalificação e valorização de linhas de água e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação associadas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Ribeiras - limpeza e valorização da galeria ripícola e projeto de educação para a água	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Soluções de base biológica para o tratamento sustentável de recursos hídricos do Algarve	I&D e tecnologia Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
4- Reaproveitamento de água de origens alternativas	Aproveitamento de água de origens alternativas à rede pública de abastecimento e de água residual tratada para usos urbanos não potáveis	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	ETARCIRCULAR - Implementação de tratamento de águas residuais urbanas e agroindustriais para aplicação in situ do nexus água-energia-alimento	Equipamentos e infraestruturas
		I&D e tecnologia Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Implementação de sistemas de reutilização de água	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Comunicação e capacitação de equipas e atores	

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	Projeto-piloto de reutilização de águas residuais tratadas na Escola E.B. 2, 3 Padre João Coelho Cabanita	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Soluções de utilização de Água para Reutilização (ApR) na ETAR de Paderne	Equipamentos e infraestruturas
	A definir	Comunicação e capacitação
		Equipamentos e infraestruturas
		I&D e tecnologia
		Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação	
	Investimento Produtivo Empresarial	
	A definir	Comunicação e capacitação
	A definir	I&D e tecnologia
A definir	Equipamentos e infraestruturas	
A definir	Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente	
A definir	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação	
A definir	Investimento Produtivo Empresarial	
5- Controlo dos caudais e cotas das principais linhas de água e albufeiras	Rede de sensores de afluências e de monitorização de cota de reserva de água na albufeira de Santa Clara	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Sistema Integrado de Monitorização de caudais das Ribeiras do Alto Mira	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	A definir	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	A definir	Equipamentos e infraestruturas
6- Bio-Região Cordão Verde do Algarve e Alentejo	Bio Região Cordão Verde Algarve-Alentejo	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
		I&D e tecnologia

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	Roteiro para uma Bioeconomia Regenerativa	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	A definir	Comunicação e capacitação Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
7- Valorização dos espaços verdes aglomerados populacionais	(Re)arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano	Equipamentos e infraestruturas
	Aldeias Inteligentes (verde urbano em Luzianes, Santa Clara, São Martinho e Saboia)	Equipamentos e infraestruturas
	Arborização em meio urbano	Equipamentos e infraestruturas
	CINTURAS VERDES_ Mértola e Mina de S. Domingos - Infraestruturas verdes no espaço urbano com aplicação de soluções baseadas na natureza adaptadas a territórios de semiárido mediterrânico.	Equipamentos e infraestruturas I&D e tecnologia
	Construção de espelho de água frente à cidade de Silves	Equipamentos e infraestruturas Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Criação de ilhas-sombra em meio urbano e periférico	Equipamentos e infraestruturas
	Paisagens de Água	Equipamentos e infraestruturas
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Projeto-piloto do Jardim das Comunidades - Contributos para uma "Water-Sensitive City"	Equipamentos e infraestruturas
I&D e tecnologia		
Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação		
Requalificação de Espaços Verdes Públicos	Equipamentos e infraestruturas	
A definir	Investimento Produtivo Empresarial	
8- Combate e mitigação às alterações climáticas	Desert_Alarm - Plataforma de biomonitorização e gestão de riscos	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	associados às alterações climáticas e desertificação	
	Impacto das alterações climáticas na agricultura algarvia	I&D e tecnologia Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
9- Gestão e proteção dos espaços florestais	Valorização da gestão florestal da região do Algarve	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	Manifestação de intenção de projeto de aumento da resiliência e da sustentabilidade do montado e de outros ecossistemas florestais mediterrânicos, na perspetiva do combate à desertificação, a desenvolver quando o PR tiver intenção de abrir o aviso relativo à ITI Água e Ecossistemas de Paisagem	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Plano de intervenção para a remoção/controle de plantas invasoras em SNAC e regime florestal	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Recuperação Pós-Fogo e Intervenção em Áreas Ardidas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
10- Valorização do património natural	Plano Municipal de Valorização do Património Natural do concelho de Almodôvar	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	A definir	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação Proteção e gestão dos recursos naturais, ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
11- Reordenamento e gestão da paisagem	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	Implementação de ações no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGP SMS)	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Iniciativa de Restauro da Paisagem na Serra Algarvia	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
12- Iniciativas de I&D e estabelecimento de redes de parceria e conhecimento	Água - Investigação e Inovação	Equipamentos e infraestruturas
	Campo Experimental em Agroecologia e Regeneração de Ecossistemas em Contexto Semiárido	I&D e tecnologia
		Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
	Networking - Apoio à I&D - Inovação, Investigação e Desenvolvimento- em Biodiversidade, Agroecologia e Gestão de Recursos Naturais e Silvestres	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
	ResiHabitat – Restauro ecológico e promoção da resiliência dos habitats	I&D e tecnologia
	SAFENESS (risk assessment of erosion and reservoir sedimentation)	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
		Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação
A definir	I&D e tecnologia	
Bolsas de Investigação – Programa de Sabáticas EBM	I&D e tecnologia	
13- Apoio às empresas com foco no território e temática	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
	A definir	Investimento Produtivo Empresarial
14- Capacitação de atores em matéria de sustentabilidade e ambiente	Ações de Formação, Colóquios e Oficinas sobre Sustentabilidade em territórios da água	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Aldeias Verdes	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
	Capacitação e sensibilização para o uso eficiente da água	Comunicação e capacitação de equipas e atores
	Centro de Conhecimento e Valorização dos Recursos Silvestres e da Biodiversidade	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
		I&D e tecnologia
	CONNECTAlentejo: Capacitação para a CONetividade e sustentabilidade dos ECOssistemas Terrestres e Aquáticos: dos rios ao oceano	Comunicação e capacitação de equipas e atores
	Desenvolvimento e capacitação de rede de produtores biológicos que habitem economicamente a paisagem e que, através de práticas agroecológicas, contribuam para o aumento da biodiversidade e capacidade de retenção de água no solo.	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		Equipamentos e infraestruturas
		I&D e tecnologia
		Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres), ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	Escola de Campo: Agroecologia e Regeneração de Ecossistemas	Comunicação e capacitação de equipas e atores
		I&D e tecnologia
Estudo sobre o Metabolismo Regional e Interregional para a Economia Circular no Território de Instrumento Territorial Integrado (ITI) Água e Paisagem	Comunicação e capacitação de equipas e atores	
	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação	
Promoção das melhores práticas de rega	Comunicação e capacitação de equipas e atores	
Serviços de Compensação Carbónica, Regeneração de Ecossistemas e Preservação Patrimonial	Comunicação e capacitação de equipas e atores	
	Proteção e gestão dos recursos (hídricos e terrestres),	

Tipologia de projeto estruturante	Iniciativas indicativas ¹⁵	Tipos de ações indicativas enquadradas nos projetos estruturantes (lógica de operacionalização)
		ecossistemas/biodiversidade, paisagem e ambiente
	A definir	Comunicação e capacitação
	A definir	Realização de estudos e de projetos de monitorização e avaliação

Fonte: CCDR Algarve, I.P. e CCDR Alentejo, I.P.

EY | Building a better working world

EY exists to build a better working world, helping to create long-term value for clients, people and society and build trust in the capital markets.

Enabled by data and technology, diverse EY teams in over 150 countries provide trust through assurance and help clients grow, transform and operate.

Working across assurance, consulting, law, strategy, tax and transactions, EY teams ask better questions to find new answers for the complex issues facing our world today.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. EY member firms do not practice law where prohibited by local laws. For more information about our organization, please visit ey.com.

About EY-Parthenon

EY-Parthenon teams work with clients to navigate complexity by helping them to reimagine their eco-systems, reshape their portfolios and reinvent themselves for a better future. With global connectivity and scale, EY-Parthenon teams focus on Strategy Realized — helping CEOs design and deliver strategies to better manage challenges while maximizing opportunities as they look to transform their businesses. From idea to implementation, EY-Parthenon teams help organizations to build a better working world by fostering long-term value. EY-Parthenon is a brand under which a number of EY member firms across the globe provide strategy consulting services. For more information, please visit ey.com/parthenon.

© 2023 Ernst & Young, S.A.

All Rights Reserved.